

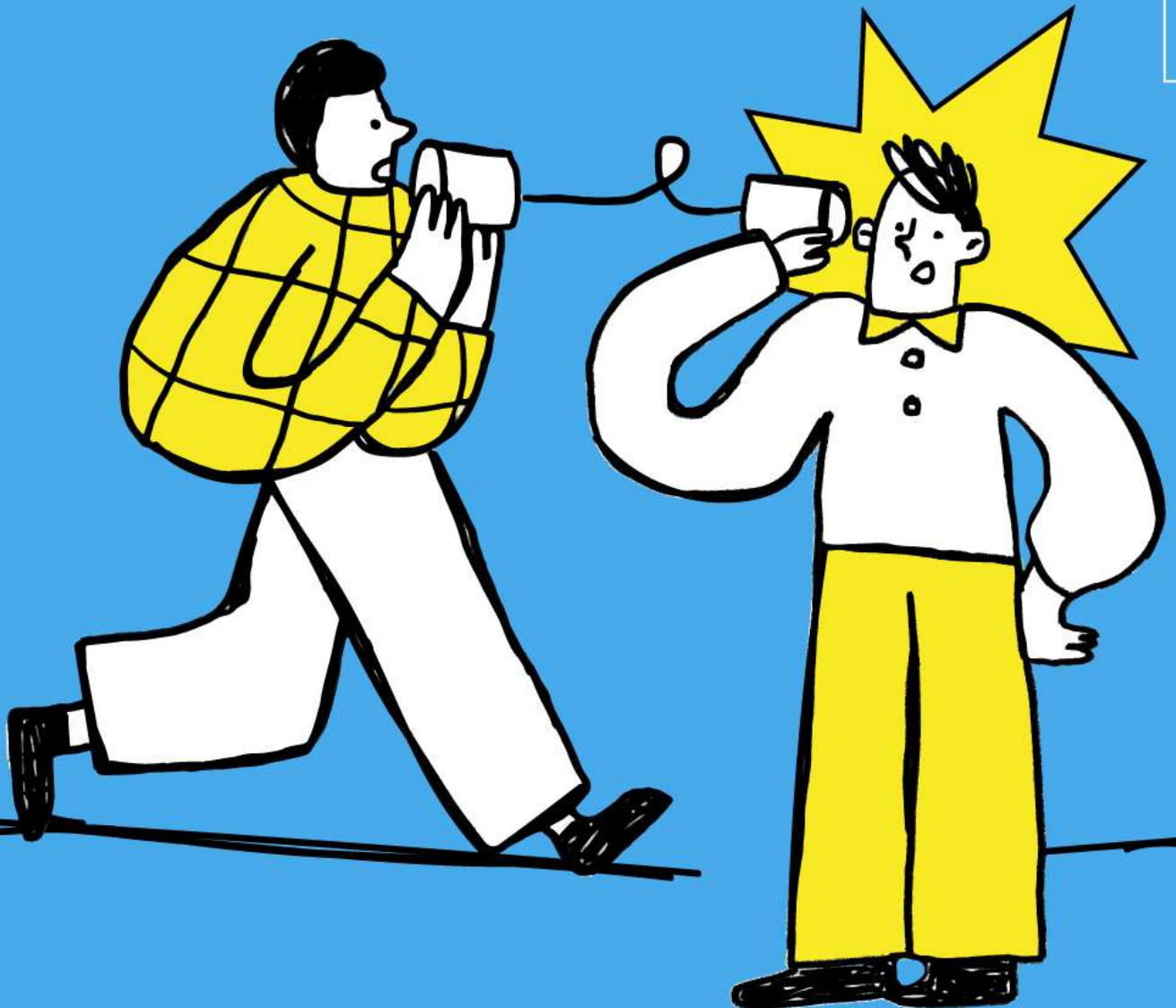


caderno de diálogos

REVISTA ACADÊMICA

VOLUME 5 - AGOSTO 2023

ISSN 2764-6319



REVISTA ACADÊMICA CADERNO DE DIÁLOGOS
Volume 05 - Número 01 - Agosto/2023
Periodicidade: Quadrimestral

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são de responsabilidade dos respectivos autores.

FACULDADE FAMART

DIRETOR EXECUTIVO

Wanderson Clayton Fontella Francisco

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Paulo Henrique da Silva Junior

ACADÊMICO

Guilherme de Castro Martins de Carvalho

Andrezza de Cássia Soares Torres

Dara Cristina Fernandes Gonçalves

Raissa Fernandes Parreira

Tábata Fernanda Gomes

Maria Paula Santos da Cunha Porto

Douglas dos Santos Borges

Lucas Eustáquio de Paiva Silva

Luciano Borges Muniz

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Rafael Mendes de Oliveira Durville

CONSULTORIA E PROJEÇÃO EM MARKETING

Camila Aparecida Marques de Almeida

Marcelo Henrique Guimarães

CONSELHO EDITORIAL

Guilherme de Castro Martins de Carvalho

Lucas Eustáquio de Paiva Silva

Douglas dos Santos Borges

Luciano Borges Muniz

ASSESSORIA EDITORIAL

Andrezza de Cássia Soares Torres

Dara Cristina Fernandes Gonçalves

Raissa Fernandes Parreira

ASSESSORIA CIENTÍFICA

Aracele Maria de Souza

Karina Leão de Mello

Lucas Eustáquio de Paiva Silva

Luciano Borges Muniz

Mailson Santos de Queiroz

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos a mais recente edição da Revista Acadêmica - Caderno de Diálogos, a revista da Pós-Graduação da Faculdade Famart. Os artigos aqui reunidos representam o fruto do esforço de pesquisadores acadêmicos e profissionais dedicados que comprometem seu tempo, dedicação e a vontade de aprender para expandir os seus e os nossos conhecimentos. Os autores dos artigos desta edição abordam as complexidades e nuances de suas respectivas áreas, trazendo à tona descobertas que prometem impactar positivamente não apenas as suas disciplinas, mas também o aprendizado de indivíduos e comunidades de todas as partes.

A preparação, execução e a publicação desta que é a 5ª edição da Revista Acadêmica - Caderno de Diálogos, é fruto do trabalho coletivo de todo o Setor Pedagógico da Faculdade Famart. Menção honrosa ao Diretor Acadêmico Prof. Dr. Lucas Eustáquio de Paiva Silva, membro do Conselho Editorial da revista e peça fundamental para sua elaboração. Além dele, não posso deixar de mencionar o cuidado e dedicação do supervisor Guilherme de Castro Martins de Carvalho, seu trabalho rigoroso e comprometimento com a excelência acadêmica garantem a qualidade desta edição e o prestígio da nossa revista.

Como sempre, agradecemos aos revisores e colaboradores Andrezza de Cássia Soares Torres, Dara Cristina Fernandes Gonçalves e Raissa Fernandes Parreira pela dedicação na avaliação e aprimoramento dos artigos submetidos. Esperamos que esta edição inspire novas perspectivas, debates construtivos e colaborações interdisciplinares. À medida que navegamos por este rico conhecimento, convidamos todos os leitores a se unirem a nós nessa jornada intelectual. Que este seja um momento de reflexão, aprendizado e, acima de tudo, uma celebração do poder transformador da pesquisa e do pensamento crítico.

Nesta edição, serão abordados temas variados como: saúde, educação, linguagem e direito. Nossa busca incessante por aprender e inovar nos conduziu a uma abordagem diversificada de pesquisas e reflexões, demonstrando o papel crucial que essas áreas desempenham em nossa sociedade em constante evolução e claro, também atender um público maior e com diversas necessidades de leitura.

Na seção de Educação, serão abordados temas como Psicopedagogia e Musicoterapia, explorados por meio de pesquisas que investigam novas metodologias de ensino; além de temas relacionados às linguagens com artigos que abrangem à poesia e a literatura brasileira. Em relação ao campo da saúde, você encontrará variados estudos sobre psicanálise e psicologia, que estarão lado a lado, como, também, relacionados à área hospitalar. Sem deixar de mencionar o tema de direito, com um trabalho dedicado à ciência política.

A estreia desta edição é com o artigo da Maria Madalena Ramos Ferreira que traz um estudo de caso sobre as narrativas de adolescentes do sexo feminino que praticam automutilação e as implicações pedagógicas no contexto escolar. Com enfoque na gestão do trabalho com essas adolescentes que, muitas vezes, estão passando por angústias, um contexto familiar conturbado, mudanças repentinas de rotina, entre outros. O estudo visa compreender o trabalho da gestão nas instituições, afim de abordar os desafios, e, por fim, caracterizar e refletir sobre as possibilidades e os efeitos de uma escuta analítica.

O próximo artigo consiste em um estudo bibliográfico sobre o papel da música na saúde e no bem-estar humano. De forma geral, Franciane Dias da Silva desenvolve conceitos importantes acerca da história da musicoterapia que utiliza a música como meio de terapia para ajudar na promoção da saúde humana.

Na sequência, Francisco André Silva Martins, aborda um relato de experiência de atividades realizadas por um grupo de pesquisa e extensão. Esse grupo de nome “Observatório das Juventudes” tem como foco das suas pesquisas, ações, atividades e projetos, a investigação das questões que afetam as juventudes inseridas na realidade social contemporânea.

Patrícia Duplat dos Santos aborda a Poesia Práxis como um intertexto com a educomunicação. Seu artigo traz, através de um estudo bibliográfico, a poesia práxis e o método epistemológico e participativo da educomunicação. Essa intertextualização aponta peculiaridades que ambos têm em comum. A presença das poesias práxis traz reflexões para o leitor, um estímulo do pensar, além de ser capaz de promover transformações sociais.

Dando continuidade, Júlia Luiza Muniz aborda a eficácia da arteterapia para o tratamento de distúrbios emocionais em pessoas idosas durante o período pandêmico. Um tema bastante relevante nos dias atuais, visto a recém pandemia que atingiu o mundo todo.

Sabendo que o envelhecimento integra a humanidade, ocorre pela ação do tempo e já é impactante na vida dos indivíduos, o impacto foi ainda maior em decorrência da pandemia de Coronavírus ou Covid-19. Um período de isolamento social, somado ao fato de que os idosos compõem o grupo de risco e, conseqüentemente, impactou a saúde mental e a qualidade de vida deles.

Sebastiana Rosa Boaes Gonçalves reflete sobre a importância da política na vida dos cidadãos. O trabalho apresenta num primeiro momento um apanhado histórico sobre os direitos políticos, apontando avanços e retrocessos na sociedade; em seguida, trata do conceito da democracia e de como ela foi instaurada no Brasil; até abordar, em um terceiro momento, sobre o poder do conhecimento na transformação dos indivíduos.

Em seguida, temos o trabalho da Daniela Cardoso, assim como todos os artigos, uma vasta pesquisa sobre o vinho. Este artigo consiste numa discussão simbólica e psicanalítica dele, na interação humana. Através de uma perspectiva dos princípios da psicanálise, o vinho é explorado como objeto cultural e sensorial, sendo algo que desencadeia os processos mentais e emocionais dos indivíduos, proporcionando uma forma de conexão social e autoconhecimento.

Isabela Camille de Souza, por sua vez, aborda Gestão de Pessoas com Avaliações Psicológicas. Por meio de um conjunto de conhecimentos e técnicas administrativas, especializadas no gerenciamento das relações das pessoas com as organizações a fim de atingir os objetivos organizacionais, bem como proporcionar a satisfação e a realização das pessoas envolvidas. Essas avaliações psicológicas constituem-se em métodos e técnicas de avaliações aos quais se destacam testes psicológicos, que quando utilizados adequadamente oferecem informações importantes sobre o avaliado.

Trazendo o papel do profissional da educação física no processo de reabilitação de acidente vascular cerebral (AVC), Mônica Lemos, através de uma revisão bibliográfica, mostra um estudo onde as complicações de saúde após um AVC, fazem com que os indivíduos se tornem incapazes de realizarem tarefas simples do dia-a-dia. Além disso, os sobreviventes, geralmente, têm baixos níveis de participação social, graças às poucas iniciativas da saúde pública que não estão equipadas para oferecer programas eficazes de reabilitação para pacientes com deficiências de longo prazo.

O último artigo desta edição, criado por Júnia Aparecida da Silva, analisa sobre a importância da ética e da tecnicidade no psicodiagnóstico em demandas jurídicas e os reflexos decorrentes de sua inobservância. Graças ao seu trabalho, é possível notar a dimensão da responsabilidade que está alocada ao psicólogo em uma demanda judicial.

Dada as breves exposições sobre os artigos que serão abordados nesta quinta edição da Revista Acadêmica – Caderno de Diálogos, convido os leitores a explorar, por meio de pesquisas que investigam novas metodologias de ensino, desafios do campo da saúde, contemporâneos e estratégias para promover um aprendizado inclusivo e significativo. Na seção de direito, os artigos oferecem insights sobre questões jurídicas prementes, equilibrando teoria e prática para uma compreensão abrangente dos desafios legais do nosso tempo.

A medida que encerramos mais uma edição da nossa Revista Acadêmica, somos lembrados do poder transformador da pesquisa, do pensamento crítico e da colaboração interdisciplinar. A diversidade de tópicos apresentadas nesta edição refletem a dedicação e o compromisso contínuo da comunidade acadêmica em explorar novas fronteiras do conhecimento. Agradecemos a todos pelo apoio contínuo à nossa Revista Acadêmica – Caderno de Diálogos e esperamos que você aproveite esta edição diversificada, cativante e inspiradora.

Editor responsável

Douglas dos Santos Borges

SUMÁRIO

CUTTING - O GRITO SILENCIOSO DA LÂMINA: a automutilação entre adolescentes

Maria Madalena Ramos Ferreira
Karina Melo Leão
Lucas Eustáquio de Paiva Silva

..... PÁG. 10

O PAPEL DA MÚSICA NA SAÚDE E NO BEM-ESTAR HUMANO: um estudo bibliográfico

Franciane Dias da Silva Ferreira
Daniela Moreno de Camargo

..... PÁG. 26

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E JUVENTUDES: debatendo experiências

Francisco André Silva Martins
Lucas Eustáquio de Paiva Silva
Herbert Câmara Nick
Júlia Câmara Silva
Maria Luiza Alves Martins

..... PÁG. 40

POESIA PRAXIS*: Um intertexto com a educomunicação

Patrícia Duplat dos Santos
Mailson Santos de Queiroz

..... PÁG. 60

A EFICÁCIA DA ARTERAPIA PARA O TRATAMENTO DE DISTÚRBIOS EMOCIONAIS EM PESSOAS IDOSAS DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO: uma revisão bibliográfica

Júlia Luiza Muniz
Pauliane Aparecida de Moraes

..... PÁG. 71

O PODER DO CONHECIMENTO NA TRANSFORMAÇÃO DOS INDIVÍDUOS ALIENADOS POLITICAMENTE: análise bibliográfica da trajetória política brasileira.

Sebastiana Rosa Boaes Gonçalves
Luciano Borges Muniz
Guilherme de Castro Martins de Carvalho

..... PÁG. 81

O VINHO COMO FERRAMENTA SOCIAL E DE CONEXÃO: uma discussão, a partir de uma abordagem qualitativa, sobre a relação simbólica e psicanalítica do vinho na interação humana e a sua influência no autoconhecimento e conexão social.

Daniela Cardoso
Luciano Borges Muniz

..... PÁG. 95

PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAIS NA APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Isabela Camille de Souza
Welliton Glayco da Fonseca
Gabriela Araújo

..... PÁG. 117

O PAPEL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO DE ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL – AVC: uma revisão de literatura

Mônica Lemos
Daniela Moreno de Camargo

..... PÁG. 132

ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA E DA TECNICIDADE NO PSICODIAGNÓSTICO EM DEMANDAS JURÍDICA

Júnia Aparecida da Silva
Pauliane Aparecida de Moraes

..... PÁG. 144

CUTTING - O GRITO SILENCIOSO DA LÂMINA: a automutilação entre adolescentes

Maria Madalena Ramos Ferreira¹
Karina Melo Leão²
Lucas Eustáquio de Paiva Silva³

RESUMO: O presente trabalho consistiu-se em um estudo de caso sobre as narrativas de adolescentes do sexo feminino que praticam automutilação e suas implicações pedagógicas no contexto escolar. O interesse por esse tema se deu em função da pesquisadora atuar como gestora escolar no trabalho com adolescentes que estão passando por processos de angústia, no contexto familiar conturbado, as mudanças repentinas de rotina, entre outros. Nossos objetivos foram analisar a automutilação de adolescentes e suas narrativas no contexto escolar, compreender o lugar da gestora na instituição escolar, assim como seus desafios e incômodos, e, por fim, caracterizar e refletir sobre as possibilidades e os efeitos da escuta analítica dos adolescentes na escola. No marco teórico são retomados pressupostos apresentados no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5 (DSM-5), para fundamentar o lugar do Real no sofrimento Real da adolescência. Desse modo, observamos que as adolescentes abordam o corpo como aquele possível de ser o porta-voz de sua angústia. Constatamos a automutilação como uma tentativa de estabilização frente ao mal-estar, quando, na dificuldade de utilizar o recurso da palavra, recorre-se ao ato da escarificação, o que resulta em marcas expostas no corpo. Concluímos que não havia um desejo explícito de morte, no entanto, as adolescentes buscavam formas de conter do seu sofrimento através da automutilação.

Palavras-chave: Sexo feminino. Familiar. Angústia.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a temática “*Cutting* o Grito Silencioso da Lâmina: A Automutilação entre Adolescentes”, essa ação é utilizada como forma de aliviar a dor moral e emocional, pois cortar é uma desordem emocional caracterizada por uma atitude de autolesão, que conscientemente causa feridas em vários graus no corpo, alcançando a autoenucleação e a autocastração. A literatura menciona que eles tentam lidar com emoções negativas, como frustração, desvalorização e rejeição.

¹ Aluna do Curso de Pós-Graduação em Neuropsicopedagogia da Faculdade FAMART.
ramosferreira.madalena@gmail.com

² Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Graduada em Ciências, Matemática e Pedagogia. Mestre em Educação.

³ Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Graduado em História. Mestre e doutor em Educação.

A *Internet* tem sido benéfica para a solução do problema, na medida em que o adolescente pode encontrar apoio *on-line*, mas também tem se mostrado extremamente prejudicial na difusão de métodos de mutilação e até na influência sobre os jovens que não sabem como resolver seus problemas de outra forma. A automutilação também está bastante ligada ao *bullying*, prática que vem sendo atualmente combatida em larga escala, em todos os meios sociais.

No presente artigo, procurou-se saber: O que leva os adolescentes a esse comportamento de se automutilar? Pois a presente pesquisa surgiu quando se observou, alunos chegando à escola com características de automutilação.

Temos como questionamento central do estudo: Qual é a simbologia por trás do *cutting*/automutilação nos adolescentes da Escola Estadual Doutora Zilda Arns Neumann na Zona Norte da cidade Manaus-Am/Brasil? Nas Perguntas Específicas procurou-se compreender: Como lidar com a automutilação na Escola? Quais são as razões por detrás da automutilação e o que a automutilação em alunos tem a ver com a Escola?

Nos objetivos gerais buscou-se conhecer as razões da prática da automutilação em adolescentes e suas narrativas no contexto escolar, visto que, a literatura contempla uma vasta gama de transtornos agregados ao fenômeno, o que instiga a conhecê-los para assim, poder-se ajudar os adolescentes da Escola Estadual Doutora Zilda Arns Neumann.

Nos objetivos específicos pretendeu-se: Identificar os motivos que levam as adolescentes a praticarem atos autodestrutivos em seu próprio corpo; refletir sobre as possibilidades e os efeitos da escuta analítica das adolescentes que se automutilam na escola e avaliar alguns aspectos acerca da automutilação não suicida na adolescência presentes na literatura e sua relação com o campo da Neuropsicopedagogia na Escola.

Para isso, desenvolvermos alguns aspectos que consideramos relevantes acerca do comportamento da automutilação, principalmente no que se refere à relação entre o sujeito e o outro no ambiente escolar. Na modalidade de um estudo de caso de reflexão/ação, propomos examinar este tema a partir da análise de algumas narrativas de adolescentes e de autores renomados que já desenvolveram pesquisas sobre a automutilação em adolescentes.

Salienta-se que a importância de a pesquisa estar na necessidade de ficarmos atentos ao comportamento dos jovens e conhecer os sinais que eles dão, pois eles indicam que eles estão precisando de ajuda. Ressaltamos que a automutilação não pode ser confundida com o

masoquismo, chantagem emocional ou tentativa de suicídio. Os jovens que se automutilam necessitam serem ajudados a transitar por este estreito caminho cercado de abismos que é o caminho e o caminhar entre a infância e a maturidade. O adulto do amanhã está se consolidando na confusão de identidade e sentimentos que é a adolescência e seus adeuses.

Perante as afirmativas, o estudo justifica-se por ser o ambiente escolar o lugar que encontrarmos diariamente jovens quietos nos cantos, mesmo em um horário que seria para eles estarem interagindo com os outros, eles se trancam em seu mundo solitário negando-se a compartilhar momentos felizes com seus colegas, professores e seus familiares.

Isso, porque vive-se em uma sociedade imediatista, onde os fatores sociais podem levar os *jovens* a atitudes negativas em relação a si mesmos, por esta linha, analisa-se as causas da automutilação na adolescência; os fatores que contribuem para o aumento desta prática entre os jovens e os encaminhamentos da escola diante dos sinais de depressão.

Afirma-se que a pesquisa é de relevância pedagógica, pois faz-se necessário que gestores, pedagogos e professores compreendam as diversas formas de ajudar ao adolescente que se encontra em situação de risco. Isso porque, a adolescência é um momento favorável para certos comportamentos que fogem às regras sociais, o corpo do adolescente está passando por transformações brutais a uma velocidade surpreendente. Essas complexas mudanças produzem muitos hormônios. É o processo de preparação da estrutura humana, onde as mudanças físicas e mentais são necessárias para a fase adulta.

Ressalta-se, que o presente estudo é viável a comunidade escolar, haja vista, nossos adolescentes demonstrarem incapacidade de lidar com os próprios sentimentos, e isso se reflete nas marcas feitas em seu corpo. E esse sofrimento pode inclusive estar associado a uma dificuldade ou situação que o estudante está passando na própria escola.

Assim, a fim de compreender esse quadro crescente na vida dos adolescentes e os aspectos psicológicos dele, foi realizada uma revisão bibliográfica através de artigos científicos encontrados no *Google Acadêmico* e *SciELO* para maior entendimento do tema. Pois as emoções negativas dos jovens podem incomodar, enlouquecer, e eles encontram na automutilação a única possibilidade de resolver conflitos internos com os cortes. O triste é que parece uma droga viciante e de difícil controle, pois não há outra alternativa quando o organismo, como defesa, foca numa única dor, ou seja, a dor provocada pelos cortes, a dor psicológica consequentemente diminui, o que causa o alívio da dor emocional.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Fenômeno *cutting* ou automutilação

A temática *Cutting* ou automutilação em adolescentes nos remetem a uma reflexão sobre a fase da adolescência, por essa uma fase de muitas mudanças, no âmbito do corpo físico, psicológico e social. Pois o adolecer é uma das fases da vida mais repletas de eventos conflitantes. As crises relacionadas a essa transformação, embora envolvam a todos, nem sempre são comunicadas (LACAN, 2005).

Isso porque, os adolescentes têm buscado novas saídas para lidar com suas angústias e conflitos existenciais. As experiências subjetivas de desalento têm lançado os mesmos a um sentimento de solidão e vazio afetivo, onde o adolescente tem omitido seu estado psíquico. Pois atualmente, seu apelo para pedir socorro, com intuito de aliviar suas dores emocionais e lidar com seus sentimentos de culpa, solidão, angústias e uma constante busca de se encontrar em um vazio constante, foi reconhecido como um transtorno mental denominado *cutting*, dando-se através da automutilação em seu corpo.

Segundo Villanova, (2016):

A redação do Diário identificou grupos de praticantes de *cutting* na rede social Facebook. As comunidades têm caráter de apoio e existem como um suporte a quem busca curar a dependência. Tanto a psicologia quanto a psiquiatria consideram como benéfica a existência dessas associações, semelhante ao que acontece em grupos terapêuticos como o Alcoólicos Anônimos.

Assim, os adolescentes que recorrem a essas práticas cruéis contra si mesmos sofrem de transtornos psicológicos, em geral, depressão, agem de forma a não ser percebidos pela família, cultivam sentimento de culpa, após a prática do *cutting*, mas acabam viciados e dependentes da dor que provocam. Este é um fenômeno que tem afetado a muitos e se tornou um problema de saúde pública.

2.2 O que diz a lei sobre a automutilação

O Projeto de Lei do Senado nº 664, de 2015, do Senador Ciro Nogueira, que inclui o art. 244-C na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente,

para tipificar o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente. O autor do Projeto, em sua justificção, argumenta:

O chamado “*cutting*” (ou automutilação) é caracterizado pela agressão deliberada ao próprio corpo, sem a intenção de cometer suicídio. Não há ainda dados disponíveis sobre a prática no Brasil, mas uma pesquisa divulgada em 2006, na publicação científica da Academia Americana de Pediatria, aponta que 17% dos adolescentes em idade escolar praticaram automutilação mais de uma vez em toda a sua vida.

Especialistas afirmam que o mundo on-line em que as crianças e adolescentes estão inseridos pode estar contribuindo para esse cenário, pelo uso cada vez mais crescente de instrumentos eletrônicos como celulares e *tablets* (COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 2015).⁴

Nesse ambiente, os jovens se sentem pressionados pelas redes sociais a seguir certo estilo de vida, como uma necessidade de reafirmação e de inserção entre outros jovens. Com isso, criam-se espaços para a prática do “*bullying*”, por exemplo.

A partir daí, tem crescido o número de grupos nas redes sociais que incentivam e estimulam a prática da automutilação entre crianças e adolescentes. Para serem aceitos pelos grupos, os jovens precisam lesionar o próprio corpo e divulgar o resultado por meio de fotos ou vídeos nas redes sociais.

Tal prática de incitação, além de odiosa, piora o quadro das crianças e adolescentes que praticam a automutilação, a qual, hodiernamente, é considerada uma doença psicológica (COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 2015).

O grito silencioso da lâmina em forma de automutilação é um ato desesperado de quem necessita de amor e atenção. Seja por sofrimento ou por tendência não podemos banalizar a automutilação, pois ela tem expandido globalmente, sobretudo a partir do crescimento das mídias e redes virtuais de computadores, onde *blogs* e *sites* ensinam os praticantes, na sua maioria adolescente do sexo feminino, a se cortarem e postarem as fotos.

De acordo com a publicação de Villanova, (2016):

Aproximadamente dez mil resultados é o que o *YouTube*, site de hospedagem de vídeos, apresenta quando é feita uma pesquisa pela palavra “automutilação”. No Instagram, a busca pela *tag* #*cutting* - termo também utilizado para designar a prática de lesões ao próprio corpo - gera um resultado de mais de quatro milhões de posts. O Tumblr, rede social que se assemelha ao formato de blog, possui milhares de perfis totalmente dedicados ao tema: são publicados desabafos, imagens das lesões, mensagens sobre depressão e outros transtornos. O Twitter também não fica

⁴ Projeto de Lei do Senado nº 664, de 2015, do Senador Ciro Nogueira. <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=5294133&disposition=inline>> Disponível em: 13 out. 2019.

para trás, basta pesquisar. Já no Google, são 470 milhões de publicações relacionadas ao termo *cutting* (VILLANOVA, 2016).

Assim, em virtude da constatação do alto índice de automutilação no período da adolescência, o estudo baseou-se em fatos ocorridos com alunas de uma escola pública estadual no município de Manaus que cometem automutilação simplesmente pela sensação de alívio e prazer, pois elas acreditam ser essa prática a única forma de amenizar a angústia sentida em seu interior. “Uma dor *maior* para aliviar uma dor *menor*”. É este o lema de vários adolescentes que praticam o *Cutting*/Automutilação. Isso porque, a adolescência é uma etapa de desenvolvimento e de transição entre a infância e a idade adulta, caracterizada por uma série mudanças fisiológicas, psicológicas e sociais (FORTES; MACEDO, 2017).

2.3 *Cutting* o grito silencioso da lâmina

O *cutting* é o grito silencioso da lâmina entre os adolescentes que se trancam em seu mundo interior e tentam resolver seus problemas e dilemas da fase de transição da infância para a adolescência, pois quando um adolescente passa por uma situação que fogem ao seu controle, ele realiza cortes contínuos em sua pele silenciosamente, sem escândalos, atitudes como esta tem crescido nos últimos anos no ambiente escolar e acende um alerta para os educadores, funcionários, gestores e todos que fazem parte do contexto escolar no dia a dia. Esse comportamento é mais comum na escola em sujeitos adolescentes do sexo feminino, que utilizam objetos que fazem parte do seu material escolar, como a lâmina do apontador ou a tesoura e os usam para a prática do corte sequencial no próprio corpo.

Segundo Correia, (2010):

O *cutting*, também denominado de automutilação - cortando a si mesmo - consiste em cortes intencionais que o sujeito faz em sua própria pele, no intuito de ferir-se, deixando uma cicatriz no corpo (os braços são o local mais comum) (CORREIA, 2010).

As prováveis causas para esse tipo de autoagressão são modismo, desafio do grupo, fuga, depressão, baixa estima, falta de confiança em si mesmo, abandono familiar e angústia diante de fatos inesperados, luto, perda de amizade, reprovação escolar, traição no namoro, abuso sexual, violência doméstica, *bullying*, o prazer de sentir o corte (como relato de alguns jovens) e outras questões que podem decorrer de outros problemas.

Quanto ao significado termológico do *cutting*, “no inglês, geralmente a terminologia utilizada para transmitir a ideia de corte, cujo sentido é essencialmente o mesmo do latim, é

cut". O *cutter* também, pode ser traduzido como "cortador", ou ainda "aquele que corta", referindo-se a um sujeito que exerce ativamente a tarefa de cortar. *Cutting*, portanto, sugere uma ação contínua, que acontece na perspectiva de um prolongamento metodológico do transbordamento desse sujeito frente à necessidade de interrupção do objeto através do corte (CORREIA, 2010).

Essa prática foi reconhecida como transtorno mental em 2013 pela Sociedade Americana de Psiquiatria e pode ser definida como uma agressão ao próprio corpo sem intenção consciente de suicídio. "O *cutting* ou automutilação é muitas vezes praticado por portadores de patologias psiquiátricas, em especial, os portadores de transtorno de personalidade borderline, depressão, bipolaridade, anorexia, bulimia e esquizofrenia". (GIUSTI, 2019)

Portanto, os jovens que sofrem deste distúrbio, comumente se fecham no quarto, ficam trancados no banheiro em banhos de longo período, recusam-se a participar de atividades em conjunto com os familiares e colegas que sejam necessárias a utilização de roupas curtas. Seja por sofrimento ou por tendência não podemos banalizar a automutilação, pois ela tem se expandido globalmente, sobretudo a partir do crescimento das mídias e redes virtuais de computadores, onde blogs e sites ensinam os praticantes, na sua maioria adolescente, a se cortarem e postarem as fotos. Sabemos que a adolescência é uma época propícia para que determinados comportamentos que fogem à regra apareçam. Os jovens precisam aprender, desde cedo, a lidar com as questões humanas, as emoções e as frustrações.

2.4 As causas da automutilação nos adolescentes

Adolescentes que praticam *cutting* sentem dor e buscam na automutilação um "analgésico" para a dor emocional, sendo o corte na pele um alívio para sensação de vazio, dor, angústia, raiva, problemas relacionados ao *bullying*, depressão, drogas, perdas, violência física, violência psíquica, violência sexual, ou seja, dores da alma, que não são curadas com remédios. E é uma prática que acomete principalmente adolescentes dos doze (12) aos dezessete (17) anos de idade.

De acordo com a letra da música de Legião Urbana (1996):

[...] Tudo é dor

E toda dor vem do desejo

De não sentirmos dor [...] (LEGIÃO URBANA, 1996).

É importante compreender, que o jovem que se automutila está com dificuldades emocionais em lidar com alguma frustração, ou alguma perda. Pode parecer paradoxal e estranho, o corte no próprio corpo é utilizado como "analgésico" para uma dor que a alma sente. Os jovens que praticam automutilação têm a sua própria justificativa, porém, não podemos desprezar que existe um sofrimento a ser investigado e tratado, com ajuda da família e de um profissional. Pois a angústia opera uma lacuna na simbolização, isto é, uma ruptura no registro simbólico do sujeito, impossibilitando a articulação dos significantes sobre os quais se encontra sustentado todo o arcabouço subjetivo do indivíduo.

Com isso, instalam um mal-estar no corpo para além da subjetividade; os sintomas emergem na subjetividade mediante as marcas da angústia no psiquismo, transferindo-se para o corpo através dos transbordamentos somáticos, sentidos na pele em forma de cortes que silenciam os gritos desesperados e aliviam o sofrimento.

A intenção predominante é a de cessar a dor emocional e não simplesmente de fazer mal para si. Na *internet*, é possível localizar relatos de jovens que se cortam como forma de autopunição, por não cumprirem metas que determinaram para si, como alcançar boas notas, entrar na universidade, emagrecer ou ser aceito em determinado grupo social. Também é comum nos casos de depressão ou distúrbios de autoimagem.

Portanto, a automutilação é sem dúvida alguma um transtorno emocional, que necessita tratamento e apoio da família. Assim, apesar do suicídio e da automutilação estarem associados, não são a mesma coisa, pois, a pessoa que se machuca propositalmente não tem a intenção de interromper a própria vida, mas sim de lidar com um sofrimento psíquico, produzindo lesões pelo corpo.

2.5 A automutilação segundo a classificação internacional de doenças

A depender da leitura que se faça, a automutilação é entendida como um sintoma de alguns transtornos mentais. Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10, versão 2008), “transtorno” não é um termo exato, porém é usado para indicar a existência de um conjunto de sintomas ou comportamentos clinicamente reconhecíveis, associados, na maioria dos casos, a sofrimento e interferência com funções pessoais.

Já para o DSM-V (Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), atos de automutilação aparecem, por exemplo, na forma de um transtorno específico, ou exclusivo,

como por exemplo, no Transtorno de Personalidade Borderline (AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION, 2014, P. 663).

O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5.^a edição ou DSM-V é um manual diagnóstico e estatístico feito pela Associação Americana de Psiquiatria para definir como é feito o diagnóstico de transtornos mentais. Usado por psicólogos, médicos e terapeutas ocupacionais. o DSM - carregam uma imensa responsabilidade.

Ao decidirem por incluir novas doenças que não eram listadas anteriormente, ou então ao fazer alterações em condições extremamente comuns, como a depressão, eles assumem o risco do desconhecido. Isso porque é impossível prever se suas medidas serão positivas ou devastadoras, capazes de provocar falsas epidemias de distúrbios mentais e submeter pacientes saudáveis a tratamentos desnecessários com medicamentos cheios de efeitos colaterais.

No que se refere a pacientes *Borderline*, geralmente denominados dentro da estrutura psicopatológica psicanalítica de pacientes-limites, estados-limites, pacientes-limítrofes ou fronteiros, frequentemente manifestam fantasias de automutilação, descontrole dos impulsos e agressividade:

A agressividade é comum, podendo o paciente ter um histórico de refregas e discussões com familiares ou com estranhos (brigas e confusões na rua são frequentes). Em geral, são fruto de explosões em situações contornáveis aos olhos do observador, mas que o borderline não consegue evitar. Comumente, após o episódio agressivo, arrependem-se. Alguns filmes e literatura exploram estas características do borderline, embora assassinatos sejam muito menos frequentes que o suicídio, a autoagressão ou a automutilação (HEGENBERG, 2009, 62).

Conquanto, a literatura contempla um número significativo de terminologias a fim de tentar explicar o comportamento da automutilação, resultando no fato de muitos estudos apresentarem um enfoque totalmente voltado para esta questão, impossibilitando, em parte, o avanço no entendimento deste complexo fenômeno.

2.6 Classificação e fatores de riscos da automutilação

Quadro 1: A Automutilação então é classificada em quatro categorias por Giusti, (2013):

Automutilação do tipo Estereotipado	Apresenta comportamentos altamente repetitivos, monótonos, fixos, frequentemente ritmados e parecem comandados; com as lesões tendendo a manter um padrão, podendo variar de leves a graves ferimentos, podendo colocar em risco a vida da pessoa. As pessoas que a praticam não têm vergonha e/ou disfarçam esse comportamento, mesmo quando diante de expectadores e costuma ser frequente em pessoas com retardo mental, autismo etc.
Automutilação do tipo Grave	Inclui ferimentos graves, frequentemente colocando a vida da pessoa em risco, ocasionando ferimentos irreversíveis, como: castração e amputação de extremidades. Poucas vezes esse comportamento se repete, provavelmente devido à gravidade das lesões. Costuma ser acompanhada por delírios religiosos, com pensamentos de punição, tentação e salvação. Este tipo de Automutilação não é critério diagnóstico de nenhum transtorno mental, mas costuma estar associada a quadros com sintomas psicóticos, transtornos da personalidade etc.
Automutilação do tipo Compulsivo	Inclui comportamentos repetitivos, algumas vezes rítmicos, ocorrendo diariamente e inúmeras vezes num mesmo dia, como na tricotilomania, comportamento mais conhecido desse tipo de Automutilação.
Automutilação do tipo Impulsivo	Nesse tipo o indivíduo corta a pele, se queima e se bate; comportamentos conceituados como atos agressivo-impulsivos, onde o alvo da agressão é a si mesmo. Normalmente ocorre após uma vivência traumática de uma forte emoção, como a raiva, ou apenas ela lembrança dela; sendo vistos como forma de lidar com a emoção.

Fonte: Giusti (2013, p. 44-45).

Muitas vezes o jovem não demonstra angústia ou dor no ato de se automutilar, sendo que o alarme acontece somente quando a escola ou algum familiar percebe e se preocupa. De acordo com Giusti (2013, p. 38), ambientes inseguros/inconsistentes (com negligência, repressão da expressão emocional, abuso sexual etc.) levam o indivíduo a ter um desenvolvimento interpessoal pobre e pouca habilidade para lidar com as próprias emoções. Além disso, aproximadamente 90% dos indivíduos que apresentam tal comportamento relataram que, ao longo de sua existência, foram desencorajados a externalizar suas emoções, especialmente a raiva e a tristeza (GIUSTI, 2013, p. 38).

Quadro 2: Os fatores de risco podem então ser agrupados da seguinte forma:

Características Pessoais	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de mecanismos de adaptação; - Pessimismo; - Insegurança; - Distorção da imagem corporal; - Baixa autoestima; - Instabilidade emocional; - Impulsividade; - Autodepreciação.
Transtornos Psiquiátricos	<ul style="list-style-type: none"> - Transtorno de Personalidade Borderline; - Ansiedade; - Depressão; - Transtornos Alimentares; - Transtornos de uso de substâncias; - Outros transtornos da Personalidade (Ex: Histriônico e Antissocial etc.).
Problemas Relacionados à Infância	<ul style="list-style-type: none"> - Negligência; - Abuso (sexual, físico, emocional); - Dificuldade de apego; - Doença grave ou cirurgias na infância; - Estresse emocional precoce
Social	<ul style="list-style-type: none"> - “Bullyng”; - Informações sobre Automutilação pela mídia (TV, internet etc.); - Colegas que se automutilam; - Dificuldades de relacionamento.
Família	<ul style="list-style-type: none"> - Dependência de álcool; - Separação precoce dos pais; - Desvalorização por parte da família; - Violência familiar; - Relação familiar disfuncional; - Depressão em algum dos pais.

Fonte: Giusti (2013, p. 38).

Portanto, a Automutilação também se diferencia do suicídio, embora sejam comportamentos que são frequentemente associados e dividam algumas experiências em comum, ambas são distintas. O indivíduo que realmente tenta suicídio tem como objetivo a morte. Já o que se mutila está procurando o alívio dos seus sofrimentos; sentir-se melhor; com resultados imediatos e poderá ser repetida várias vezes até que a sensação desejada de alívio seja atingida. É importante saber que há outras formas de lidar com os nossos problemas e emoções negativas, formas mais eficazes, mais saudáveis e mais duradouras do que a automutilação, que não nos deixam cicatrizes físicas nem emocionais. Um Psicólogo pode compreender e ajudar a encontrar outras formas de lidar com os problemas e as emoções. Pois não é possível identificar um único fator que motiva as pessoas a praticarem a automutilação.

2.7 Queda no rendimento escolar

Para crianças e adolescentes, a depressão levará inevitavelmente ao declínio do desempenho acadêmico, pois um dos sintomas é a mudança na forma e na velocidade de

raciocínio. Segundo Lee Fu (2019)⁵. Também é comum que estes alunos passem a faltar mais nas aulas. A solidão, a tristeza e a dificuldade de concentração na escola podem causar depressão na infância ou adolescência, complicando muito os relacionamentos pessoais e o desempenho escolar. Pode haver desatenção, motivação insuficiente para completar tarefas, comportamento agressivo em relação aos colegas e absenteísmo excessivo. Nessas circunstâncias, não fica descartada a necessidade de os professores orientarem um ou ambos os pais na busca de ajuda profissional para os alunos. A mudança no boletim costuma ser o maior sinal de alerta para os pais. A psiquiatra disse que é impossível generalizar e dizer que a escola não leva em consideração essas questões, mas admite que nem as redes públicas nem as privadas podem dar conta de todos os problemas inerentes às crianças e adolescentes (LEE FU, 2019).

3 METODOLOGIA

A metodologia empregada descreve-se como sendo um estudo de caso descritivo-exploratório, com abordagem quanti-qualitativa e processo de amostra não-probabilístico por conveniência. A amostra é constituída de 10 adolescentes, do sexo feminino, cursando o Ensino Fundamental II na Escola Estadual Doutora Zilda Arns Neumann no município de Manaus. A variação das idades dos sujeitos foi composta de 70% entre 13 e 14 anos e 30% entre 15 e 16 anos. Destes, 90% estão cursando o 8º ano e apenas 10% estão cursando o 7º ano do ensino fundamental II, sendo 100% de escolas públicas estaduais.

O questionário foi utilizado como instrumento principal de coleta de dados, pelo fato dele “estabelecer um conjunto de questões, sistematicamente articuladas com o intuito de levantar informações escritas por parte dos sujeitos da pesquisa para que sejam conhecidas suas opiniões” (SEVERINO, 2007).

A escola escolhida para a realização da pesquisa possui 998 (novecentos e noventa e oito) alunos, 35 (trinta e cinco). Desse total 06 (seis) alunos participaram da pesquisa, para isso os sujeitos enquanto alunos deveriam ter os seguintes critérios de inclusão no estudo: 1 – Ser aluno da instituição; 2 – Está na faixa etária entre 09 (nove) a 15 (quinze) anos; 3 – Os pais/responsáveis legais terem assinado os termos de autorizo; 4 – Ter comparecido nas

⁵ LEE FU. **Os sinais que podem identificar depressão nos adolescentes**. Jornal Globo.com-G1 (2019). Disponível em: 28 jan. 2019. < <https://epocanegocios.globo.com/Vida/noticia/2019/01/os-sinais-que-podem-identificar-depressao-nos-adolescentes.html>>. Acessado em: 07 out. 2021.

reuniões para o esclarecimento da pesquisa com a pesquisadora e; 5 – Estarem presentes no dia da aplicação do questionário.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir serão exibidos os resultados encontrados, assim como a discussão deles. Essa discussão busca responder à seguinte problemática de estudo: Qual é a simbologia por trás do *cutting*/automutilação? O que leva uma pessoa cortar seu próprio corpo? Com isso, a apresentação e discussão dos resultados obedecem à sequência das perguntas no questionário elaborado e utilizado pela autora deste estudo.

Questionário Destinado aos Alunos: A Prática do *Cutting*/Automutilação em Adolescentes da Escola Estadual Dr.^a Zilda Arns Neumann

Tabela 1: A prática do *Cutting*/Automutilação

PERGUNTA 1	RELATO DOS PARTICIPANTES
Alguma vez você cortou ou fez vários pequenos cortes em sua pele, o que lhe motivou a tal prática?	Aluno “A”: “Depressão, ansiedade.”
	Aluno “B”: “Meu convívio com meus pais minha mãe é agressiva, briga muito e sempre me insulta, isso me faz ficar muito triste com vontade de morrer.”
	Aluno “C”: “Não consigo conviver com a desordem da minha família e colegas na escola”.
	Aluno “D”: “Ansiedade, raiva, dor, a não solução de problemas, etc.”
	Aluno “E”: “O alívio da dor emocional.”
	Aluno “F”: “A ausência de atenção familiar.”

Fonte: Criação da pesquisadora, RAMOS, Maria Madalena Ferreira. 2021.

A automutilação sugere que o adolescente está muito angustiado, contudo, em muitos adolescentes, a automutilação não indica que o suicídio pode ser um risco.

Tabela 2: A frequência da prática da automutilação

PERGUNTAS: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10	RESPOSTAS
Alguma vez bateu em você mesmo de propósito?	30% responderam que sim e 70% responderam que sentiram vontade, mas preferiram se automutilar.
Alguma vez queimou sua pele (por exemplo: com cigarro, fósforo ou outro objeto quente?).	100% responderam que não.
Você costuma praticar o <i>cutting</i> /automutilação com frequência?	15% responderam que não tão frequente; 38% responderam que se automutilam de quinze em quinze dias, enquanto 47% responderam que exercitam essa prática uma vez por semana.
Você costuma ter esse tipo de comportamento diante das pessoas com quem convive?	60% responderam que somente na frente de alguns amigos da escola, enquanto 40% disseram que não, preferem ficar sozinhos.
Quando você praticou alguns dos atos mencionados, você estava tentando se matar?	Apenas 01% responderam que sim, enquanto 99% responderam que não.
Quanto tempo você gasta pensando em fazer tal(is) ato(s) antes de realmente executá-lo(s)?	35% responderam que mais ou menos três horas; 25% responderam que o tempo que cicatriza os últimos cortes feitos, enquanto 40% responderam que mais ou menos oito dias.
Quais sentimentos você sente após a automutilação em seu corpo?	100% responderam que sentem um sentimento de culpa, vergonha e uma tristeza muito forte.
Existência de algum ato comemorativo para que o ritual da automutilação seja satisfatório?	100% dos alunos entrevistados responderam que não.
Qual região do seu corpo é ferida durante a automutilação? Por quê?	70% responderam que seus braços, por ser mais fácil; 20% responderam que suas coxas para ninguém perceber seu corpo cortado e 10% responderam a barriga, pela sensação de prazer e alívio da dor emocional.
Você consegue falar com seus familiares sobre a prática da automutilação?	Apenas 30% responderam que sim, enquanto 70% responderam que não, pois seus familiares já têm problemas demais.

Fonte: Criação da pesquisadora, RAMOS, Maria Madalena Ferreira. 2021.

Percebe-se que os jovens praticam a automutilação na realização intencional de comportamentos de agressão ao próprio corpo, sem intenção de provocarem a morte. O questionário de estado de humor foi utilizado no presente estudo, por ser um instrumento muito utilizado por profissionais de saúde para rastrear a depressão.

Tabela 3: O reconhecimento da depressão em alunos do Ensino Fundamental da Escola Estadual Dr.^a Zilda Arns Neumann.

Pergunta central: No período dos meses de janeiro a novembro de 2020, quantas vezes já sentiu qualquer um dos sentimentos e problemas abaixo? Marque apenas uma alternativa em cada fileira.	Nunca	Em vários dias	Em mais de metade dos dias	Em quase todos os dias
1 - Tive pouco interesse ou prazer em fazer coisas em casa, na escola ou com colegas.	0%	60%	25%	15%
2 - Senti desânimo, desalento ou falta de esperança.	0%	10%	70%	20%
3 - Tive dificuldade em adormecer ou em dormir sem interrupções ou dormi demais.	0%	35%	25%	40%
4 - Senti cansaço ou falta de energia.	0%	0%	0%	100%
5 - Tive falta ou excesso de apetite.	0%	12%	18%	70%
6 - Senti que não gosto de mim próprio(a) ou que sou um(a) falhado(a) ou me desiludi a mim próprio(a) ou à minha família.	0%	0%	0%	100%
7 - Tive dificuldade em concentrar-me nas coisas, como realizar minhas atividades escolares ou ver televisão.	0%	0%	100%	0%
8 - Movimentei-me ou falei tão lentamente que outras pessoas poderão ter notado. Ou o oposto: estive agitado(a) a ponto de andar de um lado para o outro muito mais do que é habitual.	0%	37%	13%	50%
9 - Pensei que seria melhor estar morto(a) ou em magoar-me a mim próprio de alguma forma.	0%	80%	15%	05%
10 – Senti-me abandonado(a) em um vazio constante, apenas com vontade de chorar.	0%	0%	0%	100%

Fonte: Questionário do estado de humor. Disponível em: <<https://ifightdepression.com/pt/questionario-do-estado-de-humor>> Acessado em 01 out. 2021. Com grifo nosso.

A automutilação na adolescência é fenômeno relevante, perpassado por várias condições, atingindo a sociedade como um todo, incluindo os professores que acompanham cotidianamente os adolescentes em suas atividades escolares. Entendemos a complexidade da adolescência como um momento psicológico, portanto, as atividades organizadas naquele momento são a base da subjetividade, que determina como o sujeito se posiciona na relação com os outros e nos acontecimentos subsequentes da vida. Portanto, a automutilação é entendida como um sinal de falha em vincular os registros simbólicos, imaginários e reais, e explica a dificuldade de separação da mãe e a dor que surge quando a menina marca a fronteira de seu próprio reconhecimento. Seu próprio corpo, as cicatrizes se manifestam como tentativas de reescrever uma única linha repetidamente, com o objetivo de remodelar continuamente as bordas do corpo a fim de impor restrições entre si e os outros. O estudo mostra que há evidências de que a automutilação é um diagnóstico autônomo que ocorre concomitantemente com outras comorbidades.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5ª ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2014.992p.

CORREIA, Anderson. Inglês: **dicionário escolar**. Blumenau: Vale das Letras, 2010.

FORTES, I.; MACEDO, M.M.K. **Automutilação na adolescência – rasuras na experiência de alteridade**. *Psicogente*, v. 20, n. 38. p. 353-367, 2017.

GIUSTI, J.S. **Automutilação**: características clínicas e comparação com pacientes com transtorno obsessivo-compulsivo. 2013. 184f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

HEGENBERG, Mauro. **Borderline**. 6. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

LEGIÃO URBANA. **Quando o Sol Bater Na Janela do Teu Quarto**. Álbum: As Quatro Estações. Composição: Renato Russo / Marcelo Bonfá / Dado Villa-Lobos. 1996.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VILLANOVA, Marian. INTERNET - Comissão aprova projeto para criminalizar o incentivo à automutilação: **Crescimento de grupos em redes sociais ligados ao *cutting* estimulou a mudança na legislação brasileira**. 2016. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/2016/04/12376,37/>>. Acessado em: 13 out. 2021.

O PAPEL DA MÚSICA NA SAÚDE E NO BEM-ESTAR HUMANO: um estudo bibliográfico

Franciane dias da Silva⁶
Daniela Moreno de Camargo⁷

RESUMO: O artigo tem como objetivo compreender o papel da música na saúde e no bem-estar humano ao longo da história, partindo da Antiguidade até o reconhecimento da musicoterapia enquanto campo de estudo científico. Levantamos algumas bibliografias alinhadas à temática, realizando inferências sobre as mesmas e destacando conceitos importantes ao esclarecimento. Desenvolvemos o conceito e a história acerca da musicoterapia que utiliza a música como meio de terapia para ajudar na promoção da saúde humana. O trabalho se justifica na medida em que há um interesse crescente pelo tema, além de compreender como a música pode afetar nossa saúde e bem-estar, ajudando a promover um maior entendimento e reflexão sobre a importância dessa arte. Os resultados evidenciaram o importante papel atribuído à música ao longo da história, o qual se reflete hoje, e o quanto ela ainda é e se faz cada vez mais fundamental em proporcionar melhoria na qualidade de vida da sociedade atual.

Palavras-chave: História da Musicoterapia. Música e Bem-Estar. Música e Saúde.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, buscamos compreender o papel da música na saúde e no bem-estar humano ao longo da história, partindo da Antiguidade até o reconhecimento da musicoterapia enquanto campo de estudo científico. Traçar uma linha do percurso histórico em que música, saúde e bem-estar se relacionaram significativamente com o passar dos séculos, e refletir sobre o papel desta tríade dentro das sociedades é o ponto chave deste trabalho. Para tanto, levantamos algumas bibliografias consultadas no periódico Scielo e no Google Acadêmico, alinhadas à temática aqui proposta, realizando inferências sobre as mesmas e destacando

⁶ Mestre em Educação pela Universidade de Pernambuco, licenciada em Música pelo IFSertãoPE e com especialização em Educação Musical pela Faculdade Única de Ipatinga. E-mail: francidias.musica@gmail.com.

⁷ Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG.

conceitos importantes ao esclarecimento do assunto. Portanto, o artigo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa e bibliográfica.

A relação entre música, saúde e bem-estar tem sido objeto de estudo em diversas áreas, como a psicologia, a medicina e a musicoterapia. É um assunto complexo e que pode ser abordado por diferentes perspectivas. A música pode ter efeitos interessantes na saúde física e mental das pessoas, por exemplo, quando utilizada como ferramenta terapêutica para tratar problemas de ansiedade, depressão e estresse. Neste sentido, desenvolvemos o conceito e a abordagem histórica acerca da musicoterapia, a qual utiliza a música como meio de terapia para ajudar na promoção da saúde física, emocional, cognitiva e social de uma pessoa, em colaboração com outras áreas de estudo.

Sendo assim, escrever um trabalho sobre o papel compreendido à música na saúde e no bem-estar das pessoas, se justifica na medida em que há um interesse crescente pelo tema atualmente, de acordo com estudos que têm mostrado os efeitos positivos da música em várias áreas. Além disso, a música é uma forma de arte que tem sido valorizada e apreciada há milhares de anos, em diversas culturas ao redor do mundo. Por isso, compreender como a música pode afetar nossa saúde e bem-estar, ajuda a promover um maior entendimento e reflexão sobre a importância dessa arte milenar em nossas vidas. Vale ressaltar ainda, que este artigo não esgota o diálogo sobre o tema em questão, mas que seja um ponto de partida para abordar outras perspectivas de estudo na área.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Compreendendo os conceitos

A música tem sido usada para promover a saúde e o bem-estar das pessoas há milhares de anos, tendo um papel importante em muitas culturas antigas. Portanto, não é de hoje a relação existente entre música e saúde, relação esta que evoluiu e até hoje perdura.

A música é uma das mais antigas e sublimes artes que o ser humano pode sentir e expressar seus sentimentos. O significado da palavra música surge da expressão grega *musiké téchne*, ou seja, “arte das musas”, uma alusão às personagens femininas da mitologia grega, as

quais dominavam habilidades artísticas⁸. Para Franciane Dias (2022), desde a antiguidade, o homem primitivo sentiu necessidade de manifestar as emoções por meio da música, seja confeccionando instrumentos com materiais da natureza ou entoando cânticos nos rituais religiosos, e, portanto, as práticas musicais sempre estiveram presentes nas sociedades, desde os tempos antigos, sejam elas práticas individuais ou coletivas.

A música pode exercer um papel significativo na promoção do bem-estar físico e mental, assim como na melhoria da saúde em geral. Muitos benefícios e funções são atribuídos à música desde o simples ato de ouvir até mesmo as práticas de terapia e tratamentos de doenças.

Mas antes, faz-se necessário o entendimento de alguns conceitos para o desenvolvimento das reflexões a seguir, e, para tanto, utilizamos as definições trazidas pelo professor Kenneth E. Bruscia (2016), sobre música, terapia, musicoterapia e saúde. O autor argumenta que é muito difícil fazer tais definições, porém, com as suas reflexões, ele contribui para compreendermos melhor estes conceitos fundamentais, numa perspectiva voltada especialmente para o tema deste artigo.

Primeiramente, estamos convencidos de que a palavra música recebeu inúmeras definições de diferentes concepções ao longo dos tempos. Vejamos algumas: 1) “ciência ou arte de ordenar tonalidades ou sons em sucessão, em combinação⁹”; 2) “som organizado¹⁰”; 3) “tudo que alguém escuta com a intenção de ouvir música¹¹”; e 3) “um fenômeno dado a nós com o único propósito de estabelecer uma ordem às coisas, incluindo, e particularmente, a coordenação entre o homem e o tempo¹²”. Para Bruscia (2016), música poderia ser chamada também de experiência musical, e faz uma definição mais atual do que seja música:

A música é uma instituição humana na qual indivíduos criam significado, beleza e relações através do som, usando as artes da composição, improvisação, performance e audição. Significado e beleza são derivados (1) das relações intrínsecas criadas entre os próprios sons, (2) das relações extrínsecas criadas entre a experiência sonora e outras experiências humanas e (3) das relações interpessoais e socioculturais inerentes ao processo de fazer ou experimentar música (i.e., “musicar”). Significado e beleza podem ser encontrados na própria música (i.e., o objeto ou produto), no ato de criar ou experimentar a música (i.e., o processo de musicar), no músico (i.e., a pessoa), nas relações interpessoais e socioculturais inerentes ao fazer musical e no universo (BRUSCIA, 2016, p. 117-118).

⁸ Disponível em: <https://etimologia.com.br/musica/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

⁹ Merriam-Webster’s Collegiate Dictionary, edição online.

¹⁰ Varese e Chou, 1996, p. 11.

¹¹ Berio, Dalmonte e Varga, 1985, p.19.

¹² Stravinski, 1962, p. 54.

Em outras palavras, podemos dizer que música envolve uma experiência musical, com elementos sonoros que despertam uma infinidade de sensações nos ouvintes, cada qual vivenciando a experiência a partir da sua perspectiva cultural, social, individual, sendo interpretada de diferentes maneiras.

Em tons poéticos, de acordo com Oliver Wolf Sacks citado por Clara Costa Oliveira e Ana Gomes (2014), podemos dizer ainda da música, em sua forma singular, como

[...] única entre as artes, é ao mesmo tempo completamente abstracta e profundamente emocional. Não tem o poder de representar seja o que for de concreto ou de exterior, mas tem um poder único no que se refere à expressão de estados internos ou de sentimentos. A música é capaz de nos tocar directamente, o coração; não requer mediações (SACKS *apud* OLIVEIRA; GOMES, 2014, p. 759).

Já a musicoterapia é uma forma de terapia e é um processo sempre focado na saúde, ou seja, em otimizar a saúde do paciente, assim como está centrada no som, na experiência sonora, seja ela auditiva ou tátil por natureza (BRUSCIA, 2016). O autor, no entanto, acredita que a musicoterapia seja muito diversa e complexa para ser definida ou delimitada apenas nos termos de uma única área, única teoria ou nível de prática.

Para a União Brasileira das Associações de Musicoterapia (UBAM), o campo recebe a seguinte definição:

Musicoterapia é um campo de conhecimento que estuda os efeitos da música e da utilização de experiências musicais, resultantes do encontro entre o/a musicoterapeuta e as pessoas assistidas. A prática da Musicoterapia objetiva favorecer o aumento das possibilidades de existir e agir, seja no trabalho individual, com grupos, nas comunidades, organizações, instituições de saúde e sociedade, nos âmbitos da promoção, prevenção, reabilitação da saúde e de transformação de contextos sociais e comunitários; evitando dessa forma, que haja danos ou diminuição dos processos de desenvolvimento do potencial das pessoas e/ ou comunidades.¹³

A terapia, por sua vez, sempre vai envolver um terapeuta que tem por meta alcançar as necessidades do paciente. E no caso do musicoterapeuta, se trata de um agente que vai ajudar o paciente no tratamento da saúde através da música.

Sobre a definição de saúde, Bruscia (2016) explica que é uma condição de estar bem de corpo, mente e espírito, ou seja, não somente o corpo físico é levado em consideração mas também todas as nossas partes. E ainda, a saúde envolve as interações dentro do indivíduo, das relações com a sociedade, a cultura e o meio ambiente. Entendemos, portanto, que saúde é

¹³ UNIÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE MUSICOTERAPIA. **Definição Brasileira de Musicoterapia**. 2018. Disponível em: <https://ubammusicoterapia.com.br/definicao-brasileira-de-musicoterapia/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

um estado de completo bem-estar, não apenas a ausência de doença, englobando vários aspectos da vida de um indivíduo desde a capacidade de realizar atividades físicas de forma satisfatória, a lidar e gerenciar emoções e a manter o equilíbrio psicológico.

Em suma, partindo das colocações de Bruscia (2016) sobre as definições conceituais que envolve o campo da musicoterapia, podemos compreendê-la como um processo terapêutico no qual envolve a criação de ambiente seguro e acolhedor entre terapeuta e paciente, com experiências musicais, tendo a música como comunicação não verbal promotora da expressão, da interação, da improvisação musical, entre outros aspectos, a fim do progresso do paciente.

Com as definições acima esclarecidas, podemos compreender inicialmente o quanto tudo está interligado, com o intuito de alcançar a qualidade de vida do ser humano, de maneira geral, por meio da música, pois “o equilíbrio entre corpo e espírito, conforme as culturas [veremos a seguir] era, e é, a pretensão primeira da música, como prática terapêutica de saúde” (OLIVEIRA; GOMES, 2014, p. 2).

2.3 A música nas sociedades antigas

Figura 1 – Músicos no Egito Antigo



Fonte: Página Escola Educação (2020)

Figura 2 – Conjunto grego tocando harpa, cítara e lira



Fonte: Página Música Sacra e Adoração

Partindo para um passeio pela história, na Antiguidade, as culturas egípcia, grega e romana utilizavam a música em rituais religiosos e também para tratar uma variedade de doenças. De acordo com Oliveira e Gomes (2014), ao longo da história, as práticas de cura e a música surgem ligadas, visto que a música era considerada uma de várias práticas curativas e cuidadoras. A história conta que, segundo José Davison da Silva Júnior (2015),

Entre os povos primitivos, o tratamento do doente cabia ao feiticeiro, o qual incluía danças e músicas cerimoniais, a “música de cura”. Acreditavam que a música tinha capacidade de livrar o doente da possessão de espíritos, levando-o à cura. Segundo Leinig (1977), os primeiros relatos escritos sobre a influência da música no ser humano foram encontrados em papiros médicos egípcios pelo antropólogo inglês Flandres Petrie, por volta de 1899. Esses papiros referem-se ao encantamento da música relacionado à influência na fertilidade feminina. Também encontramos o relato bíblico no qual Davi, com o toque de sua harpa, alivia a depressão do rei Saul (SILVA JÚNIOR, 2015, p. 15).

Nesse contexto, percebemos como a música sempre esteve presente na história da humanidade enquanto expressão artística e cultural, como também sendo uma ferramenta poderosa aliada à saúde e ao bem-estar das pessoas. Por exemplo, a música, também utilizada enquanto recurso de encantamento e magia, curava transtornos do corpo e do espírito, tendo surgido as primeiras referências da influência da música no organismo humano, em um papiro médico egípcio de 2.500 a.C., de acordo com Rebeca Fogaça Porto (2007).

Já na Grécia Antiga, o filósofo Pitágoras utilizava a música como forma de curar doenças mentais, enquanto na Idade Média e Renascença a música era uma terapia para o corpo e a alma. Até que, no século XX, surgiu a musicoterapia como uma maneira mais formal de utilizar a música como terapia para tratar doenças.

Na mitologia grega, Apolo era considerado o deus da medicina e da música que tinha a capacidade tanto de curar doenças quanto de atraí-las para si, a fim de livrar os homens dos males (PORTO, 2007), ou seja, ele detinha o poder da chamada “música de cura”. Vemos, então, que na cultura grega antiga, a música fazia parte da vida cotidiana, mas significativamente na esfera espiritual, considerada uma arte divina de poder curativo, sendo os gregos os primeiros a explorar e reconhecer seu potencial terapêutico.

Segundo Toro *apud* Silva Júnior (2015), grandes filósofos gregos atribuíram importante papel terapêutico à música, como por exemplo, para Platão, a música trazia serenidade; já para Aristóteles, facilitava uma catarse emocional; enquanto que, para Pitágoras, a música reestabelecia a harmonia espiritual pois era a medicina da alma. Leinig citado por Oliveira e Gomes (2014) afirma que como:

Hipócrates foi chamado o Pai da Medicina, podemos reconhecer em Platão e Aristóteles os precursores da Musicoterapia. Platão recomendava a música para a saúde da mente e do corpo, e para vencer as angústias fóbicas. Aristóteles descrevia seus benéficos efeitos nas emoções incontroláveis e para provocar a catarse das emoções (LEINIG *apud* OLIVEIRA; GOMES, 2014, p. 755).

Durante a Idade Média, a música como fins terapêuticos se apropriou dos ensinamentos gregos e houve uma estagnação no domínio da medicina, resultando na ênfase da música em seu caráter místico e religioso, como por exemplo, as doenças de natureza mental serem caracterizadas como influência de demônios (PORTO, 2007). Para o cristianismo, nesta época, de acordo com a autora, a utilização da música estava ligada à prática de canto conhecida como cantochão, na qual o ser humano podia se aproximar do céu, atingir a elevação espiritual e obter a purificação, ao ouvir, por exemplo, o toque da campainha nas missas católicas, que favorecia essa proximidade com Deus.

[...] empregavam-se todas as forças espirituais, internas e externas, com a finalidade de combater o mal, a enfermidade ou o sofrimento. Entre essas forças estava a música considerada como capaz de afastar transitoriamente, a sensação de dor e ansiedade e com isso trazer uma maneira de alívio. Suspeitavam alguns investigadores, que certos sons, como os dos sinos das igrejas podiam, em princípio, haver servido para fins exorcísticos, isto é, expulsar do templo os espíritos do inferno (LEINIG *apud* OLIVEIRA; GOMES, 2014, p. 756).

Assim, neste período da história, percebemos que a compreensão da música como terapia era amplamente baseada em ideias religiosas, ligadas à Igreja, o que deu origem a uma abordagem holística à cura, tendo a música como importante elemento.

Entretanto, a partir do Renascimento houve uma importante mudança, pois a doença mental deixou de ser considerada sobrenatural e passou a ser abordada como científica, e “entre os processos de tratamento pela recreação, a música se impôs como um dos meios mais eficazes” (LEINIG *apud* SILVA JÚNIOR, 2015, p. 17). À medida que a abordagem científica ganhava espaço, eram explorados os efeitos terapêuticos da música no bem-estar emocional e mental dos pacientes. No entanto, embora a música tenha sido inicialmente reconhecida como ferramenta de terapêutica no Renascimento, uma perspectiva científica da musicoterapia ainda estava por desenvolver, pois as práticas da época eram alimentadas ainda em teorias e crenças subjetivas, e não havia um conhecimento cientificamente consolidado sobre o assunto.

2.4 Surgimento e outras concepções da musicoterapia

A história da musicoterapia remonta ao antigo Egito, onde a música era usada para curar doenças e aliviar a dor. No entanto, foi somente no século XX que a musicoterapia se tornou uma prática clínica reconhecida, desenvolvendo métodos e teorias específicas.

A musicoterapia moderna começou a se desenvolver durante e após a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, quando a música foi usada para ajudar a reabilitar os soldados feridos e também para tratar os veteranos com transtorno de estresse pós-traumático. Essas experiências revelaram os benefícios terapêuticos da música recuperação física e emocional dos pacientes. Por exemplo, nos hospitais dos Estados Unidos, segundo Silva Júnior (2015), a música foi utilizada por músicos profissionais que tocaram para os doentes da Primeira Guerra, causando efeitos sedativo e relaxante com a audição musical.

Figura 3 – Soldados ouvindo música durante a guerra



Fonte: Página Sociedade dos Psicólogos (2023)

Desde então, a musicoterapia tem sido amplamente utilizada em hospitais, escolas e outras instituições para diversas condições humanas. E hoje a musicoterapia é uma prática estabelecida em todo o mundo, utilizada em conjunto com outras formas de tratamento para promover a saúde e o bem-estar dos pacientes.

Ao final do século XX, a utilização da música com fins terapêuticos cresceu em termos de importância na maior parte do mundo, tendo em vista que o conceito de música enquanto terapia seja tão antiga quanto a nossa civilização, essa prática do uso terapêutico nunca esteve tão difundido e diferenciado desde então (RUUD *apud* OLIVEIRA; GOMES, 2014).

Durante as décadas seguintes, a musicoterapia continuou a evoluir e se expandir, com o desenvolvimento de métodos, técnicas e abordagens respaldadas em pesquisas científicas. Assim, diversas instituições de ensino e programas acadêmicos foram criados, a fim de formar profissionais capacitados na área. No Brasil, a musicoterapia teve sua evolução durante a década de 1960, influenciada pelo desenvolvimento dessa prática nos Estados Unidos e na Europa. A introdução da musicoterapia no país foi impulsionada por profissionais que estudaram e se formaram em outros países, trazendo consigo os conhecimentos e experiências na área. Oliveira e Gomes (2014) faz um comentário nesse contexto:

Ainda durante o século XX, e após a utilização de musicoterapia em hospitais americanos, foi criada em 1950 a Associação Nacional de Musicoterapia nos EUA, no sentido de promover o uso progressivo da música na medicina, fomentar a formação de profissionais qualificados de modo a implementar do curso superior de musicoterapia em muitas

universidades, em parceria com escolas médicas e instituições hospitalares (LEINING *apud* OLIVEIRA; GOMES, 2014, p. 758).

Para Suzanne Liselee Schulz Romão (2015), mesmo havendo relatos sobre a utilização da música com objetivos terapêuticos anteriores aos anos 1970, foi nesta década que a musicoterapia no Brasil começou a ganhar espaço, a partir da fundação de cursos de graduação e centros de formação para músicos que desejavam outra finalidade para o seu fazer musical, como por exemplo a criação de duas associações de musicoterapia – a Associação Brasileira de Musicoterapia e a Associação Sul Brasileira de Musicoterapia, em 1968. Lia Rejane Mendes Barcellos e Marco Antonio Carvalho Santos (2021) apontam que, três estados brasileiros se destacaram neste sentido de desenvolvimento do campo, sendo eles, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro.

Nestes períodos de 1970 e 1980 no Brasil, os cursos de musicoterapia em instituições superiores ofereceram bases teórica e prática para a formação de musicoterapeutas, capacitando-os a trabalhar em diversos contextos clínicos e educacionais. A exemplo, temos a Faculdade de Educação Musical no Paraná (hoje, Faculdade de Artes do Paraná), que iniciou em 1970 a primeira especialização em Musicoterapia, e logo mais em 1972 criou-se o primeiro curso de graduação da área no Conservatório Brasileiro de Música, no Rio de Janeiro (SMITH *apud* SILVA JÚNIOR, 2015).

Em 1996, a Federação Mundial de Musicoterapia (*World Federation of MusicTherapy*) propôs uma definição do conceito de musicoterapia para padronizar o entendimento, diante da expansão da área:

Musicoterapia é a utilização da música e/ou seus elementos (som, ritmo, melodia e harmonia) por um musicoterapeuta qualificado, com um cliente ou grupo, num processo para facilitar e promover a comunicação e outros objetivos terapêuticos relevantes, no sentido de alcançar necessidades físicas, emocionais, mentais, sociais e cognitivas. A Musicoterapia objetiva desenvolver potenciais e/ou restabelecer funções do indivíduo para que ele/ela possa alcançar uma melhor integração intra e/ou interpessoal e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida, pela prevenção, reabilitação ou tratamento¹⁴.

É importante ressaltar que, a musicoterapia não é uma área autossuficiente, mas que interage interdisciplinarmente com outros campos. Bruscia (2016) nos confirma que a musicoterapia não é isolada de si mesma e que se trata de um híbrido entre música e terapia,

¹⁴ Disponível em: <https://amtp.com.br/musicoterapia/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

agrupando ou se sobrepondo com outras disciplinas, por exemplo, como artes, saúde, medicina, educação, psicologia, ciências humanas, dentre várias. Silva Júnior (2015) afirma que o uso da música no campo da saúde não é uma prática exclusiva de musicoterapeutas, mas também utilizada por médicos, dentistas, fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiros e outros, como mais um recurso em suas práticas profissionais.

Inúmeros são os benefícios da musicoterapia para a melhoria na qualidade de vida e bem-estar das pessoas, especialmente no modelo atual em que estão vivendo as pessoas, com rotinas intensas, por vezes desgastantes, exigindo um equilíbrio mental e físico constantemente perante a corrida contra o tempo das atividades diárias. Sabemos que cada pessoa é única e a musicoterapia é adaptada às necessidades individuais, levando em consideração seus interesses e objetivos terapêuticos específicos. Por exemplo, a musicoterapia ajuda a reduzir o estresse e a ansiedade, auxilia no tratamento da depressão, estimula habilidades cognitivas como memória e concentração, melhora o humor e bem-estar emocional, promove melhoria na interação social, além de ser um recurso importante atuando como estímulo distrativo da dor, desviando a atenção da pessoa da sensação dolorosa e proporcionando alívio temporário.

Nesta linha, para Todres *apud* Silva Júnior (2015), os efeitos da música na redução da dor são explicados pela teoria do portal do controle da dor, a partir de estudos de imagem do cérebro que mostraram atividades nos condutos auditivos, no córtex auditivo e no sistema límbico, em resposta à música, comprovando que ela é capaz de baixar níveis elevados de estresse, distraindo o paciente, modulando o estímulo doloroso, e que certos tipos de música, como a clássica, reduzem os marcadores neuro-hormonais de estresse. Oliveira e Gomes (2014) também afirma que as músicas clássicas causam este mesmo efeito, em especial, as obras de Mozart ou Bethoveen. Vale destacar que, nesta perspectiva médica exemplificada acima, podemos dizer que a música está relacionada à objetivos terapêuticos, e, no entanto, a musicoterapia “é a única área que utiliza a música como terapia, ou seja, a música aparece como principal instrumento de trabalho do musicoterapeuta [...] e as questões surgem da música e com a música” (SILVA JÚNIOR, 2015, p. 25).

O musicoterapeuta, por sua vez, é o profissional especializado na aplicação da musicoterapia como uma abordagem terapêutica, com conhecimentos teóricos e práticos sobre a música, trabalhando de forma individualizada, adaptando técnicas e intervenções

musicais de acordo com as necessidades de cada pessoa, e possuindo a habilidade de escuta ativa, empatia e sensibilidade para estabelecer uma relação terapêutica de confiança com os pacientes. Dessa forma, segundo Romão (2015), o trabalho de terapia através da música deve conter um planejamento que envolva uma avaliação inicial, anamnese, um processo terapêutico e uma nova avaliação que indicará continuidade ou não do tratamento, podendo a musicoterapia ser integrada à outras práticas em saúde, a compor um tratamento multidisciplinar com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Contudo, alguns fatores existentes num contexto clínico devem ser observados, de acordo com Porto (2007), como, por exemplo, as habilidades e aquisições musicais do paciente são sempre aceitas sem julgamento; ter em vista que o paciente é a prioridade da terapia e não a música; e a experiência musical possui significado para os pacientes e que os mesmos podem usar a música para realizar mudanças significativas em suas vidas.

Nesse contexto, sabemos que existem vários métodos e técnicas utilizadas na musicoterapia e, para tanto, vamos recorrer mais uma vez às reflexões de Bruscia (2016) quanto aos esclarecimentos. Primeiramente, o autor esclarece que método se trata de um tipo particular de experiência musical em que o paciente se engaja com propósitos terapêuticos. Bruscia (2016), portanto, define quatro tipos de métodos, que ele vai chamar de experiências musicais, a saber: 1) improvisação; 2) recriação ou execução; 3) composição; e 4) audição. Romão (2015) complementa também que a escolha das experiências musicais vai depender da abordagem de cada terapeuta e de sua área de trabalho. Ainda, “toda experiência musical minimamente envolve uma pessoa, um processo musical específico e um contexto [e] em musicoterapia, esses componentes estão relacionados integralmente, senão inseparáveis” (BRUSCIA, 2016, p. 116).

De acordo com o autor, de maneira geral, dentro dos quatro tipos de experiência musical, vamos ter a improvisação, constituindo-se como uma criação de melodia, ritmo ou peça instrumental de modo improvisado. Já na recriação, o paciente canta, toca ou executa uma música preexistente ou reproduz algum tipo de forma musical demonstrada. Quanto a experiência musical de composição, o terapeuta auxilia o paciente a escrever canções, letras, peças instrumentais ou um produto musical de acordo com suas capacidades musicais. E por fim, no método de audição, o paciente vai ouvir uma música e responder à experiência seja em silêncio, verbalmente ou de outro modo.

Dessa forma, podemos ter uma noção da abrangência e possibilidades que estes métodos ou experiências musicais podem proporcionar dentro da musicoterapia, permitindo ao paciente explorar, criar, recriar e se conectar com a música. Cada uma dessas experiências musicais oferece uma oportunidade única para o paciente se engajar de maneira terapêutica com a música, estimulando a expressão, a comunicação, seu crescimento emocional e o bem-estar geral.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do entendimento e das reflexões trazidas sobre o papel da música na saúde e no bem-estar humano, traçando uma linha sob a perspectiva histórica e conceituando termos e expressões inerentes deste artigo, pudemos perceber sua vasta utilização, funções e relevância desde a Antiguidade até os dias atuais, sendo uma forma de expressão artística e cultural.

Inicialmente, a música desempenhava um papel central em rituais religiosos, cerimônias e celebrações, para elevar o estado de espírito, transmitir mensagens sagradas e promover interações sociais. Acreditava-se que a música tinha o poder de curar, acalmar e rejuvenescer o corpo e a mente. A musicoterapia é baseada nessa crença e se concentra em utilizar a música para ajudar a tratar uma variedade de condições de saúde mental e física, além dos benefícios na área social. Sendo assim, a música é uma parte fundamental da cultura humana e tem sido praticada ao longo da história nas sociedades.

Assim, compreendemos que música, saúde e terapia são conceitos interligados de diversas maneiras. E a musicoterapia é uma prática reconhecida que utiliza a música como ferramenta terapêutica para melhorar o bem-estar físico, emocional e social das pessoas, utilizando-se de métodos ou experiências musicais específicas para tanto, por meio da improvisação, da execução, da composição e da audição. O musicoterapeuta, portanto, é o profissional habilitado na abordagem terapêutica da música, sabendo realizar as intervenções e utilizações das experiências musicais necessárias e personalizadas para cada paciente, com o objetivo de melhoria da saúde em diferentes aspectos desejados.

Por fim, temos observado o crescente interesse pela área da musicoterapia no Brasil, não somente partindo dos profissionais do campo, mas também de outras áreas de conhecimento, que desejam realizar esse diálogo interdisciplinar em prol da reabilitação e

favorecimento da saúde do ser humano. Essa expansão pode ser notada haja vista o número significativo de profissionais formados e as crescentes pesquisas realizadas na área ultimamente, além da diversidade de contextos em que a musicoterapia pode ser aplicada de maneira qualificada e responsável. Com isso, a proposta deste artigo não esgota os debates sobre o tema, mas apenas ilumina acerca de algumas compreensões, provocando novas pesquisas e reflexões na direção da música enquanto valiosa matéria-prima de promoção de saúde e bem-estar das pessoas.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Lia Rejane Mendes; SANTOS, Marco Antonio Carvalho. A Musicoterapia no Brasil. **BRJMT Revista Brasileira de Musicoterapia**, n. 32, p. 4-35, 2021. ISSN 2764-5541. Disponível em:

<https://musicoterapia.revistademusicoterapia.mus.br/index.php/rbmt/article/view/378/339>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRUSCIA, Kenneth E. **Definindo Musicoterapia**. 3. ed. University Park, IL: Barcelona Publishers, 2016.

DIAS, Franciane. **Dos Bailes aos Funerais: Representações da Philarmônica 21 de Setembro no Jornal O Pharol (Petrolina-PE, 1915-1989)**. 2022. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2022. Disponível em: <https://w2.solucaoatrio.net.br/somos/upe-ppgfppi/index.php/pt/mestrado-profissional/dissertacoes-mestrado-profissional>. Acesso em: 14 jun. 2023.

OLIVEIRA, Clara Costa; GOMES, Ana. **Breve história da musicoterapia, suas conceptualizações e práticas**. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/39982>. Acesso em: 15 abr. 2023.

PORTO, Rebeca Fogaça. **A música na formação do musicoterapeuta**. 2007. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Musicoterapia. Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://musicaeinclusao.files.wordpress.com/2013/06/musica-na-formacao-do-musicoterapeuta.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

ROMÃO, Suzanne Liselee Schulz. **Os diferentes caminhos da música – um olhar sobre a musicoterapia**. Disponível em: <https://www.unoeste.br/site/enepe/2015/suplementos/area/Humanarum/Artes/OS%20DIFERENTES%20CAMINHOS%20DA%20M%C3%9ASICA-%20UM%20OLHAR%20SOBRE%20A%20MUSICOTERAPIA.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SILVA JÚNIOR, José Davison da. **Interfaces entre musicoterapia e bioética**. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2015.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E JUVENTUDES: debatendo experiências

Francisco André Silva Martins¹⁵

Lucas Eustáquio de Paiva Silva¹⁶

Herbert Câmara Nick¹⁷

Júlia Câmara Silva¹⁸

Maria Luiza Alves Martins¹⁹

RESUMO: O presente trabalho se consolida em formato de um relato de experiência das atividades empreendidas por um grupo de pesquisa e extensão, que está vinculado à Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Tal grupo tem por nome “Observatório das Juventudes” e tem como foco de suas pesquisas, ações, atividades e projetos, a investigação de questões que afetem as juventudes inseridas na realidade social contemporânea. O presente trabalho parte de um debate sobre os sujeitos jovens e suas pluralidades e especificidades, perpassando as questões referentes à extensão universitária como importante ação no campo de atuação das universidades e de sua aproximação com a sociedade e culmina no relato e análise de ações desenvolvidas durante os últimos anos em suas potencialidades e obstáculos.

Palavras-chave: Juventudes; Extensão Universitária; Experiências Formativas.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho tem como foco a socialização de experiências e desenvolvimento de ações de extensão universitária levadas à cabo por um grupo de pesquisa que tem sua atuação pautada na investigação de questões e estejam relacionadas às juventudes na sociedade contemporânea e que afetem diretamente as condições de se viver essa condição juvenil, de acordo com a pluralidade dos sujeitos, seus problemas, percalços e trajetórias. O

¹⁵ Professor efetivo da Faculdade de Educação e do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu – Mestrado em Educação e Formação Humana da UEMG. Doutor em Educação pela FaE-UFMG (2016). Coordenador do Observatório das Juventudes FaE-UEMG. Coordenador do projeto de extensão “Cola Comigo!”: trocando ideias com as juventudes. Bolsista PAEX edital 01/2023. E-mail: francisco.martins@uemg.br.

¹⁶ Professor Faculdade FAMART. Doutor em Educação pela FaE-UFMG (2016). Pesquisador voluntário do Observatório das Juventudes FaE-UEMG.

¹⁷ Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Educação da UEMG. Membro do Observatório das Juventudes FaE-UEMG. Atua como voluntário no projeto de extensão “Cola Comigo!”: trocando ideias com as juventudes.

¹⁸ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação da UEMG. Membro do Observatório das Juventudes FaE-UEMG. Atua como bolsista do edital PAEX 01/2023 no projeto de extensão “Cola Comigo!”: trocando ideias com as juventudes.

¹⁹ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação da UEMG. Membro do Observatório das Juventudes FaE-UEMG. Atua como voluntária no projeto de extensão “Cola Comigo!”: trocando ideias com as juventudes.

grupo em questão é o Observatório das Juventudes da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (OJ-FaE-UEMG). O surgimento desse grupo na FaE-UEMG tem relação direta com posse e chegada de novos/as professores/as na universidade a partir do ano de 2018, efetivados por meio de concurso público. A Faculdade de Educação se tornou lugar de encontro de colegas que já possuíam aproximações em sua trajetória acadêmica, pesquisadores/as que tinham sua trajetória de formação marcada por uma contundente atuação no Observatório da Juventude da Faculdade de Educação da UFMG em suas pesquisas de doutorado e mestrado, bem como pesquisas e projetos, o que serviu como fator de grande influência para a caminhada. Diante disso, a formação de um outro OJ se apresentou como possibilidade de ampliação dos campos de luta e militância pelas questões da juventude, tornamo-nos grupos irmãos desde então.

Assim, no mês de outubro de 2020, em plena pandemia de COVID 19, com todos/as em afastamento, nascia o OJ-FaE-UEMG. Com mais inseguranças que certezas, dada a conjuntura de sua efetivação. Todavia, partíamos de uma convicção que nos servia de força motriz, pois entendíamos que atuação de tal grupo em um curso de Pedagogia estava alicerçada na importância que aqueles/as estudantes que se formam para atuar na Educação, ou em áreas correlatas, pudessem conhecer e reconhecer as Juventudes em sua diversidade, apesar de essa ainda não ser uma regra na maioria dos cursos de Pedagogia e Licenciatura. Desde sua fundação, o OJ-FaE-UEMG tem se mantido ativamente atuante não apenas na universidade, mas em diálogo com a sociedade que nos cerca, rompendo amarras e afastamentos e com o foco na aproximação entre a realidade dura e as reflexões teóricas. O OJ-FaE-UEMG é um grupo de pesquisa devidamente vinculado e cadastrado ao CNPQ²⁰, e que em relação à ANPED (Associação Nacional de Pesquisadores de Educação), tem sua atuação vinculada ao GT – 03 “Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos”.

Diante desse cenário, o grupo tem desenvolvido discussões, reflexões, ações e projetos de extensão que, pelas suas especificidades, nos parece ser pertinente socializar com outros/as colegas, outras universidades, outros/as educadores/as, com as escolas de educação básica, públicas ou privadas, com o fito de colocar as questões das juventudes no centro do debate público e sensibilizar outras pessoas para se engajarem conosco em nossas lutas. Apesar do que pode ser considerado como um período curto de atuação e fundação, o OJ-FaE-UEMG já desenvolveu vários projetos de extensão e que colheram frutos que

²⁰ dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1226652922184844

consideramos importantes, projetos que se debruçaram sobre as questões das juventudes Negras e LGBTQIA+ na escola, projetos que focaram suas ações nas experiências de elevação de escolaridade, bem como projetos que serviram de mote para uma maior aproximação entre as juventudes e a universidade, promovendo a rodas de debate sobre o que afetava esses sujeitos.

Em decorrência desses projetos, foram publicados vários artigos, livros, coletâneas, bem como várias foram as participações dos bolsistas e voluntários em eventos nacionais e internacionais com apresentação de comunicações e pôsteres. Mais que uma questão de ordem prática, pensamos tais ações de uma perspectiva formativa plural, dialógica, de formação dos professores/as, dos estudantes, de todos/as os envolvidos. Outrossim, almejamos com esse trabalho elementos para melhor entendermos os/as jovens como sujeitos sociais de direitos, partiremos para uma discussão sobre a extensão universitária com o foco nas juventudes e suas singularidades e finalizaremos com a socialização e debate de ações desenvolvidas por nós nesses últimos anos, sem qualquer caráter prescritivo e sim em busca de contribuições para nosso aprimoramento.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 JUVENTUDE, JUVENTUDES: quem é essa galera?

O debate sobre a Juventude, apesar de, nos dias atuais, poder ser considerado como consolidado no meio universitário e de pesquisas de cunho acadêmico, nos parece ainda carente de uma melhor compreensão de suas especificidades, principalmente se tratando das imagens socialmente construídas em relação aos sujeitos e a sua vivência dessa etapa da vida. As imagens negativas sobre a juventude se sobrepõem a toda e qualquer outra possibilidade e isso reverbera diretamente no modo como tais sujeitos são entendidos, via de regra, como estando em um período exclusivamente de transição, que não dura, uma passagem rápida de preparação para a dura vida adulta. Entender a vivência da juventude como um processo de transição não é em si o problema, mas sim resumir esse processo apenas a essa transição. Trata-se de uma situação que coloca, via de regra, os sujeitos em um limbo. Salta aos olhos que não são mais crianças, mas também ainda não são adultos, ficam invisibilizados e em uma condição contínua de “vir a ser”, que acaba se tornando um “não ser”. O que implica em um debate necessário quanto ao reconhecimento desses sujeitos exatamente nesse processo,

estamos tratando de sujeitos sociais que são reais, que trazem consigo suas questões e seus problemas. A Juventude, não há como negar, se constitui como um momento, cronologicamente situado e determinado na vida dos sujeitos, mas ela não se restringe a condição de ser apenas e simplesmente uma passagem.

Um primeiro movimento que compete àqueles/as que querem se embrenhar da seara das pesquisas e ações extensionistas que envolvem a juventude é compreender que se trata de uma categoria sociológica complexa, marcada pela singularidade e pluralidade. Embora tal pluralidade implique em complexidade, há que se reforçar que, na mesma medida, contribuí para a riqueza do debate. Uma vez que nos cobra um forte compromisso ético ao nos debruçar sobre as diferenças existentes entre os vários sujeitos que vivem a Juventude, o que nos remete a entender que a vivência dessa fase da vida vai variar de acordo com a condição juvenil. Questões que passam pelo fato de ser homem ou mulher; pobre, classe média ou rico; negro ou branco; homossexual ou heterossexual; do campo ou da cidade, incidem diretamente no modo como os sujeitos viverão tal processo. O que nos leva a dizer da existência de juventudes no plural.

Assim sendo, partimos da constatação de que a juventude, para além da infinidade significativa, se apresenta como um problema sociológico ao ser compreendida como uma categoria. Em termos técnicos, pautados em documentação oficial, a juventude no Brasil, se encontra compreendida entre os 15 e os 29 anos²¹. A sensibilidade para se propor a compreender a juventude em sua dimensão plural, caleidoscópica, multifacetada e dinâmica, nos parece condição necessária para sustentar um debate ampliado com o olhar voltado para esses sujeitos sociais. Manter o foco restritamente sobre o caráter transitório desse momento da vida soa para nós como sendo algo contraproducente para aquelas pessoas que se implicam e atuam nas áreas sociais, educacionais, culturais, dentre outras. De acordo com o professor Juarez Dayrell (2007):

A juventude é uma categoria socialmente construída e ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos, marcada pela diversidade em condições sociais (origem de classe, por exemplo), culturais (etnias, identidades religiosas, valores, etc.), de gênero e até mesmo geográficas, dentre outros aspectos. Além de ser marcada pela diversidade, a

²¹ Recorte etário proposto pelo Estatuto da Juventude e já incorporado pela Secretaria e Conselho Nacional da Juventude. As justificativas desse recorte decorrem do aumento dos anos de vida e das dificuldades dessa população em ganhar autonomia no mercado de trabalho. A UNESCO ampliou a faixa etária devido à necessidade de políticas específicas para esse público.

juventude é uma categoria dinâmica, transformando-se na medida das mutações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens, enquanto sujeitos que experimentam e sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se insere (DAYRELL, 2007, p. 1110).

Tais reflexões nos impellem ao avanço e aprofundamento do debate. Apesar de termos a juventude como categoria sociológica, não podemos falar da existência de uma única juventude, pois as condições e os modos de ser jovem vão variar de acordo com o momento social, histórico e até econômico que estamos tratando. Como Juarez Dayrell (2007), partimos então de uma concepção de Condição Juvenil:

Existe uma dupla dimensão presente quando falamos em condição juvenil. Refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia, etc. Na análise, permite-se levar em conta tanto a dimensão simbólica como os aspectos fáticos, materiais, históricos e políticos nos quais a produção social da juventude se desenvolve. (DAYRELL, 2007, p. 1108).

A diversidade nas condições de se viver a juventude nos remete a existência de diferentes jovens, por isso entendemos como sendo vital pensarmos as juventudes, no plural, devido as variações das condições juvenis. Há que se considerar que a juventude não é única e monolítica, ela reflete uma diversidade ímpar, que permite, portanto, reconhecer a existência de juventudes no plural. O desafio diante dessa realidade é fazer valer a compreensão e o entendimento de serem esses sujeitos, em sua variedade e pluralidade, sujeitos de direitos. Que são importante no agora, que merecem ser ouvidos em suas demandas e não somente quando vierem a ser adultos.

2.2 Extensão universitária como formação crítica

Cientes da inalcançável isenção pleiteada para o pesquisador nos primórdios das teorias sociológicas, ainda fortemente influenciadas pelo Positivismo, achamos por bem explicitarmos nossas convicções quanto a nossa compreensão do papel da extensão universitária e as ações por nós empreendidas no campo social. Dito isso, nos cabe apontar que acreditamos fortemente que a atuação dos pesquisadores, seja no campo social, ou mesmo na própria universidade, são marcadas pelas suas experiências de vida, seu processo de formação e a lente com a qual enxerga e compreende o mundo que o cerca. Portanto, longe de

pretendermos ser isentos em nossas ações, nos debruçamos sobre os apontamentos de Paulo Freire (2020), cientes que a extensão universitária compreendida como ação educativa em sua essência é iminentemente política, portanto se estabelece como arena de disputas.

Nos parece ser de entendimento irrestrito que, entre as ações ditas concernentes ao funcionamento da universidade, quais sejam, pesquisa, ensino, extensão e gestão, a que goza de menor prestígio seja a ação extensionista. Tais discursos e imagens, que reproduzem ainda o papel perene da universidade como lugar do que é científico, do que é erudito, nos parece servir como fator de distanciamento entre a universidade e a sociedade. Longe de pretender o abandono da cientificidade e da teoria, partimos de uma atuação na universidade que prescindir de hierarquizações, sem privilegiar uma ação em detrimento de outra, e por isso temos na ação extensionista um horizonte de oportunidades amplas de aproximação dos sujeitos sociais (FREIRE, 1983), de formação crítica desses mesmos sujeitos por meio de debates e discussões, o que nos enche de esperança por intervenções estruturais que tornem a sociedade mais humana e menos desigual.

Em se tratando de ações extensionistas empreendidas por um grupo de pesquisa que estuda as juventudes e destinadas a esses mesmos sujeitos jovens, não conseguimos compreender um outro caminho que não seja a partir do diálogo. Em diálogo com Paulo Freire (1983) percebemos o quanto pode haver de equívocos e monopolização de saberes na ação extensionista, de acordo com o modo como ela se desenvolve.

A ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. Daí que, em seu “campo associativo”, o termo extensão se encontre em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc. E todos esses termos envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa”, o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar, a formação e a constituição do conhecimento autênticos. Além de negar, a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objeto de tais ações. (FREIRE, 1983, p. 22).

Em oposição diametral ao que foi apontado pelo autor, partimos de uma compreensão da ação extensionista na qual partimos das realidades concretas dos sujeitos para problematizar o que parece natural, questionar verdades, desconstruir contextos e inquietar os envolvidos. Não se trata de usar a ação extensionista como forma de estender uma verdade única advinda da universidade para os sujeitos sociais, coercitivamente. Pelo

contrário, trata-se de buscar envolver tais sujeitos a ponto que se sintam, inclusive, capazes de direcionar os caminhos a serem tomados. Não se trata de promover uma *invasão cultural*, de maneira coercitiva, na qual uma concepção se sobreponha à outra a ponto que a realidade dos sujeitos seja apagada. Ainda em diálogo com as reflexões de Paulo Freire, nos debruçamos sobre o significado da invasão cultural. A palavra invasão, em si, já traz consigo um elemento antidialógico, isso por sugerir a existência de um sujeito que invade e, conseqüentemente, outro sofre a ação de invasão. Se partirmos do que Freire aponta como a busca por uma *Educação Gnosiológica* veremos que a comunicação e o diálogo tomam lugar da coerção. O conhecimento emerge como decorrente da reflexão, do questionamento e não da pura e simples assimilação do que está dado. Isso implica em um sujeito, não apenas como coadjuvante, mas como participante direto do processo, percebido e respeitado em sua humanidade, visto em sua dimensão de ser alguém no mundo e com o mundo. Um ator dinâmico, um sujeito das relações, dos conflitos e das disputas sociais.

Ao propormos discutir as questões que afetam as juventudes, acreditamos ser necessário um posicionamento do qual não abrimos mão, qual seja, o de reconhecer irrestritamente tais sujeitos como sendo sujeitos de direito e que devem ser respeitados em suas especificidades. Tal fato vai implicar diretamente no modo como as ações serão desenvolvidas, tendo em vista a escuta desses sujeitos. Práticas mais ortodoxas, estruturais, rígidas e nas quais há monopólio de intervenções, nos parecem pouco efetivas, para não dizer, ineficazes, quando tratamos de formação de sujeitos jovens (ALVES & HERMOND, 2014). Nesse sentido, não se trata de querer dar voz a sujeitos que já têm, mas sim de potencializar sua capacidade de manifestação, dar maior força a seus gritos, por meio de uma escuta cuidadosa e sensível, que ecoe em ondas de ressonância que atinjam toda uma sociedade. Tal processo nos cobra posicionamentos que estejam alinhados com o que entendemos como uma “*Pedagogia das Juventudes*” (DAYRELL, 2016). Uma pedagogia na qual busca-se proporcionar ações focadas nas interações sociais e na sociabilidade desses sujeitos, estabelecendo um processo formativo marcado por relações mais humanizadas, dialógicas, horizontalizadas e partindo de uma construção do conhecimento na qual o reconhecimento das realidades vivenciadas seja imprescindível, como base de sustentação para as práticas extensionistas realizadas.

Ao fim e ao cabo, reforçamos que uma prática extensionista que tenha como foco uma “*Pedagogia das Juventudes*” (2016), vai estabelecer uma relação intrínseca entre a

construção do conhecimento e o ato de pesquisar, de buscar, de procurar, como condição *sine qua non* para formação crítica do sujeito. Nesse contexto, Symaira Nonato e Juarez Dayrell (2021) nos apresentam as potencialidades de um processo marcado pela práxis, pelo pensamento sobre uma ação, a reflexão sobre essa mesma ação e uma nova ação decorrente das reflexões empreendidas. Não apenas o ato pelo ato, mas o ato como exercício reflexivo sobre todo o processo. Para isso, conforme nos apontam os autores (NONATO & DAYRELL, 2021), nos compete estar atentos a quatro dimensões, que apesar de singulares, não são estanques e sim complementares. Partimos da dimensão do ver, da importância de apurar o olhar para além do que está explicitamente à vista, proporcionando questionamentos ao que possa soar como sendo algo naturalizado. A segunda dimensão é do ouvir, que complementa o ver. Trata-se de um escutar mais atento, que permita perceber o outro e estabelecer uma comunicação dialógica. A terceira dimensão é a de registrar, que permite uma reflexão distanciada do que se viu e ouviu a partir de uma sistematização, uma nova reflexão. Ao fim, nos é apontada a dimensão do agir, pouco adianta todo esse processo se não houver um movimento que reverbere em ações, em novas formas de agir, em novas concepções.

Diante do exposto, e com base nas reflexões estabelecidas pelos autores com os quais dialogamos, não nos parece que estamos de todo equivocados quando partimos de uma concepção de extensão universitária capaz de proporcionar formação crítica, de ser afetada pela dimensão política e de vislumbrar a intervenção social como objetivo a ser alcançado em um horizonte possível.

2.3 Sobre ações, potencialidades e obstáculos

Nesse tópico faremos um breve relato de algumas ações desenvolvidas pelo OJ-FaE-UEMG nos últimos anos, sem qualquer pretensão de prescrever receitas e sim como forma de socializar as experiências em seus êxitos e dificuldades.

2.4 Juventudes negras e LGBTQIA+ na escola

Iniciamos o relato de nossas experiências extensionistas a partir das ações do projeto de funcionamento mais longo no grupo de pesquisa e extensão. O projeto “Educar-se pela escrita do outro” teve seu início na Faculdade de Educação da UEMG a partir do ano de 2018,

por iniciativa da Professora Cirlene Cristina de Souza, antes mesmo de o OJ-FaE-UEMG estar constituído como grupo, com a institucionalização do grupo de pesquisa, esse passou a integrar suas ações. Durante todo seu período de execução, esse projeto foi executado em uma parceria entre o Observatório da Juventude da UFMG e o Observatório das Juventudes da FaE-UEMG, contribuindo não apenas para os laços de estreitamento das ações extensionistas, mas também de aprimoramento reflexivo quanto à temática abordada.

O projeto, que teve duração até o ano de 2022, com variações de ações no decorrer dos anos, foi marcado pela singularidade de emergir diretamente de uma inquietação advinda no chão da escola, do cotidiano, dos conflitos reais que se estabelecem e repercutem na universidade como campo de debate e discussão. Em uma escola pública estadual na cidade de Belo Horizonte, uma situação acabou reverberando na mobilização de docentes para se organizarem e colocarem as temáticas LGBTQIA+ e das questões raciais em discussão.

O DEA é um grupo de pesquisa formado por professores e estudantes da educação básica. O grupo surgiu a partir de uma situação de homofobia vivida por duas alunas lésbicas numa escola pública da rede estadual de Minas Gerais. Para compreenderem de forma mais reflexiva aquela situação e outras tantas situações de desumanização vividas por estudantes LGBTQIA+ e também negras(os) no chão da escola, esses estudantes, advindos de diversas escolas mineiras, foram convidadas(os) a narrarem em cartas suas trajetórias escolares. (MARTINS et al., 2021, p. 670).

Partindo dessa dura realidade, a formação do grupo reverberou na proposição de uma ação extensionista a ser desenvolvida na Faculdade de Educação da UEMG com o foco nas juventudes LGBTQIA+ e Negras e nas violências vividas por tais sujeitos no interior das instituições escolares. Em busca de promover uma escuta cuidadosa e de potencializar o ecoar das vozes dos sujeitos, para além dos muros da escola, o projeto buscou usar de metodologias que permitissem aos sujeitos envolvidos uma maior autonomia quanto à fala sobre si mesmos e suas reflexões quanto a suas trajetórias educativas. Assim sendo, o uso de cartas como suporte para manifestação de escrituras (EVARISTO, 2006, 2007) e como ferramenta de ação/reflexão se mostrou muito útil.

O uso de cartas escritas pelos/as estudantes no projeto esteve alicerçado nas reflexões e práticas estabelecidas por Conceição Evaristo (2006, 2007), sob uma perspectiva conceitual que enxerga nesse relato/reflexão a manifestação do que a autora vai caracterizar como sendo as escrituras desses sujeitos. Conforme nos aponta Evaristo (2006, 2007), as escrituras não têm a pretensão de serem neutras, despidas de sentimentos, de lembranças,

mas sim são carregadas de uma dimensão realista na qual as exclusões e violências sofridas pelos sujeitos sejam narradas por quem sentiu a dor na própria pele (GONÇALVES & FERNANDES, 2021). Essa escrita de si, como nos diz Denise Prado (2021), se apresentam como possibilidade reflexiva de (re)escrita de si, de repensar seu lugar no mundo, de repensar o que antes era naturalizado ao olhar e passa a ser, minimamente, colocado em condição de questionamento.

Diante da politicidade como elemento central das cartas, escrevivências dos sujeitos, as cartas suplantam a condição de objetivo comunicativo (BRITO, 2021), que transmite uma mensagem de um lugar a outro, mas tais suportes comunicativos passam a comportar elementos de um diálogo no qual o oprimido exprime sua vivência aos outros e passa a se colocar em posição de questionar tal realidade. As realidades tratadas pelos/as estudantes em suas cartas, escrevivências, nos servem como elemento de depuração do olhar para compreender a instituição como lugar formativo. Em se tratando de uma instituição responsável por perenizar valores, códigos e símbolos, essa instituição é marcada, essencial e intrinsecamente, pelos elementos da realidade social que nos cerca. A escola, apesar da nobreza de sua função, de formar sujeitos, é marcada pelos mesmos vícios que maculam nossa sociedade, dentre eles destacamos elementos do racismo e da LGBTfobia (MARTINS, 2021), que emergem com grande destaque nas reminiscências dos sujeitos estudantes envolvidos no projeto.

Ao se depararem com uma realidade violenta, real e cotidiana, que é, via de regra, subsumida pelos discursos que dizem da inexistência de vícios como racismo e LGBTfobia na escola, os envolvidos no projeto procuraram dar maior eco as vozes daqueles/as que foram duramente violentados. E as escrevivências, materializadas em cartas, se tornaram elemento central a maior força motriz para o debate. No início as oficinas serviram como elemento de divulgação dessa realidade invisível aos olhares menos cuidadosos. Inclusive dos próprios profissionais da docência. Não foram poucos os professores e professoras que em algumas oficinas disseram que em suas escolas não havia racismo e LGBTfobia. Um passo importante foi no sentido de desconstruir as naturalizações, principalmente, daquelas pessoas que pelo muito tempo que estão no chão da escola, não conseguem mais depurar as imagens turvas que se apresentam.

Assim sendo, no primeiro ano as oficinas, que inclusive contavam com a presença de jovens que tinham contribuído com suas escrituras, inicialmente serviram como fator de sensibilização de, minimamente, tentar desestabilizar as certezas de alguns profissionais que há muito tempo estavam na escola. Desse primeiro movimento emergiu uma obra demasiadamente importante para o projeto, *“Rompendo Silêncios: Escrituras sobre trajetórias escolares das juventudes negras e LGBTQIA+”* 2021, organizada pela Professora Cirlene e outros/as colegas do DEA, que iniciaram a caminhada dessa luta. Tal obra, para além de servir como objeto de divulgação de reflexões, serviu também como mote para outras pretensões futuras. Inquietados, os envolvidos no projeto se colocaram em uma posição de promover ações mais incisivas.

O ano seguinte, ainda com base nas cartas e elementos trazidos pelos sujeitos estudantes, se apresentou como oportunidade de voos mais ambiciosos. Diante dos debates empreendidos, a proposta seria de pleitear uma oficina com o foco na formação de professores nas temáticas étnico-raciais e LGBTQIA+ com base na realidade do chão das escolas. Se o início do projeto foi marcado pelas experiências discentes, o momento foi de encorajar aos professores/as que se identificavam com a causa a responder tais sujeitos e dizer um pouco de suas reflexões e implicações pós formação. Muitos foram os relatos de colegas que não apenas começaram a se questionar quanto a realidade escolar, mas que também disseram de suas trajetórias, muitas delas também marcadas por violências raciais e homofóbicas. Ao fim desse período foi sistematizado um artigo publicado pelos professores/as Francisco André, Cirlene Souza e Liliane Sousa, como forma de dar maior amplitude ao debate, como forma de alcançar outros colegas, inquietar outros/as profissionais quanto às suas práticas. O artigo *“Escrituras das juventudes Negras e LGBTQIA+: fontes educativas para reinventar escolas e docências”* foi publicado no ano de 2021.

O ano de 2022 foi o ano de conclusão do projeto, um ano dedicado a um trabalho mais focado na sistematização de todas as ações desenvolvidas nos anos anteriores, até mesmo como forma de perenizar o debate e ampliar o acesso daqueles/as que se interessassem pelo debate. Nesse ano foi sistematizada uma coleção de pequenos livretos, que trouxeram discussões sobre as oficinas em sua dimensão metodológica, discussões mais aprofundadas e de cunho teórico, bem como apresentaram ao público as cartas de estudantes e professores sobre todo o debate empreendido nos anos anteriores com o foco na instituição escolar, as juventudes negras e LGBTQIA+. Tal projeto, pela complexidade contida não

apenas nas temáticas que o compõe, mas em seu processo de constituição/construção, emergindo do chão da escola, alcançando a universidade e vários outros espaços formativos, serviu como elemento capaz de amalgamar forças para conflitos que, apesar de serem tidos como inexistentes na escola, ainda se mostram demasiadamente recorrentes. Ao fim de suas ações podemos dizer de um sentimento não de dever cumprido, mas de satisfação por servir de fator desestabilizador de um status quo historicamente posto como algo quase que naturalizado. Trabalhos como esse, que expressam a realidade dura da instituição escolar, longe de desqualificar e depreciar a instituição, nos mostram o quanto essa é importante em um contexto de negação de direitos às classes populares e desigualdade social abissal. Aos que dizem equivocadamente que a escola está em crise, ousamos dizer que a sociedade está em crise e a escola é também sociedade. Reforçamos que se com a escola os embates são tão difíceis de travados, e quiçá vencidos, sem ela seria muito pior, temos certeza.

2.5 Juventudes e políticas de elevação de escolaridade

Um outro projeto que ganhou destaque como ação de extensão do OJ-FaE-UEMG foi o projeto “Olhares Juvenis”, desenvolvido entre os anos de 2020 e 2021, sob a coordenação inicial da Professora Cláudia Ocelli e posteriormente do professor Francisco Martins. Tal projeto tinha como objetivo principal, promover a escuta de jovens de 15 à 17 anos que estivessem envolvidos em projetos de elevação de escolaridade promovidos pelas redes públicas de educação, fossem municipais ou estaduais, com o fito de compreender as trajetórias de tais sujeitos, suas expectativas em relação a essa experiência educativa, suas experiências e experiências de sociabilidade e construção do conhecimento. Durante seu tempo de execução foram apresentados pelas bolsistas envolvidas, com orientações dos professores/as, vários trabalhos em eventos educacionais: Iº Seminário Lusófono Digital de Educação de Jovens e Adultos; IIº Juventudes Contemporâneas PUC-RS e 24º Seminário de Pesquisa e Extensão da Universidade do Estado de Minas Gerais.

No contexto do referido projeto foi estabelecido como foco dos estudos um projeto desenvolvido em uma cidade da RMBH, Florestal. O Projeto Telessala atendeu 66 estudantes, 50 homens e 16 mulheres, que foram divididos em 3 telessalas em uma mesma escola. Para a ação extensionista foram feitos contatos com cerca de 63 estudantes, de acordo com os números de telefone disponibilizados pela escola. Dos contatados, 6 se disponibilizaram em

colaborar com o projeto. Dos contactados, 2 eram mulheres, que engravidaram durante a vivência dessa experiência formativa, o que repercutiu em maiores dificuldades para conclusão do processo, atualmente têm filhos, uma não está inserida no mercado formal de trabalho e a outra está trabalhando em uma loja de artigos e roupas militares. Os outros 4 homens sinalizaram ter empregos precários, com longas jornadas de trabalho, os ocupando, inclusive, aos finais de semana.

Em se tratando dos significados construídos pelos sujeitos que nos disponibilizaram seus relatos, percebemos, em alguma medida, a apropriação e reprodução dos discursos que se consolidam quando tratamos de experiências educativas de elevação de escolaridade, compensação ou “recuperação” do tempo perdido, o que se aproxima do que pode ser entendido como sendo uma visão autuista para com a escola, que está dando mais uma chance aos que não conseguiram cumprir com uma trajetória ideal, os reprovados, os atrasados, os problemáticos, os que não gostavam de estudar. Tais estereótipos contribuem para esvaziar uma discussão maior, que caminhe na perspectiva do direito à educação e acaba por reforçar uma culpa que recai sobre sujeitos que, a bem da verdade, nos parecem muito mais as vítimas nesse processo, bem como romantizar algumas dessas experiências como sendo solução potencial para os problemas da educação. Quanto ao recorrente de ter mais uma oportunidade, de recuperar o tempo perdido após abandonos, reprovações e outros problemas, esse talvez seja um fator que contribuiu para que a conclusão do processo fosse exitosa para um número considerável de sujeitos. Conforme nos aponta um dos estudantes ouvidos, *“a vice-diretora me chamou para participar, aí interessei, comecei a participar, falou que eu ia fazer três anos, três anos seguidos, aí ia para o primeiro ano, aí eu aceitei, comecei a fazer, e comecei a fazer as aulas”*.

Em relação aos depoimentos, percebemos algumas pistas quanto as questões referentes a metodologia utilizada no projeto ao privilegiar o uso de vídeos como recurso formativo. Uma pesquisa feita pela UNICEF (2014), com jovens de 15 a 17 anos em relação ao não acesso ou mesmo abandono do Ensino Médio, os jovens pesquisados são categóricos em dizer que o interesse pelas aulas está diretamente relacionado como o modo como os professores desenvolvem suas práticas educativas. De acordo com um dos jovens entrevistados na pesquisa, *“Não gosto quando os professores só seguem a apostila. É importante passar algo diferente”* (UNICEF, 2014, p. 52). Quanto mais ortodoxo o professor, quanto mais se utiliza de práticas como cópia e matéria no quadro, maior o desinteresse de

acordo com os jovens que participaram da referida pesquisa. Um dos jovens que nos deram depoimento ao falar ao projeto destacou um elemento significativo, a forma que se estabeleciam as aulas. Segundo o jovem, o bom entendimento da matéria estava vinculado ao modo como as aulas se davam: *“Em relação a aula as matérias e tudo era bem legal, era bem dinâmico, dava para entender”*.

A comparação entre a Telessala e as “aulas normais” não nos causam estranhamento, afinal essas são as experiências que o estudante tem como parâmetro de comparação. O uso das tele aulas, pode soar como algo menos pesado, para alguém que tenha tido uma trajetória escolar marcada pela ortodoxia de aulas, exercícios e livros. De acordo com Juarez Dayrell (2007):

Podemos ver aí uma tendência em transformar cada instante em instante de educação, cada atividade em uma atividade educativa, ou seja, como uma atividade cuja finalidade é formá-los, formar-lhes o corpo, os conhecimentos, a moral. Como se não existisse outra forma de estabelecer relações, como se não existisse outra forma de estruturar atividades que não na forma escolar. (DAYRELL, 2007, p. 1117).

Em se tratando da relação entre professor e aluno, esse é um elemento importante a ser considerado nas análises do projeto. Novamente recorrendo à pesquisa da UNICEF (2014), apontamos que a relação professor/aluno é um fator vital para o êxito do processo educativo. Em se tratando da experiência analisada nessa pesquisa, algumas falas jogam luz sobre a importância dessa relação, bem como a importância do sujeito professor nesse processo. O depoimento de uma das jovens nos permite vislumbrar um pouco a potencialidade contida nessa relação:

Particpei da telessala, gostei muito, só tive coisas boas, não tenho nada a reclamar. Professora maravilhosa que me ajudou bastante também. Depois que eu sai do projeto eu consegui conversar melhor, **continuei estudando. Me ajudou bastante até mesmo entender, pra conversar que eu não gostava de conversar com ninguém, qualquer coisinha eu ficava calada, aguentava tudo na minha e calada. Na telessala eu conseguia conversar melhor, chegava perto da professora e falava com ela, conversava com todo mundo.** E fui até o finalzinho da minha gravidez porque depois eu tive que parar porque a pressão estava muito alta, estava inchando muito e não tinha como continuar indo. Mas, mesmo assim continuei fazendo as atividades em casa e mandava com o pai do meu filho para entregar a professora. **Ai depois disso ainda continuo estudando, esse ano irei fazer o terceiro ano agora em março começa de novo o EJA. Vou terminar o terceiro ano graças a deus agora. Grifos nossos.**

Os elementos que emergem desse depoimento suplantam a relação professor/aluno de forma simplista, unicamente como fator concludente ou de aprovação, mas nos aponta o

quanto a relação está diretamente vinculada as potencialidades para além do pedagógico, para além das matérias, são aprendizados para a vida, se sentir melhor em relação aos outros, se tornar menos tímida, falar melhor, socializar. Tais virtudes mencionadas pela estudante como sendo construídas junto à professora e ao grupo não são questões do currículo, não são matéria propriamente dita, são aprendizados de humanização, de construção de si, de se enxergar como sujeito. Inclusive, potencializando a ampliação de projetos de futuro, como por exemplo, continuar os estudos, ambicionar um outro lugar a partir da sua formação como um horizonte possível.

Além de todas essas questões apontadas anteriormente, um outro elemento se destaca em se tratando dos jovens envolvidos no projeto e suas expectativas pós formação. A formação como potencialização da inserção dos sujeitos no mercado de trabalho, em um emprego formal, de carteira assinada, foi marcadamente abordada por todos os estudantes ouvidos pelo projeto. Um verdadeiro sonho para alguns, mas jovens periféricos nos dias atuais.

Gostei muito do projeto, não achei ruim não. E as coisas que gostei depois de sair do projeto; é que eu consegui um serviço mais rápido; **e me ajudou muito na vida**, aprendi muitas coisas que eu não sabia sobre as matérias, eu aprendi. **E atualmente tô trabalhando no Mart Minas em Pará de Minas. Grifos nossos.**

Como dito anteriormente, apesar da importância da inserção no mercado de trabalho, essa não é a única expectativa quando pensamos em um projeto que tenha como foco corrigir disparidades idade/série ou mesmo ofertar a garantia de um direito negado. Mas, quando para além do processo formativo, essa inserção é alcançada, ela provoca mudanças consideráveis na vida dos sujeitos, quanto ao acesso à outros direitos também negados. Ao desenvolver o projeto, não houve qualquer outra pretensão que não fosse ouvir os sujeitos jovens envolvidos, saber dos significados construídos por eles em relação ao projeto e quais as possíveis repercussões em suas trajetórias de vida após saírem da escola. Não houve a pretensão de fazer um juízo de valor em relação a experiência estudada, dizer o que foi bom ou o que foi ruim, mesmo porque o objetivo era de contribuir para que futuras políticas públicas educacionais para jovens sejam mais condizentes com as expectativas e anseios desses sujeitos. De toda forma, há que ressaltar que por mais que projetos como esse enfrentem problemas e obstáculos na sua execução, e são vários, temos que reconhecer

qualquer forma de tornar as vidas dos jovens melhores, mais igualitárias e mais justas, como sendo algo positivo.

2.6 “Cola Comigo!”: trocando ideias com as juventudes

O projeto que fecha o relato das experiências propostas para o presente trabalho tem por nome “Cola Comigo!”: Trocando ideias com as juventudes e tem sido desenvolvido desde o ano de 2022. Apesar de ser o projeto mais recente, tem se mostrado uma ferramenta importante de conexão entre a universidade e a sociedade, entre a Faculdade de Educação e o chão das escolas, entre os vários sujeitos, diversos em sua condição juvenil e sua oportunidade de serem ouvidos, seja na universidade, seja na escola, seja em qualquer lugar que eles queiram ocupar para tal. Esse projeto tem sua idealização ainda no ano de 2021, em um contexto ainda pandêmico, como o retorno e retomada gradativa das atividades da universidade já na segunda metade do mesmo ano.

Com a retomada das atividades acadêmicas, os/as professores/as componentes do OJ-FaE-UEMG, em uma reunião fizeram várias explanações sobre a realidade social à qual estaríamos sendo compulsoriamente inseridos pós pandemia e irrestritamente todos/as disseram de um sentimento de insegurança, não apenas seus, mas sim de todos/as envolvidos em nossa realidade acadêmica, de formação de um curso superior. Os dados não eram os melhores, milhares de mortes, milhares de pessoas desempregadas e um grande número de pessoas vivendo uma condição de insegurança alimentar cotidianamente. Apesar de estarmos tratando de um curso superior, de uma universidade pública, tal realidade não estava muito distante de nossos/as estudantes. Nos propusemos então a ouvir o coletivo de estudantes em uma reunião aberta que contou com um número significativo de pessoas presentes. Essa reunião, que aos nossos olhos serviria de termômetro para pensarmos as ações do grupo se mostrou muito singular, pois o que mais foi levantado, irrestritamente, por professores e estudantes, era a falta que nos fazia a presença do outro, a falta de oportunidades de estar com outras pessoas, a falta de poder falar de si, de seus sentimentos e de suas dores a alguém.

Assim nasce o “Cola!” como é carinhosamente chamado. Seriam privilegiadas “Rodas de Conversa” e não haveria qualquer restrição quanto a quem poderia participar, era só chegar e “Colar!”, estudantes da faculdades, estudantes da educação básica, professores, grupos e coletivos, quaisquer pessoas que se afetassem pelo debate das questões que

envolvessem as juventudes. Todavia, cada encontro seria marcado pela presença de um coletivo de jovens, um grupo ou mesmo um representante para trazer as representações e vivências daquela juventude em relação ao tema, juntamente com os representantes da juventude teríamos também a presença de alguém que pudesse nos trazer elementos do que estava sendo produzido e discutido sobre a temática na universidade. Isso sem qualquer divisão ou hierarquização.

O ano de 2022 foi arcado por uma atuação ainda incipiente, apesar de terem sido desenvolvidas ações importantes e demarcatórias quanto a existência e atuação do OJ-FaE-UEMG. A primeira roda de conversa, em virtude se deu de maneira virtual e contemplou as questões referentes às juventudes periféricas, o racismo e a violência, com um foco na realidade pandêmica. Para o encontro foram convidados três interlocutores: Paixão Sessémeandé; Alga Marina e Eduardo Salatiel. As falas trouxeram à tona elementos de uma violência vivida no cotidiano das juventudes negras, pobres e periféricas, que suplantava, em muito as violências coercitivas do estado, por meio das operações policiais. Uma realidade invisibilizada pelo afastamento social e que dava conta da insegurança alimentar vivida nas periferias, da falta do mínimo para garantir a sobrevivência, da necessidade de romper com o afastamento, pois a realidade dizia de sujeitos que poderiam morrer de fome antes de morrerem de Covid.

A segunda atividade já ocorreu no prédio da Faculdade de educação. Foi organizada uma “Mostra Cultural” na qual todos os grupos de pesquisa e extensão teriam a oportunidade de apresentar seus projetos à comunidade acadêmica. Nesse processo, tornamos nossa participação na mostra uma roda de conversa do “Cola Comigo!” e fizemos um debate ao ar livre na Faculdade de Educação com o foco nas manifestações culturais das juventudes e a ocupação da cidade pelas juventudes. Foi convidado o artista plástico Leandro Duarte, que fez um grafite com a imagem de Paulo Freire e a logomarca do grupo. Para além da relevância de seu trabalho pela materialização e expressão de sua arte, destacamos que o artista era estudante da nossa própria universidade, no curso de Artes Plásticas da Escola Guignard. Nesse sentido, vimos tal experiência também como oportunidade de estreitarmos laços com as demais unidades da UEMG em Belo Horizonte e seus estudantes. Muitos foram os contatos e o interesse de estudantes em participar das ações. Tratou-se de uma roda marcada pela descontração e pela dinamicidade, muitas interações e conversas. Hoje o grafite do Paulo Freire é ponto turístico de quem visita a Faculdade e quer fazer uma foto para as redes sociais.

A terceira roda de conversa foi marcada pela discussão que envolveu as juventudes, as experiências participativas e a escola. Essa roda específica foi desenvolvida por dois momentos, um primeiro momento que não foi de recebimento e fala de convidados para falar, mas sim de exibição de um filme, “cabeça de nego”. E um segundo momento, no qual o filme foi colocado em debate do diálogo com o livro publicado pelo professor Francisco Martins (2022) e que aborda as questões referentes a participação juvenil na escola por meio de grêmios. Em linhas gerais, as falas foram muito engajadas e sinalizavam um funcionamento institucional, seja na escola, ou mesmo na universidade, no qual os estudantes não eram vistos como atores capazes de participar ativamente no interior das instituições. Foi tão importante que fomentou nesse ano de 2023, na continuidade do projeto, o oferecimento de oficinas sobre participação estudantil nas escolas que têm sido oferecidas e desenvolvidas nas próprias instituições escolares, o projeto tem ido até a escola para promover esse debate. Tais oficinas, que ainda estão em pleno processo de aplicação e desenvolvimento, devem ser analisadas e debatidas em trabalhos futuros. Contudo, nos cabe reforçar que têm emergido discussões muito ricas, tanto da parte dos estudantes e dos professores, como da própria gestão da escola.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar desse trabalho, que congrega reflexões de professores e estudantes de graduação, bolsistas e voluntários, longe nos passa da mente o intuito de prescrever receitas ou modos adequados do como desenvolver experiências de extensão com o foco nas juventudes. Todavia, acreditamos que a socialização de tais experiências, a explanação, análise e debate quanto a nossas concepções sobre extensão universitária e processo de formação educativa, possa servir como fator de inquietação e até mesmo sensibilização de outros colegas, estudantes e professores, para colocar em voga um debate no qual os direitos e singularidades das juventudes sejam pontos de análises e reflexões. Nesse sentido, mais que apresentar receitas, viemos socializar modos de fazer com a esperança que outras pessoas possam se interessar a colaborar conosco em nosso grupo de pesquisa. Apesar de todos os avanços, ainda há muito o que lutar.

Quanto à extensão universitária, esperamos que nossas práticas tenham conseguido dizer de nós o suficiente, a ponto de sermos compreendidos não apenas como pesquisadores/formadores que advindos da universidade levam um saber canonicamente

científico à tábula rasa que são dos sujeitos que estão na ponta do processo. Pensar as ações extensionistas, bem como o modo como elas se dão, qual público pretendem abranger, nos parece explicitamente se posicionar como sujeitos que pensam e atuam na universidade tendo essa instituição como potencial força motriz de mudanças sociais por meio do pensamento e da reflexão.

Pensar a experiência de uma perspectiva dialógica em nada suprime ou diminui a importância da universidade de formação crítica dos sujeitos, entretanto, ao nos colocarmos favoravelmente em uma posição de escuta do outro estamos também rompendo hierarquizações e equalizando responsabilidades, inclusive sobre o próprio processo formativo. A extensão como educação gnosiológica tem como condição *sine qua non* a capacidade de estabelecer uma comunicação eficaz, que o outro seja ouvido e que consiga, ao nos ouvir, compreender do que tratamos, e é assim que compreendemos nossa responsabilidade enquanto um grupo de pesquisa e extensão que se coloca peremptoriamente em posição de defesa das juventudes como sujeitos de direito. Há quem veja em nosso relato uma utopia, há quem veja a potência, nós vemos que, apesar de todas as dificuldades, as oportunidades de luta por uma educação democrática, laica, de qualidade e que busque uma sociedade mais humana não pode ser desperdiçada. Quem luta, educa!

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Zenaide; HERMONT, Catherine. **Estratégias metodológicas de trabalho com os jovens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BRITO, José Eustáquio de. Tensões que atravessam os corpos e luta por reconhecimento. In: SOUSA, Cirlene; SILVA, Marcos; GONÇALVES, Pedro; FERNANDES, Júlia; PRADO, Denise (orgs.). **Rompendo Silêncios**: sobre as trajetórias escolares das juventudes negras e LGBTQIA+. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

DAYRELL, Juarez. A Escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: VIEIRA, Maria Manuel (org.). **Atores educativos: escola, jovens, e mídia**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

DAYRELL, Juarez. **Por uma Pedagogia das juventudes**: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.) **Representações performáticas brasileiras**: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

GONÇALVES, Pedro; FERNANDES, Júlia. Experiências estudantis na escrita de cartas. In. SOUSA, Cirlene; SILVA; Marcos; GONÇALVES, Pedro; FERNANDES, Júlia; PRADO, Denise (orgs.). **Rompendo Silêncios: sobre as trajetórias escolares das juventudes negras e LGBTQIA+**. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

MARTINS, Francisco André Silva. Pensar práticas docentes humanizadas em contextos escolares racistas e homofóbicos. In. SOUSA, Cirlene; SILVA; Marcos; GONÇALVES, Pedro; FERNANDES, Júlia; PRADO, Denise (orgs.). **Rompendo Silêncios: sobre as trajetórias escolares das juventudes negras e LGBTQIA+**. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

MARTINS, Francisco André Silva. **A voz do estudante na educação pública**. São Carlos: De Castro, 2022.

MARTINS, Francisco André Silva; SOUSA, Cirlene Cristina; SOUZA, Liliane. Escrevivências das juventudes negras e LGBTQIA+: fontes educativas para reinventar escolas e docências. **Revista Diversidade e Educação**. v. 9, n. 2021.

NONATO, Symaira Poliana; DAYRELL, Juarez. **Por uma Pedagogia das Juventudes: educação e pesquisa como princípio educativo**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

PRADO, Denise. A escrita de si: um modo de pensar a diversidade na escola. In. SOUSA, Cirlene; SILVA; Marcos; GONÇALVES, Pedro; FERNANDES, Júlia; PRADO, Denise (orgs.). **Rompendo Silêncios: sobre as trajetórias escolares das juventudes negras e LGBTQIA+**. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

UNICEF. **10 desafios do Ensino Médio no Brasil: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos**. Brasília: UNICEF, 2014.

POESIA PRAXIS*: um intertexto com a educomunicação

Patrícia Duplat dos Santos²²
Mailson Santos de Queiroz²³

RESUMO: O artigo apresentado faz um estudo bibliográfico relacionando a poesia praxis com a educomunicação, formando assim um intertexto sobre o estilo de poesia praxis e o método epistemológico e participativo da educomunicação, a intertextualização traz as peculiaridades que ambos possuem em comum. A presença das poesias praxis de Mário Chamie que traz reflexões para o leitor, a poesia como um estímulo do pensar, que se apresenta capaz de promover transformações sociais, as definições sobre educomunicação como um estudo e prática do pensamento crítico apresentada por diversos pesquisadores, um estudo epistemológico que estimula ações, que têm crescido muito com a evolução da tecnologia, e com o acesso à internet. Este artigo busca não só correlacionar os conceitos dos assuntos estudados, mas apresentar uma nova percepção, que é justamente o intertexto central da poesia praxis e da educomunicação, ambos possuem a fuga do convencional e traz o cidadão-leitor a analisar o ambiente no qual está inserido. A Poesia Praxis: Um intertexto com a educomunicação tem o propósito de promover uma aprendizagem mais focada na visão crítica do cidadão leitor, emponderando um formador de opinião, um cidadão pensante.

Palavras-chave: Poesia. Praxis. Educomunicação.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo mostrar a relação entre a poesia praxis e a educomunicação, este estudo pretende a partir da intertextualização entre os conceitos e seus objetivos paralelos, maximizar a visão crítica do cidadão leitor. Com este estudo o cidadão leitor poderá maximizar a sua visão crítica, pois, um cidadão com a mente maximizada e independente, pode transformar o ambiente em que está inserido. A presente análise pode ser

²² Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo (IESRIVER) e Pós-Graduada em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira na FAMART.E-mail:ascom.patriciaduplat@gmail.com.

* Praxis (sem acento), conforme a grafia do livro Lavra lavra de Mário Chamie de 1960.

²³ Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Licenciado em Química. Pós-graduando em Tecnologias Educacionais e mestre em Engenharia de Materiais.

usada como fonte de pesquisa para outros estudos, recriando e expandindo as ideias sobre a intertextualização da poesia praxis e da educomunicação, além de ampliar a visão crítica sobre o ambiente em que o cidadão está inserido, possibilitando transformações na consciência humana e conseqüentemente no ambiente. A pesquisa realizada tem uma metodologia bibliográfica, pois, as suposições básicas são levantadas de acordo com pré-leituras de livros e artigos de mestres, doutores e pesquisadores.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A inoculação da poesia práxis

A poesia praxis teve início na década de 1960, seu teórico, idealizador e principal poeta foi Mário Chamie, iniciado pelo movimento didático, a partir do livro *Lavra lavra*, que tinha o objetivo de esclarecer a estrutura estética e social da poesia praxis. Todavia, é importante ressaltar a origem da palavra práxis, para introduzir a perspectiva do movimento arquitetado pelo poeta. Segundo Chamie 1962,

Práxis: fazer e refazer constantemente as coisas, os signos, as pessoas, as emoções, os sentimentos, as palavras, em busca de novos, surpreendentes e contraditórios significados, porque o mundo não é uma inércia adormecida, o mundo não é uma lesma que tomou Lexotan, o mundo é uma coisa vigorosa.

O autor de *Lavra Lavra*, estava em busca de novas formas de comunicação, o objetivo do autor era fazer e refazer perspectivas, deste modo, o autor apresenta uma leitura contrária, fugindo da ataraxia. Mário propunha uma ação no panorama cidadão- pensante, desta forma, atrai leitores a refletir sobre o ambiente que está inserido, a poesia de Mário Chamie, é muito mais que apenas poesia, ela insita a inquietação, além de ser mais acessível a todos, reabilitando a poesia convencional para a oralidade, ele traz o autor- leitor para uma análise do cotidiano, da vivência prostrada do cidadão, uma poesia capaz de transformações sociais.

Para Chamie, o “Vanguardismo Velho” possuía três descumprimentos: A ausência de uma interpretação sólida em termos de devir histórico; escamoteamento dos mecanismos socioculturais do processo artístico; e a supressão de um conceito totalista, capaz de envolver a interação do plano de ideias com o da ação transformadora. (CHAMIE, 1960, p. 51 apud CARVALHO, 2002, p. 88).

A negligência dos três tópicos acarreta uma sucessão de camuflagem da esfera social, e a proposta de Chamie é justamente oposta, almeja um autor-leitor, haverá um momento em que o leitor se torna autor, a poesia praxis, apresenta um leitor- explorador de novas perspectivas transformadoras da sociedade. A poesia práxis transforma o leitor em autor, e o leitor-autor transforma o ambiente em que está inserido. Não exclui nenhuma sociedade, contrário do vanguardismo velho, que nutre uma ideologia alimentada por de si mesma, desta forma não atinge uma situação totalitária social.

De acordo com Chamie (1960) a poesia praxis remodela o duo-autor leitor, o autor só é autor enquanto no exercício da condição, enquanto pratica o ato de compor. Fora daí é leitor, e rigorosamente, no âmbito maior da literatura-praxis (de que a poesia-praxis é uma extroversão) haverá um momento em que a riqueza criativa de um grupo, de uma sociedade e de um povo será constituída, quantitativa e qualitativamente, de leitores. (...)

Paralelamente, o autor, como indivíduo, mais que integrado na coletividade de leitores (reais e/ou virtuais) tanto mais e integra na consciência de leitura, a literatura praxis, se estabelecerá, em definitivo, como fazer histórico, quando intelectuais e povo forem leitores de uma mesma linguagem. (...)

Não significa que devemos escrever para o leitor segundo a sua educação ou alcance intelectual, numa sociedade de privilégios, não se trata disso, se trata de atender o modo de ser dessa consciência projetada em cada situação. (CHAMIE, 1960, p. 31 e 31 apud CARVALHO, 2002, p. 84,85).

O autor faz a defesa do consumismo no primeiro parágrafo em que ele explica o duo-autor, em que pode ser apenas leitor e passa a ser o duo quando está no ato de compor, o leitor deixa de ser apenas receptor e passa a ser também emissor, transformando-o em um leitor intelectual. Entretanto, nos parágrafos seguintes ele faz uma divisão social, em que a divisão de trabalho se dá pelo intelecto, em que o povo e o autor só se comunicarão quando o intelecto do povo for transformado, ou seja, ambos sejam produtores de uma mesma linguagem.

A historicidade, portanto, da consciência canônica criou e solidificou as suas constantes a que a criação literária presta permanente e “congênita” obediência. Quais são essas constantes? Eu diria: a) o paralelismo do fenômeno estético; b) o jogo de inversão-reversão dos agrupamentos canônicos; c) a novidade velha dos resultados. (CHAMIE, 1974a, p. 119 apud QUEVEDO, 2007, p. 114).

Segundo Chamie, a literatura canônica ou eufuística, distancia o mundo real, ou seja, o esteticismo literário simula uma realidade que não é do íntimo do autor.

O autor de Lavra Lavra insiste em comparar a poesia práxis com a concreta, frisando sempre a oposição significativa que afastam seus ideais. Chamie costumava dizer que a poesia concreta era linear, estética, e se autoalimentava, era algo que não nascia do íntimo de poeta, se tratava de uma obra criada e não sentida.

Além disso, ela [Chamie refere-se à imagem de um gráfico abstraído de uma poesia sua] é bastante suficiente para arredar a provável suspeita de que uma poesia-praxis seja obra de artesanato. Longe disso, a poesia-praxis, criado 73 por nós, é a evidência imediata de que, num plano poético, o produto artístico é um artefato de co-realidade útil e dinâmico no seu uso, na produção em que um artefato industrial o é. (CHAMIE, 1974a, p. 29 apud QUEVEDO, 2007 p. 73 e 74).

2.2 Ensino da poesia

A poesia praxis possui características únicas, ela foge do convencional e as palavras possuem múltiplos sentidos. A análise a seguir da poesia agiotagem ilustrará o praxismo.

Agiotagem

Um

Dois

Três

o juro: o prazo

o pôr / o cento / o mês / o ágio

p o r c e n t a g i o .

dez

cem

mil

o lucro: o dízimo

o ágio / a mora / a monta em péssimo

e m p r é s t i m o .

muito

nada

tudo

a quebra: a sobra

a monta / o pé / o cento / a quota

h a j a n o t a
agiota.

A polissemia da poesia práxis torna rica a percepção do leitor, na poesia agiotagem a semântica se baseia na exploração financeira, o título da poesia “Agiotagem”, é um empréstimo a juros abusivos, o título indica uma exploração capitalista. Todo teor da poesia anuncia um empréstimo, e utiliza um conjunto de palavras como juro, mora, quota (alíquota), porcentagio (porcentagem/ por cento), para levar o leitor a uma reflexão. A poesia é a análise de um cenário que faz uma crítica à evolução da estrutura monetária da vida.

Na próxima poesia “ Compra e venda” apresentamos o mesmo modelo de análise, de acordo com o contexto práxis idealizado pelo autor Chamie.

Compra e venda

De mão a mão

passa o produto passa.

A boca fecha.

De não e não o punho fecha.

Moeda passa para o negócio passa.

O tributo de sol a sol e a mão ao pão espera.

A boca abre:

passa o produto e a tarde.

Mira mira

corre o dinheiro corre.

O bolso rega.

De trem a trem o trilho reza.

A fêria corre para o balanço corre.

O meeiro de sol a sol e a mão ao pão estorque.

O bolso seca:

corre o dinheiro à meca.

De dia a dia

Pesa a proposta pesa.

O faro sente.

De mês a mês o lucro mente.

A venda pesa para o colono pesa.

A carroça de sol a sol e mão ao pão esgueira.

O faro falha:

pesa a proposta e a palha.

De grão em grão

pleno é o celeiro pleno.

O jogo pende.

De pio a pio o bico plange.

A perda ganha para o consumo ganha.

O roceiro de sol a sol e a mão ao pão esconde.

O jogo finda:

Pleno é o celeiro e a finta.

(CHAMIE, 1978, p. 70)

No ensaio da poesia “Compra e venda”, foi possível observar a relação das palavras para criar uma analogia do produto e do dinheiro até chegar nas mãos do trabalhador que precisa pagar os tributos do pão, e percorre um caminho árduo, que muitas vezes precisa “fecha a boca”, ou seja, compra apenas o necessário.

O segundo parágrafo “o bolso rega”, faz relação com “a boca fecha” e o “punho fecha”, que em seguida retrata a vida de um meeiro (agricultor que arrenda / aluga a terra e divide os lucros com o proprietário) que o dinheiro vai a meca e o bolso seca, pois a proposta do agricultor/ meeiro pesa, não dá lucros, o autor compara o meeiro a um colono, que trabalha incansavelmente de sol a sol para ser enganado até o fim da colheita.

Esta poesia é mais que uma reflexão, é um relato do cotidiano de um agricultor meeiro, que se identifica com a poesia e a realidade que ela retrata.

2.3 As peculiaridades da educomunicação

Considerando que a educomunicação é uma fusão da educação com a comunicação, esta área tende a propiciar ambientes mais conscientes, alimentar percepções ímpares da consciência do cidadão pensante e participativo, a respeito dos acontecimentos de mundo, por meio da inclusão da informação.

Em 1968, o educador Anísio Teixeira publicou a obra *Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola*. No livro são apresentadas as ideias de uma educação progressista levantadas pelo educador durante o curso de dez meses no Teachers College (Escola de Professores) da Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque, com o mestre John Dewey. Dewey influenciou Teixeira no projeto das escolas integrais com atividades extracurriculares.

De acordo com a ABPEducom, o termo "educomunicação" já aparecia em discussões da Unesco desde os anos 80 para designar ações de comunicação voltadas à educação e vice-versa. Na mesma década, Mario Kaplún utilizava o termo "educador".

Segundo a pesquisa ABPEducom, 2017, o Educomunicador é o profissional que demonstra capacidade para elaborar diagnósticos e coordenar projetos no campo da inter-relação Educação e Comunicação. Entre as atividades que ele desenvolve, destacam-se:

a) a implementação de programas de "educação para a comunicação", favorecendo ações que permitam que grupos de pessoas se relacionem adequadamente com o sistema de meios de comunicação.

b) o assessoramento a educadores no adequado uso dos recursos da comunicação, como instrumentos de expressão da cidadania.

Antes mesmo da palavra educomunicação já havia uma ideia de transformação na educação. Segundo Cunha (2001.p, 87), em 1930, o filósofo e educador estadunidense, John Dewey, posicionava-se sempre em favor de uma nova ordenação social, de uma sociedade democrática e de uma escola sintonizada com o movimento incessante do mundo.

A Educomunicação é entendida pela ABPEducom como um paradigma orientador de práticas sócio-educativo-comunicacionais que têm como meta a criação e fortalecimento de ecossistemas comunicativos abertos e

democráticos nos espaços educativos, mediante a gestão compartilhada e solidária dos recursos da comunicação, suas linguagens e tecnologias, levando ao fortalecimento do protagonismo dos sujeitos sociais e ao consequente exercício prático do direito de se expressar.

Conforme citado acima, ambientes educomunicativos, estão propícios ao despertar e fortalecer do protagonismo dos sujeitos sociais e ao consequentemente exercício prático do direito de se expressar, sendo assim, o cidadão pensante deixa de ser espectador e passa a ser protagonista da própria história.

A leitura crítica da mídia ou educação para as mídias. É importante destacar que “a educação para a mídia não deve ser confundida com o uso das mídias na educação”, pois não se trata de utilizar os recursos midiáticos disponíveis para o ensino de componentes do currículo e sim encarar a “cultura midiática” em si como objeto de estudo. (BRAGANÇA, 2015, p.31).

A autora demonstra que há uma preocupação do uso das mídias de forma desorientada, por isso, há a necessidade de uma orientação profissional especializada, pois as mídias têm o poder de manipular.

A leitura crítica refere-se à educação para o uso das mídias, o relacionamento do cidadão com as mídias. O objetivo é esclarecer o uso correto e crítico das mídias, desta forma, o cidadão deixa de ser espectador, para ser observador do veículo comunicativo, um crítico, com o objetivo de obter novas perspectivas.

As pesquisas sobre educomunicação são vastas para o uso em sala de aula, mas não se limita apenas neste ecossistema, a análise dos meios de comunicação como objetos de estudo tem a finalidade de entender o mediatismo que vivemos atualmente. As mídias influenciam o direito de escolha do cidadão com a análise de suas características, desta forma, o cidadão entenderá os paradigmas e terá maior discernimento ao fazer suas escolhas no mundo interno e externo do seu entendimento.

De acordo com Schaun (2002) a questão da educomunicação busca ressignificar os movimentos comunicativos inspirados na linguagem do mercado de produção de bens culturais, mas que vão se resolver no âmbito da educação como uma das formas de reprodução de organização de poder da comunidade, como um lugar de cidadania, aquele índice do qual emergem novas esteticidades e eticidades (modos de perceber e estar no mundo).

Analisando as informações pesquisadas, é possível afirmar que a educomunicação é a consciência como cidadão, desenvolvendo uma visão dos ambientes em que está inserido, sendo ele físico ou digital, e possibilitando sua transformação. A educação e a comunicação estão intrínsecas, sendo inevitável discernir doutra forma. Entretanto, a educação para as

mídias e/ou leitura crítica midiática, é um mecanismo de defesa para o cidadão relacionar com as mídias e os ciberespaços²⁴.

Desta forma, a educomunicação faz o exercício desalienador do cidadão, tornando o cidadão crítico, pensante e participativo, desencadeando reflexões e ações sociais.

2.4 Análise da poesia praxis e da educomunicação

Segundo os textos apresentados anteriormente por mestres, doutores e pesquisadores, no âmbito do conceito da poesia praxis e da educomunicação, foi possível identificar correlações sobre os conceitos dos estudos pesquisados.

Conforme Chamie (1960) a poesia praxis remodela o duo-autor leitor, o autor só é autor enquanto no exercício da condição, enquanto pratica o ato de compor. (...) o âmbito maior da literatura-praxis haverá um momento em que a riqueza criativa de um grupo, de uma sociedade e de um povo será constituída (...).

Neste trecho, Chamie busca explicar que o ambiente que a literatura praxis proporciona ao leitor, condiciona-o a uma leitura crítica, apresentando uma nova perspectiva ao autor-leitor. A poesia praxis é instaurada dentro da realidade em que o leitor está inserido, estimulando uma reflexão ímpar sobre o tema apresentado.

Correlacionando os conceitos, a Abpeducom apresenta a educomunicação como práticas sócio-educativo-comunicacionais com objetivo de criar e fortalecer ecossistemas comunicativos, compartilhando recursos da comunicação, e desta forma, fortalecendo o protagonismo dos sujeitos sociais e ao conseqüente exercício prático do direito de se expressar.

De acordo com os textos apresentados acima, é possível perceber uma relação de concordância quanto o protagonismo do cidadão pensante e do autor-leitor, a poesia praxis e a educomunicação, percebem a necessidade de extrair a inercia em que o ser humano está inserido. O objetivo mais intrínseco de ambos são, a necessidade de exploração das percepções. A polissemia da poesia práxis torna rica a percepção do leitor, tornando possível

Ciberespaço como "espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores" (Lévy, 1999, p. 92) é uma plataforma de uma nova realidade humana, síntese das relações homem-máquina, homem-homem, cuja acronia e atopia ampliam os limites de possibilidades do homem, tanto às informações e comunicações quanto à sua criatividade.

a mudança do leitor para autor -leitor, um leitor- explorador de novas perspectivas transformadoras da sociedade. A poesia práxis transforma o leitor em autor, e o leitor-autor transforma o ambiente em que está inserido. Assim como, a leitura crítica das mídias tem o objetivo de auxiliar o cidadão com o uso das mídias, apresentado uma reflexão para o uso das mídias, uma análise crítica do ambiente em que está inserido.

Em Lavra lavra, Chamie (1960) diz que o autor, como indivíduo, mais que integrado na coletividade de leitores, integra na consciência de leitura, a literatura praxis, se estabelecerá, em definitivo, como fazer histórico, quando intelectuais e povo forem leitores de uma mesma linguagem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a apresentar a intertextualização entre os conceitos da poesia praxis e da educomunicação. Ressaltou-se, primeiramente, a inoculação da poesia praxis de Mário Chamie, em que foi possível compreender a necessidade da poesia praxis como reflexão do autor -leitor, apresentado um ensaio de suas poesias apresentando um breve estudo sobre o método utilizado para tornar possível novas perspectivas a partir da leitura, a poesia praxis se apresenta como algo que pode ser sentido de dentro para fora, que não alimenta de si, mas do cotidiano em que o leitor está inserido, a poesia praxis foi pensado e instaurado em 1960.

Posteriormente foi pronunciado o conceito de educomunicação, apresentado por diversos pesquisadores no campo da educação e da comunicação, afirmando a necessidade da reflexão do cidadão no ambiente em que está inserido, a educomunicação é um estudo epistemológico e prático da educação para as mídias, apresentando o conceito de forma ampla, não somente no ambiente escolar, mas, como uma inserção do cidadão crítico, pensante e participativo.

E pôr fim a análise entre os conceitos, tornando possível perceber uma correlação entre eles, anexando trechos que apresentam conceitos similares entorno de ambos.

Mas neste sentido, a poesia praxis e a educomunicação se apresenta como uma importante ferramenta para a atividade sociais. A reflexão do cidadão, e seu lugar, que modifica a partir de novas perspectivas desenvolvidas, uma evolução no ambiente em que

está inserido, neste sentido, a poesia praxis e a educomunicação está remodelando paradigmas existentes, promovendo a reflexão crítica e cidadãos pensantes.

REFERÊNCIAS

ABPEducom. Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação. Disponível em: <<http://www.abpeducom.org.br/>>. Acesso em: 10 mar.2023.

BRAGANÇA, Grazielle. Ensinando a leitura crítica da mídia na escola. 2015. Disponível em: <<http://tvescola.mec.gov.br/tve/post?idPost=10064/>>. Acesso em 10 mar.2023

CARVALHO, Helba. **Da poesia concreta ao poema-processo: Um passeio pelo fio da navalha**. 2002. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-04072002-103858/publico/DissertacaoHelba.pdf>>. Acesso em 27 jan. 2023.

CHAMIE, Mário: **Lavra lavra**. Poemas práxis 1958/1961. São Paulo: Massao Ohno editora, 1962. Disponível em: <<file:///C:/Users/ascom/Downloads/Mario%20Chamie%20-Lavra%20Lavra.pdf>>. Acesso em 23 de nov. de 2022.

CITELLI, Adilson. **Revista Comunicação e Educação**. Mário Chamie: o poeta em busca de novas formas de comunicação. N. 2, p.115,116,117 e 118. Ed. jul/dez 2013. Ano XVIII. Disponível em: <<file:///C:/Users/ascom/Downloads/68337-Texto%20do%20artigo-101496-1-10-20140220.pdf>>. Acesso em 23 de nov. de 2022.

CUNHA, Marcus Vinicius da. John Dewey e o pensamento educacional brasileiro: a centralidade da noção de movimento. 2001. Disponível em :<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n17/n17a06>>. Acesso em:02 mar.2023.

PEREIRA, Rodrigo Cardoso. **A concepção de palavra na poesia práxis**. Disponível em:<[file:///C:/Users/ascom/Downloads/Pereira_RodrigoCardoso_M%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ascom/Downloads/Pereira_RodrigoCardoso_M%20(1).pdf)>. Acesso em 21 jan. 2023

QUEVEDO, Rafael Campos. **A POESIA NO HORIZONTE DO IMPOSSÍVEL: Uma Análise dos Fundamentos Utópicos da Poesia Concreta e do Poema-Praxis**.2007. Disponível em:<<http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3194/1/RafaelCamposQuevedo-2007-trabalho.pdf>>. Acesso em 21 jan. 2023.

SCHAUN, Angela. Educomunicação, Reflexões e Princípios. 2002. Disponível em:<https://www.google.com.br/books/edition/Educomunicacao_reflexoes_principios/E5UHu1eOXUC?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=SCHAUN,+Angela.+Educomunica%C3%A7%C3%A3o,+Reflex%C3%B5es+e+Princ%C3%ADpios.%092002&printsec=frontcover>. Acesso em: 14 mar. 2023.

A EFICÁCIA DA ARTETERAPIA PARA O TRATAMENTO DE DISTÚRBIOS EMOCIONAIS EM PESSOAS IDOSAS DURANTE O PERÍODO

PANDÊMICO: uma revisão bibliográfica

Júlia Luiza Muniz¹
Pauliane Aparecida de Moraes²

RESUMO: O envelhecimento integra o ciclo natural da existência humana, ocorrendo pela ação do tempo. Por si só, o envelhecimento impacta a vida dos indivíduos e, este impacto foi ainda mais sentido após ter início a pandemia de Coronavírus ou Covid-19. O período de isolamento social, somado ao fato de que os idosos pertenciam ao grupo de risco, impactou a saúde mental e a qualidade de vida dos idosos, potencializando distúrbios emocionais. Esses impactos para serem minimizados, necessitam da adoção correta de práticas terapêuticas eficazes, como a arteterapia. A arte é um importante instrumento de expressão e intervenção para a promoção da saúde e qualidade de vida, abrangendo as mais diversas linguagens. A arteterapia, portanto, visa trabalhar de forma lúdica os traumas, as angústias, os medos e as emoções difíceis de serem externadas pelos indivíduos, promovendo o relaxamento e o desenvolvimento das atividades cognitivas. Assim, o presente trabalho tem por objetivo apresentar os benefícios da arteterapia para o tratamento de distúrbios emocionais em idosos, durante a pandemia de Coronavírus (Covid-19). Para tanto, foi adotada a metodologia de pesquisa da revisão bibliográfica, realizada a partir da busca por publicações científicas nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciElo, Google Scholar, dentre outras, além de revisão das pesquisas promovidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em estudos da União Brasileira de Associações de Arteterapia (UBAAT).

Palavras-chaves: Arteterapia. Distúrbios Emocionais. Pessoas Idosas. Pandemia.

ABSTRACT

Aging is part of the natural cycle of human existence, occurring through the action of time. Aging by itself impacts the lives of individuals, and this impact was felt even more after the onset of the Coronavirus pandemic, or Covid-19. The period of social isolation, added to the fact that the elderly belonged to the risk group, impacted the mental health and quality of life of the elderly, potentiating emotional disturbances. These impacts, to be minimized, require the correct adoption of effective therapeutic practices, such as art

¹ Graduada em Artes Visuais pela Universidade Paulista (UNIP), pós-graduanda em Arteterapia pelo Grupo Educacional Famart. E-mail: santosmuniz125@gmail.com

² Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart –Itaúna-MG. Graduada em Psicologia, Especialista em Psicopedagogia e Mestre em Educação.

therapy. Art is an important instrument of expression and intervention for the promotion of health and quality of life, covering the most diverse languages. Art therapy, therefore, aims to playfully work on traumas, anxieties, fears, and emotions that are difficult for individuals to express, promoting relaxation and the development of cognitive activities. Thus, this paper aims to present the benefits of art therapy for the treatment of emotional disorders in the elderly during the Coronavirus pandemic (Covid-19). To do so, the research methodology of bibliographic review was adopted, performed from the search for scientific publications in the databases of the Virtual Health Library (VHL), SciELO, Google Scholar, among others, besides the review of research promoted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), in studies by the Brazilian Union of Art Therapy Associations (UBAAT).

Keywords: Art Therapy. Emotional Disorder. Elderly People. Pandemic.

1 INTRODUÇÃO

A Arteterapia pode ser definida como um processo terapêutico cuja finalidade é a cura dos males da alma, proporcionada pela junção entre arte, medicina e psicologia. Para a União Brasileira de Associações de Arteterapia (UBAAT), a arteterapia consiste em se utilizar a arte como base de um processo terapêutico, obtendo-se resultados em um breve período de tempo, estimulando o crescimento interior e o desenvolvimento psíquico dos indivíduos.

Esta prática terapêutica faz o uso de recursos artísticos como a pintura, a modelagem, o desenho, a música, o canto, a dança, os bordados, as colagens, a fotografia, a leituras de contos literários, o teatro e filmes, tendo como o objetivo trabalhar as emoções do paciente. Segundo o psicólogo Carl Jung (1920) “arte é a expressão mais pura que há para a demonstração do inconsciente de cada um. É a liberdade de expressão, é sensibilidade, criatividade, é vida”.

Segundo a psicóloga Selma Ciornai (2004):

[...] as pessoas que desenhavam e criavam, afirmavam: eu sou o artista, estou controlando o que está acontecendo aqui neste papel. A Arteterapia traz esta possibilidade ao paciente, que pode passar a se sentir um cidadão/artista, ao mesmo tempo em que propicia uma comunicação intersubjetiva muito eficaz entre ele e o arteterapeuta, entre ele e os outros.

No Brasil a Arteterapia foi introduzida nos espaços terapêuticos a partir das décadas de 1920 e 1930, tendo como precursores o médico psiquiatra e crítico de arte, Dr.

Osório César e a médica psiquiátrica junguiana, Dra. Nise da Silveira (1905-1999). Vista como uma forma alternativa de tratar de pacientes com distúrbios mentais, a arteterapia passou a ser utilizada em espaços médicos, através de projetos que utilizavam recursos artísticos como forma terapêutica, desenvolvendo oficinas e ateliês com os internos.

Ainda nos dias atuais, a Dra. Nise da Silveira é considerada como referencial em arteterapia no Brasil, sendo seu trabalho inspirado na obra de Jung, pois fez alguns de seus estudos no "Instituto Carl Gustav Jung" em dois períodos, compreendidos entre 1957 a 1958 e de 1961 a 1962.

Através de seu contato com o trabalho de Carl Jung, Nise passou a utilizar atividades expressivas como formas de terapia na compreensão de questões psíquicas. Por meio de seus estudos, Nise introduziu no Brasil esse tipo de tratamento e, no ano de 1946, fundou a Seção Terapêutica Ocupacional e Reabilitação (STOR), um espaço inovador para a época, pois se utilizava de um ambiente acolhedor e de oficinas de artes, o que fugia às práticas terapêuticas convencionais utilizadas na época, as quais se valiam do uso de eletrochoques, insulinoaterapia e lobotomia.

Nise compreendia que os seres humanos e suas subjetividades deveriam ser valorizados, assim como o contato afetivo e o respeito ao próximo, possibilitando possibilitar aos seus pacientes o caminho de volta para a realidade e a recuperação da autonomia, o que poderia ser proporcionado pela arteterapia.

Passadas tantas décadas do trabalho de Nise da Silveira, a arteterapia tem, cada vez mais, evoluído e, atualmente, se trata de instrumento terapêutico de grande eficácia para o tratamento de distúrbios emocionais e desenvolvimento cognitivo dos indivíduos.

Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo geral abordar a importância da arteterapia para o tratamento de distúrbios emocionais e, como objetivo específico, visa analisar a importância da arteterapia no tratamento de distúrbios emocionais de pessoas idosas no curso do período pandêmico.

Desde o final do ano de 2019 na cidade de Wuhan (China) surgiram casos de “síndrome respiratória”, com rápida disseminação, comprometimento pulmonar e óbitos. Neste contexto, a Organização Mundial de Saúde (OMS) denominou o novo coronavírus responsável por esse quadro (JIANG et al., 2020). Representando um grande desafio à saúde pública em todo o mundo, como medida de contenção, os governos adotaram o distanciamento social e o isolamento, os quais passaram a gerar grandes repercussões socioeconômicas e psicológicas nos indivíduos, especialmente, nos idosos, os quais

pertenciam ao grupo de risco e estavam mais sujeitos a casos de óbito (MELLO et al., 2020). Desta forma, passou-se necessitar da adoção de ferramenta terapêuticas eficazes para a minimização dos impactos emocionais em idosos, sendo que, a arteterapia possui importante eficácia. Desta forma, justifica-se a pertinência da escolha temática.

Para tanto, adotou-se a metodologia da revisão bibliográfica, com a finalidade de sistematizar os conhecimentos sobre as contribuições da arteterapia no tratamento dos distúrbios emocionais de pessoas idosas durante o período pandêmico. A pesquisa foi realizada nas bases de dados BVS (Biblioteca Virtual em Saúde); Scielo; Google Scholar dentre outras, além de revisão das pesquisas promovidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em estudos da União Brasileira de Associações de Arteterapia (UBAAT).

Visa-se responder, portanto, ao questionamento inerente à eficácia da arteterapia para o tratamento de distúrbios emocionais em pessoas idosas, especialmente, no curso do processo pandêmico, o qual afetou sobremaneira os aspectos psicofísicos desses indivíduos.

2 DESENVOLVIMENTO

Nas últimas décadas, a arteterapia tem sido utilizada como recurso terapêutico que proporciona melhor qualidade de vida para todos, em especial ao público idoso. As sessões de terapia costumam acontecer de forma organizada, com horário marcado, em um ambiente acolhedor, que passe segurança e estabilidade ao paciente. Esse processo terapêutico pode ser realizado em grupos ou individualmente, fazendo-se o uso de recursos artísticos como meio expressivo.

Figura 1 - Arteterapia em grupo.



Fonte: <https://www.serraville.com/atividades/nossa-arte-e-terapia/#>

Figura 2 - Arteterapia individual



Fonte: <https://www.serraville.com/atividades/nossa-arte-e-terapia/#>

Quando empregadas as técnicas de arteterapia em pessoas idosas, que fazem parte da faixa etária de sessenta anos ou mais, observamos que elas sentem-se mais relaxadas e à vontade, compartilhando suas dificuldades, medos, sonhos e alegrias.

Ao falarem de si próprios, os idosos se sentem acolhidos e importantes, pois uma das queixas mais comuns desses pacientes é que não recebem a devida atenção, seja dos familiares ou do meio onde estão inseridos.

Segundo as arteterapeutas Marcia Barreira e Naila Brasil (2020, p. 8):

Dentre todas as linguagens uma faz-se especial: a linguagem da arte. Feita para o homem mergulhar dentro de si mesmo trazendo para fora e para dentro dos outros homens as emoções do próprio homem. Sabe o homem que as emoções é que são o sal da vida. Por isso é que quando o homem quer falar ao coração dos outros homens ele o faz pela linguagem da arte. Quando isso acontece, naquele homem sente e age o artista.

Segundo os dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – Características dos Moradores e Domicílios, divulgada pelo IBGE1, em 22 de julho de 2022, a população idosa teve um salto se comparado aos anos anteriores, passando de 4,8 milhões de idosos em 2012, para 31,2 milhões de idosos em 2022, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017. Em 2012, o número de pessoas com

60 ou mais era de 25,4 milhões. Desta forma, observa-se um aumento populacional significativo deste grupo etário no Brasil.

Devido a esse aumento demográfico da população idosa brasileira, novas políticas sociais precisam ser estudadas, pois, os idosos da atualidade possuem necessidades que precisam ser atendidas, sejam elas comportamentais, pessoais, físicas ou sociais. Neste espeque, a Arteterapia é importante aliada à melhoria do bem-estar do idoso.

2.1 Arteterapia durante o isolamento social

No Brasil, no dia 11 de março de 2020 foi declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). Com a novas mudanças no cenário global e no cotidiano, muitos idosos se viram isolados, solitários, longe dos seus entes queridos e tementes com a incerteza da nova realidade e o medo da morte.

Com tantos desafios a serem superados, o pior mais e doloroso foi o isolamento social. Nesse momento de tantas incertezas e medos, os distúrbios emocionais ganharam um território fértil para se desenvolver e, a arteterapia através de suas práticas terapêuticas, despontou como ferramenta essencial para superar essa barreira da nova realidade, se adequando às novas condições impostas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Figura 3 - Arteterapia digital na pandemia



Fonte: <http://meuturo.com/>

Atendimentos que normalmente eram presenciais passaram ser realizados à distância, de forma online, o que por si só representava uma nova barreira a ser superada, pois nem todos os pacientes idosos faziam o uso ou sabiam usar aparelhos tecnológicos.

Conforme a reflexão da psicóloga Selma Ciornai (2020), a criação artística é um encontro que ultrapassa o momento do isolamento, um diferencial que se sobressai à carga gerada pela pandemia.

Mesmo diante de um novo cenário, a arteterapia pode promover relaxamento, rebaixando do nível de ansiedade, inquietude, impaciência e angústia normal nos idosos, seja em tempos normais ou pandêmicos.

Diante dos obstáculos a serem superados, a arteterapeuta Cristiane Pomeranz, com a ajuda de Dhara Côrte de Lucena, desenvolveram o projeto terapêutico “Faça Memórias: o poder da arte”, onde apresentaram propostas de atividades artísticas como, por exemplo, desenhos e pinturas, relacionando aos conteúdos apresentados em encontros online, onde o momento da produção artística se destacou por configurar uma atividade através da qual os idosos se expressavam de forma criativa e expunham individualidades, a partir dos temas propostos.

O próprio ato de efetuar ou colorir um desenho, dá vazão a conteúdos muitas vezes tidos como impróprios para a idade. Esse é o lado terapêutico da arte: criar um momento de fuga da rotina geriátrica para exercerem o que gostam de fazer sem julgamentos ou preocupações com os cuidados medicamentosos.

Figura 4: Produções de Vivi nas reuniões do Faça Memórias expostas na parede



Fonte: Projeto “Faça Memórias”

Mesmo diante de uma pandemia onde o cenário é de incertezas a arte é arte, seja ela de forma presencial ou online ela continua exercendo um papel de suma importância para o homem, pois através da arte, o indivíduo consegue enxergar novos horizontes e despertar sentimentos esperançosos em relação ao futuro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora tenha surgido no Brasil entre as décadas de 1920 e 1930, através do trabalho de Nise da Silveira, a arteterapia ainda não é tão procurada como ferramenta terapêutica no cenário nacional. Porém, em um processo lento, sua procura vem aumentando, por pessoas que buscam uma forma alternativa de tratamento para seus distúrbios emocionais ou psíquicos.

Com o início da pandemia a vulnerabilidade das pessoas foi acentuada, especialmente dos grupos de pessoas idosas, os quais além de enfrentarem um isolamento social além do normal pertenciam aos maiores grupos de riscos, os quais eram assolados por óbitos diariamente. Este cenário, gerava medo, insegurança, depressão, aumentando ou potencializando os distúrbios emocionais.

Para se adaptar ao novo cenário, as terapias passaram a ser online, onde esses pacientes puderam se sentir acolhidos mesmo à distância, funcionando como uma espécie de fuga ao isolamento, trazendo uma nova perspectiva de vida e esperança. Porém, idosos menos favorecidos de recursos financeiros não tiveram essa oportunidade para se tranquilizarem durante um período assustador.

As sessões de arteterapia deveriam ser acessíveis à população em geral, de forma gratuita por meio de políticas sociais, especialmente ao público idoso. Pois essa faixa etária possui mais distúrbios emocionais como, por exemplo, a depressão. Uma pesquisa feita em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que idosos lideram o ranking dos mais afetados pela depressão, essa doença atinge cerca de 13% da população entre os 60 e 64 anos, sendo que, a nível global, o transtorno afeta, em média, 264 milhões de pessoas de todas as idades.

Assim, em um mundo onde a depressão é tida como um distúrbio emocional comum, onde outros distúrbios como a ansiedade também assolam os indivíduos,

especialmente as pessoas idosas e, em períodos como o vivenciado pela população mundial a partir de dezembro de 2019, pode-se concluir que a arte, associada à terapia, desponta como importante ferramenta a ser adotada por profissionais nos mais diversos contextos, mantendo a ética e compromisso com o paciente, contribuindo para que ele cuide de sua saúde em diversos cenários, seja em cenário pandêmico ou não.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, M. BRASIL, N. **Arteterapia e a História da Arte: técnicas expressivas e terapêuticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2020.

CIORNAI, S. **Percursos em arteterapia: arteterapia gestáltica, arte em psicoterapia, supervisão em arteterapia**. São Paulo: Summus, 2004.

DRUMOND, L. L, AFONSO, V. R. **Projeto “Faça Memórias”**: o poder da arte. Disponível em: <<https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/projeto-faca-memorias-o-poder-da-arte/>> Acesso em: 13 mar. 2023.

EBC. **Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus**. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>> Acesso em: 13 mar. 2023.

EQUIPE GERO360. **Quais fatores garantem o bem-estar do idoso?** <<https://gero360.com/bem-estar-do-idoso/>> Acesso em: 14 mar. 2023.

FILHO, W. M. **Arteterapia e expressões criativas**. Disponível em: <<http://www.waldemarmagaldi.com/arteterapia-e-expressoes-criativas/>> Acesso em: 13 mar. 2023.

FILHO, W. M. **Para que Arteterapia?** <<https://sobrarte.com.br/para-que-arteterapia/>> Acesso em: 13 de Mar.2023.

GONÇALVES, R. **IBGE: com 14,7% de idosos, população brasileira está mais velha**. Disponível:<https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2022/07/22/interna_nacional,1381955/ibge-com-14-7-de-idosos-populacao-brasileira-esta-mais-velha.shtml> Acesso em: 13 mar. 2023.

JIANG, S. et al. **A distinct name is needed for the new coronavirus**. Lancet, v. 395, n.10228, p.949, mar. 2020.

LOURENÇO, T. **Pesquisa do IBGE aponta que idosos são os mais afetados pela depressão**. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/pesquisa-do-ibge-aponta-que-idosos-sao-os-mais-afetados-pela-depressao/>> Acesso em: 14 de mar. 2023.

MELLO, G. et al. **A Coronacrise: natureza, impactos e medidas de enfrentamento no Brasil e no mundo**. Campinas: Cecon, IE/UNICAMP, 2020.

OLIVEIRA, H. S. de. **Nossa arte é terapia!** <<https://www.serraville.com/atividades/nossa-arte-e-terapia/>> Acesso em: 14 mar. 2023

PORTAL HOSPITAIS BRASIL. **População idosa é mais afetada pela depressão, aponta IBGE.** Disponível em: <<https://portalhospitaisbrasil.com.br/populacao-idosa-e-mais-afetada-pela-depressao-aponta-ibge/>> Acesso em: 14 mar. 2023.

UNIÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE ARTETERAPIA. **Arteterapia.** Disponível em: <<https://www.ubaat.com.br/#arteterapia>> Acesso em: 13 mar. 2023.

O PODER DO CONHECIMENTO NA TRANSFORMAÇÃO DOS INDIVÍDUOS ALIENADOS POLITICAMENTE: análise bibliográfica da trajetória política brasileira

Sebastiana Rosa Boaes Gonçalves³

Luciano Borges Muniz⁴

Guilherme de Castro Martins de Carvalho⁵

RESUMO: O presente artigo aborda temática sobre a política e traz reflexão sobre a importância desta na vida dos cidadãos, que muitas das vezes não possuem consciência de que a vida social está repleta de pautas políticas. Para pensar o caso específico do Brasil, o trabalho apresenta num primeiro momento um apanhado histórico sobre os direitos políticos, apontando avanços e retrocessos na sociedade. Num segundo momento trata do conceito da democracia e de como essa foi instaurada em nosso país. A terceira parte do trabalho inicia uma reflexão sobre o poder do conhecimento na transformação dos indivíduos para deixá-los mais conscientes sobre os direitos políticos e sociais. Para concretização dos fins propostos, adota-se a metodologia que contempla o procedimento de pesquisa bibliográfica, uma vez que esta se volta para as diversas contribuições teóricas dos autores sobre a temática proposta. Por fim, finalizo o artigo com uma pequena conclusão, entendendo que a proposta requer pesquisa e reflexão maior, pois se trata de discussão relevante.

Palavras-chaves: Poder. Política. Transformação.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo discutir e analisar o poder do conhecimento político na transformação dos indivíduos que muitas vezes encontram-se alienados. A palavra alienação tem origem no latim *alienus*, que significa estar alheio ou aquele que não possui consciência sobre algo. Com frequência, diz-se que alguém está alienado quando suas ações e condições estão suscetíveis de serem controladas por outra pessoa, instituição ou mesmo um sistema (OKA, 2023). Aqui não caberá a ideia de alienação trabalhada por Karl Marx, em seu livro, O Capital, que trata da alienação do trabalho, ou seja, o conceito elaborado por este autor, considera o afastamento do trabalhador, que antes tinha o

³ Aluna do curso de Pós-graduação em Ciências Políticas. Email: thiannaboaes1@gmail.com.

⁴ Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart –Itaúna-MG. Graduado em História e Mestre em Ciências Sociais.

⁵ Professor orientador do estudo e do artigo. Coordenador da Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Graduado em História e Mestrando em História.

conhecimento e controle de toda a produção e com a divisão do trabalho passa a não ter mais esse controle, ficando alheio ao que produz.

Desta forma, o trabalho justifica-se pela relevância de sua discussão, que visa compreender os motivos pelos quais muitas pessoas consideram a política “chata”, reproduzindo o senso comum de que política e corrupção são faces da mesma moeda, e assim desencantam-se de tal forma que passam a não ver sentido na política e não acreditam na sua estrutura e funcionamento.

Dentre as indagações que serviram de mote para a construção desse texto estão: por que a discussão política, tão necessária a nossa sociedade, é rejeitada por alguns indivíduos? Que tipo de conhecimento falta aos que ignoram a política? Assim, metodologicamente adotou-se a pesquisa bibliográfica que consiste nos estudos em materiais já elaborados, constituídos principalmente por livros e artigos científicos, de autores tais como: Baqueiro (2008); Weber (1999) e Carvalho (20202).

E é nesta lógica que se pretende edificar o objeto deste estudo, com vistas a expor a chave explicativa de cada um destes autores, tais como conceitos, categorias e abordagens, relacionando-as com as situações escolhidas para análise. Esses autores nos permitem visualizar a diversidade que existe na política, bem como a identificar os reais problemas que enfrentamos no atual cenário político brasileiro.

Assim, este trabalho pautou-se, primeiramente, num levantamento histórico sobre a política brasileira, a fim de compreender melhor essa trajetória política que abrange os direitos, a ideia de cidadania e a própria democracia. Em seguida tratou-se sobre a democracia no Brasil, trazendo uma discussão sobre a conquista e conceitos democráticos clássicos e contemporâneos; e num terceiro momento foi possível analisar de que forma o conhecimento político pode transformar as sociedades, entendendo que a educação política nas escolas podem contribuir com a reflexão dos discentes que mais tarde se tornaram os cidadãos/eleitores e políticos. Para tanto, precisam conhecer a estrutura política que faz parte de nossa sociedade, para termos avanços sociais, civis e políticos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Breve histórico da política no Brasil

Historicamente sabe-se que o voto esteve presente desde a época do período colonial⁶, perpassando também o período seguinte do império. Todavia, observou-se que o ato de votar não pertencia a todos que compunham a sociedade brasileira, nem de fato configurava-se um ato cívico, isso porque

os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, lingüística, cultural e religiosa. Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira (CARVALHO, 2002, p.18).

Após o período colonial e império, o Brasil tornou-se um país republicano, a partir de 1889. Esse período trouxe uma série de avanços como, por exemplo, a abolição da escravidão e a implementação do presidencialismo, no qual, teoricamente, poderíamos escolher nossos governantes. Assim, havia uma expectativa de progresso que não foi consolidada porque o poder continuou nas mãos de poucos que detinham privilégios econômicos, sociais e políticos. Logo, “menores de 21 anos, mulheres, analfabetos, mendigos, soldados rasos, indígenas e integrantes do clero estavam impedidos de votar”, perpetuando assim a discriminação e exclusão político-social dos brasileiros (GEREMIAS; PEDRO, 2017,p.01).

Ainda no início deste período republicano, tivemos dois momentos conhecidos como república velha - no qual o governo foi comandado por militares - e outro como república dos coronéis. Esse último foi marcado pelo chamado “voto do cabresto”, em alusão ao poder que os coronéis tinham sobre seus “apadrinhados” políticos, obrigados a votar no candidato indicado por eles. Assim, os “coronéis articulavam-se com os governadores, que se articulavam com o presidente da República, quase sempre oriundo dos dois estados”(CARVALHO, 2002, p. 56).

E apesar do direito ao voto popular ter se expandido nessa fase, ainda existia muita manipulação por parte daqueles que detinham o poder e vantagens econômicas. Inclusive neste período, como não havia uma Justiça Eleitoral efetiva, neutra e honesta,

⁶ Havia nessa época eleições municipais, no qual senhores de escravos podiam votar e ser votados. Todavia, o ato em si não se caracterizava como cidadania, tendo em vista que não havia igualdade de todos diante das leis. Além disso, esses governantes eram subordinados ao poder da metrópole e tinham poderes limitados dentro das colônias (CARVALHO, 2002).

viu-se que até os mortos e pessoas inexistentes votavam, de modo a eleger alguns poucos a manterem seu poder e privilégios.

Nos anos seguintes o Brasil passou por avanços, em relação ao voto e às eleições, no governo de Getúlio Vargas, a exemplo da conquista do voto feminino (1932), a instituição do voto secreto, bem como a representação proporcional de votação.

A Constituição de 1946 manteve as conquistas sociais do período anterior e garantiu os tradicionais direitos civis e políticos. Até 1964, houve liberdade de imprensa e de organização política. Apesar de tentativas de golpes militares, houve eleições regulares para presidente da República, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Vários partidos políticos nacionais foram organizados e funcionaram livremente dentro e fora do Congresso, a exceção do Partido Comunista, que teve seu registro cassado em 1947 (CARVALHO, 2002, p.127).

Mais tarde obtivemos retrocessos, quando se iniciou um regime militar (1964-1985), a partir do Golpe Militar de 1964, no qual direitos que já haviam sido conquistados foram ceifados, juntamente com a vida daqueles que não queriam renunciar sua liberdade. Dessa forma, utilizou-se de vários mecanismos de punição contra aqueles que lutava contra o governo, que nesse momento se colocava como o próprio Estado.

Os instrumentos legais da repressão foram os "atos institucionais" editados pelos presidentes militares. O primeiro foi introduzido logo em 9 de abril de 1964 pelo general Castelo Branco. Por ele foram cassados os direitos políticos, pelo período de dez anos, de grande número de líderes políticos, sindicais e intelectuais e de militares. Além das cassações, foram também usados outros mecanismos, como a aposentadoria forçada de funcionários públicos civis e militares. Muitos sindicatos sofreram intervenção, foram fechados os órgãos de cúpula do movimento operário, como o CGT e o PDA. Foi invadida militarmente e fechada a UNE (CARVALHO, 160).

A democracia, como ideia de participação política que envolve todos os cidadãos, só foi possível, como vimos, com a chegada da República e mais efetivamente, em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, conhecida também como Constituição Cidadã, elaborada e aprovada no Governo de José Sarney, logo após o processo de redemocratização. Esse processo significou a retomada da democracia e conseqüentemente a retomada dos direitos sociais, civis e políticos, marcando assim, o fim da ditadura militar, a partir da eleição indireta a candidatos que não eram militares. O candidato eleito foi Tancredo Neves, que veio a óbito antes de tomar posse, assumindo em seu lugar o vice-presidente, José Sarney.

De acordo com autores como Soares (2019) e Canotilho (2003), que realizam pesquisas e trabalhos voltados ao entendimento da política, o Estado democrático de direito chega ao Brasil concomitantemente a elaboração da Constituição Federal de 1988, tendo como finalidade tornar a “sociedade brasileira, a mais possível organizada, subordinando os cidadãos a esta Constituição e, fazendo desta um meio para tentar alcançar a igualdade, a organização na sociedade” (CASTRO, 2007, p. 19).

A Constituição de 1988 eliminou o grande obstáculo ainda existente à universalidade do voto, tornando-o facultativo aos analfabetos. Embora o número de analfabetos se tivesse reduzido, ainda havia em 1990 cerca de 30 milhões de brasileiros de cinco anos de idade ou mais que eram analfabetos. Em 1998, 8% dos eleitores eram analfabetos. A medida significou, então, ampliação importante da franquia eleitoral e pôs fim a uma discriminação injustificável. A Constituição foi também liberal no critério de idade. A idade anterior para a aquisição do direito do voto, 18 anos, foi abaixada para 16, que é a idade mínima para a aquisição de capacidade civil relativa. Entre 16 e 18 anos, o exercício do direito do voto tornou-se facultativo, sendo obrigatório a partir dos 18 (CARVALHO, 2002, p.200).

Logo, em seguida, em 1989, tivemos a primeira eleição direta para escolha de presidente e representantes políticos. Fernando Collor de Melo, que se colocou como campeão da moralidade e da renovação da política nacional e baseou sua campanha no combate aos políticos tradicionais e à corrupção do governo, foi eleito o primeiro presidente por eleição direta, após o regime militar (CARVALHO, 2002). Mais tarde, porém, envolvido em escândalos de corrupção, renunciou ao cargo em 1992, época em que também vários movimentos sociais foram para as ruas pedindo seu impeachment.

Após esse episódio, o Brasil vem lutando para estabelecer uma democracia plena, no sentido de não só termos eleições regulares e o direito de votar, mas também estabelecendo pautas que tragam a política para perto da população, não ficando assim, a cargo somente daqueles que nos representam. De lá para cá, observa-se ainda muitos avanços, mas também retrocessos que permeiam nossa democracia. É preciso que a população esteja sempre vigilante, a fim de não perder direitos já conquistados.

A proposta dessa sessão não é aprofundar os detalhes e desfechos históricos que permeiam a política brasileira, mas pontuar principais avanços e retrocessos que contribuíram com a sociedade que temos hoje. Sociedade essa que apesar de intitular-se como democrática, politicamente, ainda tem muito a percorrer para que de fato tenhamos cidadãos comprometidos com a coletividade política.

2.2 Brasil e a democracia

O Brasil, durante 21 anos, esteve imerso na chamada ditadura militar (1964 - 1985) em que direitos civis e políticos foram ceifados. Já no ano de 1985, iniciou-se o processo de redemocratização do Estado que culminou no atual e relativo novo regime democrático (pelo menos teoricamente). Viveu-se assim, segundo Baquero (2008) um “ciclo virtuoso da democracia” (BAQUERO, 2008, p. 381). Isso se dá ao fato de seguirmos regras e procedimentos que ajudam a regular a vida política, tais como as eleições regulares, pluripartidarismo e as eleições transparentes. Entretanto, pensar os procedimentos políticos reais, é algo bem mais complexo do que somente pensar, teoricamente, o conceito da democracia (BAQUERO, 2008).

Assim, de acordo com o referido autor, a

[...] democracia contemporânea requer uma cidadania ativa que se envolva na arena política via discussões, deliberações, referendos e plebiscitos, ou seja, por meio de mecanismos formais e informais, sem que isso comprometa as instituições convencionais de mediação política (BAQUERO, 2008, p. 381).

Compreende-se, assim, que para termos uma democracia real é necessário que tenhamos cidadãos mais ativos para que estes possam colaborar com opiniões, sugestões e mesmo com as decisões a serem tomadas em prol da sociedade.

O Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgado em 2004, discute e diz que um Estado democrático não pode ser entendido e minimizado ao ato eleitoral, ou seja, é preciso haver eficiência em seus serviços, além de transparência das instituições responsáveis, para que se tenha credibilidades e a confiança da população. Também, segundo o mesmo relatório, “é importante que haja uma cultura social e entendimento que aceite a legitimidade da oposição política, a fim de reconhecer os direitos de todos” (PNUD, 2004, p. 23).

O referido Relatório nos permite, mediante dados oferecidos, compreender que a dimensão social deve ser considerada ao se pensar a democracia. Isso porque as desigualdades sociais e os altos índices de pobreza acabam gerando a desconfiança dos cidadãos no que diz respeito às instituições políticas, bem como de seus representantes. Esses elementos provocam incertezas e questionamentos sobre sua legitimidade, isso porque muitas vezes os eleitores não se reconhecem naqueles que os representam e

percebem que estes estão mais interessados em suas próprias vantagens do que na coletividade social. (PNUD, 2004).

A partir do conceito de Rocha (2008), que trata sobre Estado Democrático e de Direito, entende-se que há uma perspectiva de diminuir a participação do governo, por entender que este deve ser passageiro e não deve se tornar maior que o próprio Estado. Efetivamente a “Constituição, o conjunto de servidores públicos estáveis, o patrimônio público, a máquina burocrática pública, as forças públicas” (ROCHA, 2008, p. 141), entre outros, fazem parte do Estado e não de um governo específico.

Assim, é importante entender que essas instituições devem ser e permanecer estáveis e impessoais, para não serem submetidas às mudanças e rupturas conforme os governos eleitos, pois se entende que estas pertencem à sociedade e não devem, dessa forma, buscar interesses daqueles que se encontram, temporariamente, no poder. Essa é uma forma de garantir que os governantes tenham limites em seus governos e que possam ser vigiados, julgados e punidos dentro de leis estabelecidas por cada sociedade (ROCHA, 2008).

Em contato com teorias do curso de política, demos conta de que o conceito de Estado apresentado aos alunos é o de Estado moderno, que tem como base a ideia de Estado racional de Weber (1999), que compreende o ocidente como espaço que possuía um conjunto de condições e possibilidades (burguesia, capitalismo, etc.) para criação de um Estado e que este se define por meio da coerção física.

Para nossa consideração, cabe, portanto, constatar o puramente conceitual: que o Estado moderno é uma associação de dominação institucional, que dentro de determinado território pretendeu com êxito monopolizar a coação física legítima como meio de dominação e reuniu para este fim, nas mãos dos seus dirigentes, os meios materiais de organização, depois de desapropriar todos os funcionários estamentais autônomos que antes dispunham, por direito próprio, destes meios e de colocar-se, ele próprio, em seu lugar, representado por seus dirigentes supremos. (WEBER, 1999, p. 529).

Em contrapartida, Durkheim (2013) propõe um estudo sobre as relações do indivíduo com o grupo político. Tais relações estão atreladas a moral cívica, que é um conjunto de regras sancionadas e que determinam como devem acontecer essas relações. Antes, contudo, o autor traz uma análise sobre a sociedade política e inicia sua fala sobre o elemento essencial na noção de todo grupo político, sendo a oposição entre governantes e

governados. Esta relação que parece essencial, nem sempre o foi, ao considerarmos sociedades que possuem de forma escassa essa oposição e até outras que não as possuem. Contudo, Durkheim (2013) acreditava que as sociedades em que não existe tal oposição, não há necessariamente política, pois considera que está “significa antes de tudo organização pelo menos rudimentar, constituição de um poder, estável ou intermitente, fraco ou forte, cuja ação os indivíduos estão sujeitos, seja ela qual for” (DURKHEIM, 2013, p. 60).

O referido autor ainda analisa e percebe que essa construção, do território como essencial, é recente, tendo em vista que existem sociedades nômades que não são apegadas ao território, mas que não devem ser desconsideradas.

Para Durkheim (2013, p. 71), “(...) o Estado é um órgão especial encarregado de elaborar certas representações que valem para a coletividade. Essas representações distinguem-se das outras representações coletivas por seu maior grau de consciência e de reflexão”. Dessa forma, entende-se que o Estado não executa, e sim fornece ideias, sentimentos, representações coletivas.

2.3 O poder do conhecimento na transformação social e política dos indivíduos

Bertolt Brecht, em 1988, escreveu poema intitulado o Analfabeto Político, no qual a primeira estrofe diz que *O pior analfabeto é o analfabeto político*, numa clara crítica às pessoas que não conhecem ou entendem o significado dos seus direitos. Percebe-se, no entanto, que sua crítica está ligada, não aos analfabetos em si - aqueles que não sabem ler e escrever ou ainda, os que não saber interpretar textos simples, sendo esta uma das razões para que muitos não conheçam seus direitos - mas, à falta de conhecimento e interesse político por parte daqueles que, mesmo tendo acesso aos conhecimentos, não reconhecem ou não entendem o valor dos direitos sociais, civis e políticos. Muitos consideram a política como algo meramente ligado às questões partidárias e assim generalizam como se a política fosse somente uma só coisa e acabam por não entender a importância da política nas sociedades.

Sociologicamente falando, somos seres sociais e, portanto, aprendemos a viver em sociedade a partir do processo de socialização, com início ainda na infância quando por meio de repetição começamos a interagir com a instituição família e mais tarde com outros grupos e instituições sociais. Assim, para pensar a política na vida do cidadão é preciso que ele tenha contato com esse conceito e entenda sua representação social.

Entretanto, quando olhamos para os períodos anteriores ao nosso, percebemos que a política nem sempre foi assunto ou lugar de muitos, a exemplo da Grécia Antiga (510 a.C.) lugar onde surgiu a ideia de democracia, mas que somente alguns tinham o direito de participar e discutir livremente sobre assuntos políticos e de interesse coletivo.

Vimos, a partir das sessões anteriores, que o Brasil também possui uma trajetória política de conquistas de direitos, não linear, que apresenta avanços e retrocessos. Assim, nos períodos colonial e imperial, como já dito, a maioria dos cidadãos não tinha tido nenhuma prática de exercício do voto. É provável que também não tivessem noção do que significava um governo representativo, e, portanto, o sentido do ato de escolher alguém para ser seu representante político. Era pequena a parte da população urbana que compreendia e tinha noção, de forma aproximada, do que de fato significava o funcionamento das novas instituições (CARVALHO, 2002).

A fim de pensar todo esse processo que envolve não só a política, mas todas as áreas sociais, vamos discutir sobre a ideia dos direitos, da cidadania e de como estes tornaram-se pilares de uma sociedade forte. O autor Thomas Marshall, realizou pesquisa sobre a cidadania e a conquista dos direitos na Inglaterra, que segundo seus estudos, ocorreu de forma muito lenta. Seu objetivo estava em identificar a distinção entre as várias dimensões da cidadania.

De acordo com sua pesquisa, primeiramente vieram os direitos civis, no século XVIII. Em seguida, já no século XIX, surgiram os direitos políticos e só posteriormente, os direitos sociais foram conquistados no século XX. Para o autor não se trata apenas de uma sequência cronológica, mas de conquistas que ocorreram paulatinamente, em decorrência das discussões que se faziam em busca de mais direitos aos indivíduos/cidadãos daquela sociedade (CARVALHO, 2002).

É importante pontuar que Marshall não determina essa sequência como uma receita a ser replicadas pelas sociedades, pois entende que cada lugar tem sua

particularidade e assim desenvolve-se conforme as situações reais de seu contexto histórico, bem como dos indivíduos que fazem parte desta. Todavia, compreende que a educação foi fator preponderante para o avanço, mesmo que lento, dos direitos aos cidadãos. Carvalho (2002), em seu livro *Cidadania no Brasil: um longo caminho*, inferiu que a educação popular

é definida como direito social mas tem sido historicamente um pré-requisito para a expansão dos outros direitos. Nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, inclusive na Inglaterra, por uma razão ou outra a educação popular foi introduzida. Foi ela que permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política (CARVALHO, 2002, p.11).

A educação, como vimos, tem papel fundamental na conquista de uma cidadania plena, na qual todos possam não só ter direito de votar e ser votado, mas também que possa saber exercer seus direitos e deveres como cidadão, ao discutir e participar, de forma séria e consciente, de atos que envolvam a política. De acordo com Moisés (2008), a efetivação de uma democracia de qualidade está na capacidade de

satisfazer as expectativas dos cidadãos quanto à missão que eles atribuem aos governos (qualidade de resultados); confia-se que ele assegurará aos cidadãos e às suas associações o gozo de amplas liberdades e de igualdade política capazes de assegurar que possam alcançar suas aspirações ou interesses (qualidade de conteúdo); e conta-se que suas instituições permitirão, por meio de eleições e de mecanismos de checks and balances, que os cidadãos avaliem e julguem o desempenho de governos de representantes (qualidade de procedimentos) (MOISÉS, 2008, p. 15).

O referido autor compreende que a *democracia de qualidade* permite aos cidadãos, maior participação e controle sobre as instituições políticas, bem como dos seus representantes no Congresso Nacional. Todavia, para termos de fato uma democracia com qualidade é importante haver promoção de uma educação pública e de qualidade que incentive a reflexão e a criticidade como elementos fundamentais na formação de um cidadão consciente.

Mas a realidade brasileira mostra que estamos longe de proporcionar a efetivação de uma educação igualitária. Segundo relatório do IBGE (2020), o Brasil atingiu a marca de 16 milhões de pessoas analfabetas. Considerando o acometimento mundial da pandemia de Covid-19, esses dados podem ter crescido ainda mais nos anos posteriores, pois se

acredita que a pandemia atingiu muitos setores da sociedade dentre eles a própria educação, provocando grande número de evasão escolar e ainda colocando em xeque a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE) que visava acabar com analfabetismo do país até 2024.

O analfabetismo é algo que tem se arrastado, historicamente, na nossa sociedade, revelando a grande desigualdade social. Essa realidade é fruto de décadas de políticas públicas de educação mal geridas, bem como do descaso de governos que não demonstram interesse em alfabetizar devidamente os jovens e adultos da nossa sociedade.

Paulo Freire fez denúncias, a partir de estudos e pesquisas realizadas, contra o modelo de educação hegemônico e bancário, no qual contribui com a reprodução das desigualdades sociais, pois este fundamenta-se na “desumanização dos educandos, no seu menosprezo como sujeitos cognoscentes no processo educativo” (DEMARCHI, 2021, p. 02). Assim, os discentes são vistos muitas vezes como incapazes de analisar a sua condição histórica e muito menos de transformá-la.

Um ponto de grande relevância nos estudos de Paulo Freire, diz respeito a “pretensão ideológica da sua neutralidade”. Trata-se da ideia de que a política deve estar distante das discussões escolares, no intuito de manter a neutralidade, numa clara minimização da política como sendo algo somente partidário. Para este autor a educação que temos não é neutra, pois se percebe claramente que há um caráter diretivo, envolvendo um projeto maior pensado para a sociedade, por grupos dominantes.

Destarte, é preciso que professores e educadores tenham consciência desse projeto ideológico e possam assim, oportunizar aos discentes visão crítica e responsável sobre os problemas sociais que os envolvem. É preciso ainda considerar que o educando não chega em sala de aula sem conteúdo nenhum a oferecer para o processo de aprendizagem, ou seja, “é preciso perceber que todos os envolvidos no processo possuem saberes e vivências que devem ser aproveitados pelo educador” (DEMARCHI, 2021, p. 03).

Com base nas discussões propostas até aqui, verifica-se que a educação de qualidade, crítica e reflexiva é fator-chave para a transformação social e política de uma sociedade. Acredita-se que a educação tem sido relevante instrumento de grandes modificações sociais, uma vez que uma das suas funções é permitir a renovação da sociedade, “assumindo um papel de movimento contínuo de mudanças na sua estrutura e

consentindo uma reflexão sobre si mesma e consequente tomada de decisões importantes a respeito do seu futuro” (WAGNER, 2021,p.01).

Essas mudanças ocorrem devido à formação recebida que contribui com o rompimento da impotência que tem origem na estrutura social. A reprodução dos modelos tradicionais e não reflexivos contribuem com a formação do sujeito alienado, que não pensa, não reflete, não discute, pois, considera que nada pode ser mudado na estrutura e sistema de nossa sociedade.

Dessa forma, compreende-se que a educação reflexiva e a educação política é de suma importância para a transformação e conscientização política dos cidadãos brasileiros.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos até aqui o Brasil vivenciou uma trajetória baseada em avanços e retrocesso, tanto na área política, quanto na social. Entretanto, observou-se também que muitos dos avanços que tivemos estão mais atrelados acordos do que necessariamente a conquistas por meio de lutas e movimentos sociais. Isso porque, como vimos, a maioria da população brasileira sempre esteve, e continua, à margem da sociedade devido à falta de educação e direitos essenciais, que já fazem parte do direito formal e legal, mas que efetivamente não chegou a essa maioria.

Estudos mostram que a educação é ferramenta essencial no processo de transformação social, aumentando não só os números de alfabetização, mas efetivamente, buscando formar cidadão mais críticos e reflexivos. Ao tornarem-se mais reflexivos, os cidadãos passam não só a ter melhores condições de interpretar as relações sociais e políticas, mas também, de opinar e discutir sobre as tomadas de decisões dos nossos representantes políticos.

Ao entender melhor as instituições e toda a estrutura política, é possível ao cidadão perceber como estas funcionam e efetivamente contribuir com a democracia e garantir a participação de todos de forma igualitária.

Esse trabalho teve como objetivo visualizar, a partir da história, como a educação tem sido importante no processo político democrático e consciente. A proposta não se

encerra por aqui, podendo ainda dar bons frutos a partir de pesquisa empírica, a fim de buscar dados nas escolas que possuem educação política e aqueles que não possuem, a fim de comparar os resultados obtidos sobre como se dá a reflexão e formação política dos discentes das referidas escolas.

REFERÊNCIAS

AMÉRICO, Alisson. et al. **A evolução histórica do sistema eleitoral brasileiro**. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/artigos/a-evolucao-historica-do-sistema-eleitoral-brasileiro/611607858> Acesso em 01 mai 2023.

BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 2, p. 380-413, nov. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/wBD95CrGznW94tsGgXQ4vgD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DEMARCHI, João. **Paulo Freire: a educação é política**. Disponível em: <www.diplomatique.org.br/paulo-freire-a-educacao-e-politica/>. Acesso em 29 abr 2023.

DURKHEIM, Emile. **Lições de sociologia**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

GEREMIAS, Allan Albuquerque; PEDRO, Marcio V. **A história do voto no Brasil**. Disponível em: <www.politize.com.br/historia-do-voto-no-brasil/>. Acesso em 10 mai 2023.

MELHOR ESCOLA. **Analfabetismo no Brasil: um retrato da desigualdade** - Revista Melhor Escola. Disponível em: <www.melhorescola.com.br/artigos/analfabetismo-no-brasil-um-retrato-da-desigualdade> Acesso 05 mai. 2023.

MOISÉS, José Álvaro. **A desconfiança nas instituições democráticas**. *Opinião Pública*, Campinas, vol.11, nº1, mar. 2005. disponível em: <www.scielo.br/j/op/a/xymhYmLZdKYkpmDbwqzj44S/?format=pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

OKA, Mateus. **Alienação. Todo Estudo**. Disponível em: <<https://www.todoestudo.com.br/sociologia/alienacao>>. Acesso em: 05 Mai 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório das Nações Unidas para o desenvolvimento**, 2004. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/system/files/documents/2004-hdr-portuguese.2004-hdr-portuguese>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

ROCHA, Manoel Ison Cordeiro. **Estado e Governo: Diferença Conceitual e Implicações Práticas na Pós-Modernidade**. *Revista Uniara*, Vol. 11, n. 21/22, 2008,

(P.140-145). Disponível em: <www.Users/Allan/Downloads/183-Texto%20do%20Artigo-633-1-10-20150901%20.pdf>. Acesso em: 29 jul.2021.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade fundamentos da sociologia compreensiva.** (Volume I). 4ª ed. - Brasília: Editora UNB. 2000.

WEBER, Max. A Instituição Estatal Racional e os Modernos Partidos Políticos e Parlamentos (Sociologia do Estado). In: WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. p. 517-580.

O VINHO COMO FERRAMENTA SOCIAL E DE CONEXÃO: uma discussão, a partir de uma abordagem qualitativa sobre a relação simbólica e psicanalítica do vinho na interação humana e sua influência no autoconhecimento e conexão social.

Daniela Cardoso⁷
Luciano Borges Muniz⁸

RESUMO: Este artigo consiste numa discussão da relação simbólica, comunicativa e psicanalítica do vinho na interação humana. Através da perspectiva semiótica e dos princípios da psicanálise, explora-se como o vinho, como objeto cultural e sensorial, desencadeia significados e afeta os processos mentais e emocionais dos indivíduos. Analisa-se como o vinho atua como um símbolo poderoso, estimulando a expressão de desejos, impulsos e emoções reprimidas, proporcionando uma forma de conexão social e autoconhecimento. Além disso, examina-se como os rituais e as experiências compartilhadas em torno do vinho podem fortalecer os vínculos interpessoais e criar um senso de comunidade. Compreender esses aspectos é fundamental para explorar o vinho como uma ferramenta que promove a conexão social e aprofunda a compreensão da *psique*⁹ humana.

Palavras-chave: Vinho. Comportamento. Conexão. Sentidos. Freud. Emoções.

RESUMEN: Este artículo consiste en una discusión sobre la relación simbólica, comunicativa y psicoanalítica del vino en la interacción humana. A través de la perspectiva semiótica y los principios del psicoanálisis, se explora cómo el vino, como objeto cultural y sensorial, desencadena significados y afecta los procesos mentales y emocionales de los individuos. Se analiza cómo el vino actúa como un símbolo poderoso, estimulando la expresión de deseos, impulsos y emociones reprimidas, proporcionando una forma de conexión social y autoconocimiento. Además, se examina cómo los rituales y las experiencias compartidas en torno al vino pueden fortalecer los vínculos interpersonales y crear un sentido de comunidad. Comprender estos aspectos es fundamental para explorar el vino como una herramienta que promueve la conexión social y profundiza la comprensión de la *psique* humana.

⁷Pós Graduando em Psicanálise pela FAMART.E-mail: avaliacao@famart.com.br. Graduada em Comunicação Social (FMU), Especializada em Semiótica (UNIP), Neurociências Comportamental (Faculdades Belas Artes), *Sommelière* (ABS-SP) e Técnica de Gastronomia (HOTEC).

⁸ Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart –Itaúna-MG. Graduado em História e Mestre em Ciências Sociais.

⁹ *Psique* é a palavra com origem no grego *psykhé* e que é usada para descrever a **alma** ou **espírito**. Também é uma palavra relacionada com a psicologia, e começou a ser usada com a conotação de **mente** ou **ego** por psicólogos contemporâneos para evitar ligações com a religião e espiritualidade.

Palabras-Clave: Vino. Comportamiento. Conexión. Sentidos. Freud. Emociones.

1 INTRODUÇÃO

No contexto da sociedade contemporânea, os ataques midiáticos e a constante exposição a estímulos de consumo têm se mostrado como fatores desencadeadores de transtornos mentais, como ansiedade, depressão, distúrbios alimentares e baixa autoestima. A pressão para consumir e se adequar a padrões estabelecidos gera um impacto significativo na saúde mental das pessoas. Diante desse cenário, é necessário refletir sobre a influência desses ataques midiáticos e buscar estratégias que promovam uma relação mais saudável e consciente com o consumo, valorizando a conexão emocional e sensorial.

Nesse contexto, o vinho pode desempenhar um papel importante para reestabelecer a conexão com nossos próprios sentimentos e com o ambiente à nossa volta. Assim sendo, o objetivo deste artigo é discutir sobre o papel do vinho na sociedade contemporânea em sua relação com a conexão entre indivíduos e culturas, além de sua contribuição para o bem-estar psicológico e emocional.

Para alcançar esse objetivo, vamos discutir e refletir sobre o papel do vinho como ferramenta de conexão social e pessoal em meio à desconexão sensorial e pessoal provocada pelos ataques midiáticos da vida contemporânea. Também vamos identificar os fatores que contribuem para o uso do vinho como meio de conexão social e pessoal, compreender as representações simbólicas e discursos sobre o consumo de vinho, assim como as técnicas de degustação que podem estimular a percepção e o desfrute de experiências sensoriais.

Além disso, as implicações culturais e sociais do consumo de vinho como ferramenta de conexão social e pessoal, serão exploradas afim de demonstrar o potencial do turismo do vinho como meio de conexão com diferentes culturas e comunidades. Com isso, a expectativa é contribuir para a compreensão do impacto do vinho na sociedade contemporânea e fornecer *insights* valiosos dentro desta discussão para a área da psicologia social e da antropologia cultural.

Diante da desconexão emocional e sensorial na sociedade atual, evidenciada pelo impacto negativo dos ataques midiáticos, este estudo se justifica pela necessidade de abordar a importância da conexão humana e cultural, destacando como o vinho pode ser uma alternativa para promover uma reconexão significativa. A problemática da pesquisa envolve o impacto psíquico da desconexão e a influência negativa dos ataques midiáticos, demandando estratégias de reconexão e bem-estar emocional.

Uma abordagem qualitativa será utilizada, o que permitirá explorar os significados e motivações por trás do comportamento humano, buscando compreender as representações simbólicas e discursos sobre o consumo de vinho em diferentes contextos culturais e sociais. Serão realizadas pesquisas bibliográficas, artigos científicos e análises de produtos culturais relacionados ao vinho como filmes, obras literárias e periódicos a fim de identificar as principais mensagens transmitidas e compreender as motivações inconscientes do consumo do vinho e a cultura relacionada.

Por fim, resultados da análise semiótica e psicanalítica serão apresentados, destacando as principais representações simbólicas e discursos sobre o consumo de vinho, bem como as motivações inconscientes que podem estar envolvidas no comportamento associado ao consumo do vinho.

Em resumo, este estudo tem como objetivo promover uma reflexão sobre o papel do vinho na sociedade contemporânea, analisar sua relação com a conexão entre pessoas e culturas, e sua contribuição para o bem-estar psicológico e emocional. Por meio de uma abordagem qualitativa, vamos compreender as representações simbólicas e discursos sobre o consumo de vinho, identificar os fatores que contribuem para sua utilização como meio de conexão social e pessoal, e explorar as implicações culturais e sociais do consumo de vinho. Através de discussões, análises e reflexões, vamos demonstrar o potencial do turismo do vinho como meio de conexão com diferentes culturas e comunidades.

Espero que este estudo traga contribuições significativas para o campo da psicologia social e antropologia cultural, e que ajude a promover uma compreensão mais profunda do impacto do vinho na sociedade contemporânea e sua capacidade de promover uma reconexão emocional e sensorial, estimulando o consumo responsável e consciente do vinho como uma ferramenta poderosa de conexão e reconexão.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 As relações sociais e comportamentais de uma sociedade desconectada e encantada por vinho

Na sociedade atual, cada vez mais conectada por dispositivos tecnológicos, as pessoas muitas vezes se sentem emocionalmente e sensorialmente desconectadas. As informações chegam de forma fragmentada e acelerada, gerando assim consequências bastante negativas como ansiedade e caos no cotidiano. O vinho diante deste cenário pode ser uma ferramenta de conexão nesse contexto porque permite pessoas se conectarem com seus sentidos, com outras pessoas e com diferentes culturas. Através da degustação de vinho por exemplo, é possível apreciar aromas, sabores e texturas, ao mesmo tempo em que se compartilha essa experiência socialmente.

O vinho tem sido valorizado ao longo da história como uma bebida sofisticada, associada a celebrações, rituais religiosos e gastronomia. Além disso, o consumo de vinho pode promover amizades, fortalecer laços existentes e enriquecer relações culturais. Esta bebida tem desempenhado também um papel significativo em tradições religiosas, como o uso do vinho durante a comunhão cristã e a celebração do Sabbath na religião judaica, por exemplo. Conforme o “Dicionários dos Símbolos” de Jean Chevalier (2009, p.956), [...] Na tradição bíblica, o vinho é primeiramente sinal e símbolo de alegria [...] (Salmos 104,15; Eclesiastes, 9,7) e, por generalização, de todas as dádivas que Deus fez aos homens (Gênesis 27,28) [...] e [...] Na Grécia antiga, o vinho substituía o sangue de Dionísio¹⁰, e representava a bebida da imortalidade [...].

O vinho tem sido uma importante ferramenta de conexão para diversos grupos sociais e culturais, inclusive um impulsionador de negócios no segmento do turismo, pois as comunidades vinícolas, o cultivo da uva e a produção de vinho são atividades que unem as pessoas e criam laços de solidariedade e ademais representa a marca e a identidade de vários países. Por exemplo, na França, a produção de vinho é parte integrante da cultura e da identidade nacional e de acordo com o livro "A Breve História do Vinho" de Rod Phillips (2003, p.13), a obra explora a história do vinho ao longo dos séculos, abrange

¹⁰ Dionísio (ou Dioniso) é o deus grego do vinho, das festas e um dos mais importantes deuses da mitologia grega.

diferentes culturas e regiões vinícolas. Ele fornece *insights* valiosos sobre as diferenças culturais relacionadas ao consumo de vinho em diversos contextos como segue:

Em outubro de 1999, os planos para uma visita de Estado do presidente do Irã à França foram abandonados por causa de uma disputa sobre o vinho que seria servido no jantar oficial. Invocando a lei islâmica, o presidente disse que ele não só não beberia vinho como também não sentaria a uma mesa onde vinho fosse servido. Por seu lado, as autoridades francesas disseram que um jantar daquele tipo sem vinho – vinho francês, é claro – seria impensável. O jantar foi cancelado e, como o protocolo exige que uma visita de Estado incluía um banquete de Estado, a proporia visita teve de ser rebaixada de “visita de Estado” para “visita oficial”.

Como vimos, o vinho permite a exploração de diferentes culturas e tradições, pois cada região vinícola produz um vinho único, com características distintas. Beber vinho juntos, pode ajudar a quebrar barreiras e promover conversas mais profundas e significativas, permitindo a conexão entre pessoas de diferentes origens. De acordo com o símbolo e o legado desta bebida, não apenas conecta as pessoas entre si, mas também as conecta com a natureza. A produção de vinho depende da interação harmoniosa entre o homem e o ambiente natural, incluindo as condições geoclimáticas necessárias para cultivar e manter as vinhas saudáveis – *terroir*¹¹. Os vinhedos, muitas vezes localizados em paisagens deslumbrantes, proporcionam um ambiente natural propício à conexão com esta natureza. Além disso, o turismo do vinho, conhecido como enoturismo¹², segundo Falcade, (2001, p. 39-53), [...] pode ser definido como o deslocamento de pessoas, cuja motivação está relacionada ao mundo da uva e do vinho[...]. O vinho e as pessoas que o produzem são agentes motivacionais do enoturismo, visto que cada safra de uvas é diferente e não se podem ter vinhos iguais. Esta atividade oferece uma oportunidade única de conectar os amantes do vinho com a região produtora, proporcionando uma experiência sensorial completa e enriquecedora. Podemos ver ainda em uma série de filmes os quais demonstram as aventuras e desventuras de um viticultor e ainda tudo que está ao

¹¹ *Terroir* - palavra francesa que remete a terra, porém se trata de condições geoclimáticas que permitem o desenvolvimento da vinha de acordo com a região e a interação do homem com o meio para resultar uma uva de qualidade.

¹² Enoturismo - O termo enoturismo é resultado da união de eno e turismo, sendo que eno deriva do grego oînose significa vinho.

redor como: Um bom ano, sob o sol de Toscana, Caminhando nas nuvens, *Sideways*, *Somm* entre outros os quais exploram o enoturismo como uma oportunidade de conexão.

2.2 Os efeitos da indústria 4.0 na *psique* humana e a relação com vinho

No contexto da sociedade contemporânea, os ataques midiáticos e a constante exposição a estímulos de consumo têm se mostrado como fatores desencadeadores de transtornos mentais, assim como veremos no (Anexo 1). A mídia, por meio de estratégias persuasivas e mensagens sedutoras, cria um ambiente propício para o estímulo ao consumo desenfreado, promovendo a ideia de que a felicidade e o sucesso estão diretamente ligados à aquisição de bens materiais e da beleza. Essa constante pressão para consumir e se adequar a padrões estabelecidos gera um impacto significativo na saúde mental das pessoas, levando ao surgimento de transtornos como ansiedade, depressão, distúrbios alimentares e baixa autoestima. O estímulo ao consumo excessivo, associado à exposição constante a imagens idealizadas de corpos, estilo de vida e conquistas materiais, cria um ciclo vicioso em que a busca por aceitação e satisfação pessoal é constantemente frustrada, levando a um aumento dos índices de insatisfação e insatisfação com a própria vida.

É necessário, portanto, refletir sobre a influência desses ataques midiáticos e sabotadores da mente, afim de desenvolver estratégias que promovam uma relação mais saudável e consciente com o consumo, e que valorizem a conexão emocional e sensorial. Neste caso a apreciação do vinho, seria uma alternativa para restabelecer a conexão com nossos próprios sentimentos e com o ambiente a nossa volta.

Porém, a devida compreensão do contexto é fundamental para que não seja interpretado como um tipo de apologia ao consumo excessivo de álcool, desencadeado a partir de uma inversão de valores ou distorção de conceito.

OPAS Organização Pan-Americana de Saúde **OPAS 120**

Pesquisa da OPAS em 33 países aponta que quase metade dos entrevistados no Brasil relatou alto consumo de álcool durante a pandemia

12 Nov 2020



Anexo 1 – Pesquisa da Organização Pan-Americano de Saúde. Fonte: OPAS

A pandemia revelou um problema antes despercebido ou ignorado: a impotência do ser humano diante do caos da vida moderna, onde as facilidades e estímulos do meio obscureciam essa realidade. Observamos então uma série de impactos negativos significativos, como o aumento do comportamento compulsivo no consumo de bebidas alcoólicas, a violência doméstica, os divórcios e isto tudo causado pela falta de relacionamento familiar e interpessoal. Este resultado se liga diretamente ao aumento do consumo de bebidas alcólicas e, entretanto, o vinho, o qual possui uma série de apelos e significados sociais assim como um doce vício, poético, romântico e classista para seu contínuo consumo, mas que somente quer dizer uma desculpa para a entorpecência e “desconexão da realidade”.

Neste momento em que transitamos pela ilimitada revolução tecnológica da chamada Indústria 4.0, os indivíduos se tornaram "dados"¹³ e estão constantemente expostos a uma infinidade de estímulos através da internet. Com o impacto drástico do COVID-19, isso resultou em uma maior vulnerabilidade e disponibilidade ininterrupta de entretenimento e atividades online para o público em geral. Essa situação agravou ainda mais a dificuldade dos indivíduos em encontrar verdadeiros momentos de ociosidade, transformando-os em quase autômatos, assemelhando-se a robôs fascinados pelo universo virtual.

¹³ Dado(s) representa a menor partícula de uma informação, assim como um átomo representa a menor partícula de uma matéria. Portanto, como dito acima, um dado pode ser simplesmente um caractere, um texto, um número ou uma combinação de ambos, mas pode ser mais do que isso também.

Consequentemente, o cenário pandêmico promoveu uma migração do ser humano para o ambiente virtual, onde ele se tornou um "dado" ainda mais valioso para esta indústria. Os momentos de ociosidade em sua maioria foram substituídos pelo consumo voraz de imagens resultando uma forma de iconofagia¹⁴. De acordo com Baitello Junior, (2005, p.30-35), [...] *a era da visibilidade nos transforma a todos em imagens, invertendo o vetor da interação humana, criando a visão que se satisfaz apenas com a visão[...] e [...] nós devoramos as imagens, ou são as imagens que nos devoram, e muitas vezes realidades “fakes” [...].*

Todo esse cenário desencadeou um efeito secundário negativo no que diz respeito ao equilíbrio sistêmico de nosso corpo e mente. Segundo estudos neurocientíficos, nosso cérebro não possui a capacidade de absorver a quantidade de informações e estímulos que recebe diariamente, o que resulta em diversas consequências negativas relacionadas ao consumo excessivo de imagens e a influência da indústria do consumo. A desconexão dos mecanismos sensoriais é um problema que tem sido intensificado pela era da Indústria 4.0 e pelo avanço das tecnologias, embora não haja uma conscientização desta problemática.

Com a sociedade cada vez mais conectada virtualmente, muitas pessoas há tempos experimentam os efeitos dessa desconexão dos sentidos físicos e vivenciando um distanciamento da realidade concreta. Nesse contexto, é crucial refletir sobre como essa desconexão afeta nossa percepção sensorial, bem como nossos sistemas orgânicos e, além disso, nossas relações humanas.

O consumo de alimentos e bebidas, por exemplo, promove uma rica experiência sensorial que envolve todos os sentidos, sobretudo a visão, olfato e o paladar. No entanto, com a crescente influência da Indústria 4.0, a experiência sensorial também vem sendo afetada negativamente, inclusive em razão da automação da produção de alimentos e bebidas que levam a uma padronização de sabores e a diminuição da diversidade sensorial, privando os consumidores de experiências sensoriais únicas e autênticas. Esta realidade virtual e aumentada também pode afetar a percepção sensorial considerando seu poder manipulativo, podendo assim, converter experiências reais de degustação em um tipo de

¹⁴ Iconofagia: é um conceito criado pelo cientista da comunicação e da cultura, professor Dr. Norval Baitello Júnior, fundador do [CISC] [1](Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia).

desconexão entre a experiência virtual e a realidade concreta na forma de perceber e apreciar os alimentos e as bebidas.

Portanto, é importante considerar como a Indústria 4.0 tem afetado nossa percepção e experiência sensorial, o que vem cada vez mais desencadeando uma desconexão dos nossos mecanismos sensoriais desencadeando assim silenciosas disfunções orgânicas. Além disto os efeitos atingem as relações afetivas dos indivíduos em virtude das trocas de momentos reais por conexões dinâmicas, ininterruptas e sem fronteiras da virtualidade.

A seguir veremos como o filme "A família Mitchell e a revolta das máquinas" representa esta realidade intoxicante e viciante das redes sociais (Anexo 2), considerando seu potencial de sequestrar mentes e vidas em vista da desconexão da realidade, o que pode gerar as consequências já mencionadas. O filme visto sob a perspectiva da conexão emocional e os efeitos da tecnologia e mídia na sociedade contemporânea, nos permite ver a história retratada da batalha da família Mitchell contra máquinas que ameaçam a humanidade, e por meio dessa narrativa, estabelece-se uma analogia com nossa própria luta contra os impactos midiáticos em nossos sentidos e valores.

Através da análise dos personagens e do enredo, examina-se como a tecnologia e a mídia podem nos afastar uns dos outros, desconectando-nos de nossas emoções e experiências sensoriais. Por outro lado, a família Mitchell representa a importância do pertencimento e da união, evidenciando que a conexão emocional é fundamental para mantermos nossa humanidade e estabelecermos vínculos significativos entre os indivíduos.

A abordagem faz todo sentido associado com a necessidade de conexão e o vinho pode ser um tipo de ferramenta para nos reconectar uns com os outros, nossas emoções e sentidos num mundo cada vez mais digital e desconectado (Anexo 2). Mediante a problemática atual de desconexão sensorial e pessoal na sociedade contemporânea, é importante valorizar as relações e experiência sensorial como ferramentas de conexão social, corporal e mental. Inclusive áreas como a gastronomia e do vinho proporcionam uma interação social à mesa, mas hoje se tornou comum um cenário até "irritante" devido esta conexão virtual de plantão. A desconexão e a falta de vínculo pessoal foram consequências deste ataque incessante de informações atraentes que afinal mediante nosso perfil não nos tornamos apenas um alvo, mas personas prontas a consumir vorazmente

imagem ou produto e condenadas a uma liberdade vigiada pelos meios tecnológicos. Todo este movimento, resultou da ignorância, da sede de consumo, do medo da solidão e do “não” pertencimento, e é neste cenário que o cérebro é impactado de forma negativa devido aos excessivos bombardeios de imagens e informações.

O filme “Luta da família Mitchell e a revolta contra as máquinas ” nos convida a refletir sobre os efeitos da tecnologia e mídia em nossas vidas e ainda sobre a importância da conexão emocional como antídoto para combater os impactos negativos dessas influências. Ao valorizar a união familiar e a expressão emocional, somos incentivados a buscar formas de equilibrar o uso da tecnologia, promover conexões significativas e preservar nossa humanidade em um mundo cada vez mais digitalizado.



Anexo 2: Recorte cena do filme FAMILIA MITCHELL. Fonte: Google.

Esta é uma cena (Anexo 2) a qual o pai tenta estabelecer um diálogo familiar e a família está conectada aos meios digitais, como hipnotizados. Cenas como esta se tornaram cada vez mais comuns em todo o mundo devido o consumo excessivo de entretenimento e produtos em ambiente on-line. Este cenário ininterrupto implica na intensificação das desconexões corporais, mentais e sociais, sem poupar ninguém uma vez que não há um tipo de blindagem, exceto a própria consciência e uma mente reprogramada a consumir estes produtos de forma saudável e equilibrada, se permitindo incluir um tipo de dieta ou jejum de internet.

Baseado nesta realidade e estabelecendo um paralelo, o bebedor de vinho em muitos casos, busca a desconexão da vida rotineira abdicando da verdadeira felicidade e libido da vida, em troca da recompensa “desconexão” e a sensação de felicidade continuada sob efeito do encantador elixir. Realiza sua troca equivocada em busca do prazer inebriante e do relaxamento em vista do “doce vício” chamado vinho, o qual pode anestesiar a dor da alma, ora pode libertar a mente e o corpo e ora pode aprisionar.

[...]Devemos a tais veículos não só a produção imediata de prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo, pois sabe-se que, com o auxílio desse ‘amortecedor de preocupações’, é possível, em qualquer ocasião, afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade. Sabe-se igualmente que é exatamente essa propriedade dos intoxicantes que determina o seu perigo e a sua capacidade de causar danos[...] (FREUD, 1996, v. XXI, p.86).

Para nossa surpresa, contudo, se nos voltarmos para os volumes que compõem as *Obras Completas de S. Freud*, veremos que são raros os momentos em que o criador da psicanálise menciona a toxicomania¹⁵. É verdade que, em seus estudos pré-psicanalíticos, Freud se dedicou com entusiasmo ao estudo da cocaína para, em seguida, declarar fracassada a sua experiência pessoal com a droga. Se seus comentários sobre o abuso de drogas são sempre feitos de passagem, sem que o tema tenha sido desenvolvido de modo sistemático em um único estudo, felizmente podemos constatar que a teoria freudiana nos fornece elementos para pensar na natureza, na função e no tratamento da toxicomania. Para mencionar uma das clássicas formulações freudianas sobre o assunto, lembramos que em 1930, no livro *O Mal-Estar na Civilização*, Freud inclui o uso de drogas como uma estratégia, segundo ele, “grosseira”, porém “a mais eficaz” dentre outras empregadas pelo homem quando confrontado com a impossibilidade de fazer durar a felicidade (FREUD, 1996, v.XXI, p.96). E, de fato, a angústia e as formações sintomáticas desaparecem quando a montagem toxicomaniaca exerce suas funções.

Observamos outro ponto ainda, a prevalência da "doença da pressa"¹⁶ em todo o mundo, a qual tem se intensificado nesta era altamente tecnológica, impulsionada pelas facilidades e conveniências proporcionadas pela tecnologia. Consequentemente, nos encontramos cada vez mais conectados a cliques instantâneos, os quais prometem facilitar a nossa vida, mas na verdade nos desvincula das funcionalidades vitais e vai nos tornando incapazes de nos desconectar desse ciclo vicioso. Então, utilizamos o tempo ocioso para consumir de forma ilimitada imagens da vida alheia, quase como se estivéssemos imersos no mundo fictício retratado no filme "O Show de Truman"¹⁷. Essa busca contínua por

¹⁵ Toxicomania - O termo **toxicomania** deriva de duas palavras gregas: toxikon (veneno) e mania (loucura). Portanto pode-se definir toxicomania como sendo a mania de consumir uma ou mais substâncias químicas e tóxicas

¹⁶ A doença da pressa ou síndrome da pressa é um transtorno mental causada principalmente pelo ritmo frenético em que a sociedade moderna se submete nas zonas urbanas e no trabalho. A síndrome não tem reconhecimento médico nem psicológico factível, mas é estudada desde a década de 1980.

¹⁷ O filme *Show de Truman* - *Truman Burbank* é um pacato vendedor de seguros que leva uma vida simples com sua esposa Meryl Burbank. Porém, algumas coisas ao seu redor fazem com que ele passe a estranhar sua

entretenimento e preenchimento de vazios reflete a nossa dificuldade em desacelerar e reconectar com nossa própria essência e com o ambiente ao nosso redor, e tudo ocorre de forma cada vez mais simultânea e rápida, considerando a evolução da tecnologia.

Contudo excessos vem sendo cada vez experienciados, seja no consumo de imagens, bebidas, drogas e entre outros. Na história da humanidade o uso e abuso de drogas sempre esteve presente e neste artigo me refiro principalmente ao vinho conhecido como um “doce vício”. E Freud faz uma alusão a isso quando diz:

[...]o serviço prestado pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício, que tanto indivíduos quanto povos lhes concederam um lugar permanente na economia de sua libido[...]. (FREUD, 1930, p.86).

Para contrabalancear essa realidade, encontrar momentos de pausa e contemplação, associar atividades físicas a uma rotina saudável e consolidar vínculos com aqueles que são prioridades na nossa vida, é fundamental. Por exemplo, destinar um “tempo de qualidade” às pessoas que amamos já é um exercício importante para converter a nossa realidade tecnológica e social equivocada num comportamento saudável e não sabotador.

O que mais se observa hoje, é um tipo de ignorância social do quanto esta desconexão pode ser periculosa e lastimável à saúde da sociedade. Na falta desta clareza ou consciência, podemos transformar a vida num caos abrindo caminhos para os “excessos”, assim como do consumo excessivo do álcool devido a falta de válvula de escape para a queima de energias “negativas” afim de estabelecer equilíbrios hormonais e consequentemente mentais.

Portanto, ao refletir sobre o consumo do vinho como uma droga social, é relevante observar as nuances psicológicas e os efeitos que essa prática pode ter sobre os indivíduos e a sociedade como um todo. A psicanálise de Freud oferece subsídios para compreender as motivações por trás do consumo de substâncias, mesmo que o vinho seja considerado socialmente aceito e culturalmente valorizado.

Além disto, é fundamental promover uma reflexão sobre a importância da conexão com a realidade concreta e a diversidade sensorial na experiência alimentar e na qualidade de vida em geral em vista do bem-estar mental, corporal, social e profissional.

cidade, seus supostos amigos e até sua mulher. Após conhecer a misteriosa Lauren, ele fica intrigado e acaba descobrindo que toda sua vida foi monitorada por câmeras e transmitida em rede nacional.

Dessa forma, o vinho pode ser visto não apenas como uma bebida, mas como um símbolo de pausa e celebração, capaz de contrapor-se à “doença da pressa” e trazer momentos de calma e apreciação em meio à agitação do mundo moderno, porém se consumido de forma consciente e responsável, pois já é conhecido não somente pela psicologia que os excessos são consequências sintomatológicas da “falta”.

2.3 O papel do vinho na cultura e sociedade

"O vinho como ferramenta social e de conexão" envolve uma análise aprofundada das relações entre vinho, sociedade e conexão emocional e sensorial. Para isso fazer sentido, vamos explorar diferentes aspectos, desde a história do vinho até as experiências contemporâneas de consumo e suas implicações para a saúde mental.

Esta bebida “vinho” tem um papel importante na cultura e sociedade desde a antiguidade, sendo valorizado não só pelo seu sabor e aroma, mas também pelas suas propriedades medicinais e simbólicas. Na Grécia Antiga, por exemplo, o vinho era considerado uma dádiva dos deuses e era utilizado em celebrações religiosas e festivais. Na Roma Antiga, o vinho era uma bebida consumida por todas as classes sociais e era considerado um símbolo de status e riqueza. Sua história remonta a milhares de anos, e sua presença está enraizada em diversas culturas ao redor do mundo.

Desde os tempos antigos, o vinho sempre foi valorizado como uma bebida nobre, associada a celebrações, rituais religiosos e momentos de convívio social. Ao longo dos séculos, o vinho se tornou uma parte importante da cultura gastronômica, sendo incorporado às tradições culinárias de diferentes países e regiões.

No entanto, o consumo de vinho não se limita apenas aos aspectos gastronômicos e culturais. O vinho também é apreciado por suas características sensoriais, como aromas complexos, sabores variados e texturas envolventes. A degustação de vinho envolve uma experiência sensorial única, que pode despertar os sentidos e proporcionar prazer e conexão com o próprio corpo.

No filme *Ratatouille* veremos conforme imagens abaixo as expressões de emoções e os sentimentos do crítico gastronômico temido, provando o famoso prato francês emblemático de “Ratautoille” (Foto 1 e 2) e nesta relação veremos a importância de nos conectar com nossos sentidos e fomentar de forma saudável nossas memórias e emoções.

Neste longa metragem, "Ratatouille", dirigido por Brad Bird e lançado em 2007, apresenta a história de um rato chamado Remy que sonha em se tornar um chef de cozinha em Paris. No entanto, por ser um rato, ele enfrenta muitas dificuldades para ser aceito em uma cozinha de um restaurante renomado.

O filme Ratatouille ainda pode ser relacionado ao tema "o vinho como ferramenta social e de conexão". No filme, o personagem principal, Remy, é um rato que tem um paladar e olfato extremamente desenvolvidos e sonha em se tornar um chef de cozinha. Ele acaba se unindo a Linguini, um jovem cozinheiro inexperiente, e juntos criam pratos incríveis que atraem a atenção de críticos gastronômicos renomados. O filme mostra como o mundo da gastronomia e do vinho pode ser um ambiente de conexão e socialização, onde diferentes pessoas e culturas se encontram para apreciar e compartilhar suas experiências sensoriais. Além disso, a história também aborda temas como a importância da tradição e da inovação na culinária, a valorização do trabalho em equipe e a superação de preconceitos e estereótipos.

Além disto, a relação do filme com o tema "o vinho como ferramenta social e de conexão" pode ser observada em uma cena em que o crítico gastronômico Anton Ego, ao provar o prato de ratatouille preparado pelo chef Linguini com a ajuda de Remy, é transportado para sua infância ao sentir o aroma e o sabor da comida (Foto 1 e 2). Nesse momento, é possível perceber a conexão emocional que o vinho e a comida podem proporcionar.

O filme aborda a importância da experiência sensorial na apreciação da comida e do vinho, uma vez que a cena do crítico Anton Ego sugere que a percepção do sabor e do aroma é influenciada por fatores emocionais e cognitivos. Essa perspectiva pode ser relacionada com estudos em neurociência que indicam a participação de diferentes regiões do cérebro na percepção sensorial e na formação de memórias ligadas aos sentidos.



Fotos 1 e 2: Recorte de Cenas do Filme RATATOUILLE. Fonte: Google.

Além disso, o consumo de vinho pode ser uma prática social significativa. Compartilhar uma garrafa de vinho com amigos, familiares ou colegas pode promover a criação de laços afetivos, fortalecer relacionamentos e gerar momentos de convivência e descontração. A apreciação do vinho em conjunto também pode ser uma oportunidade para explorar e descobrir novos sabores, ampliando o repertório sensorial e cultural de cada indivíduo.

No contexto da sociedade contemporânea, onde a tecnologia e a conectividade digital prevalecem, muitas pessoas experimentam uma sensação de desconexão emocional e sensorial. A vida acelerada, as demandas do trabalho e as pressões do dia-a-dia podem fazer com que as pessoas percam a conexão com seus próprios sentimentos e com o ambiente à sua volta. Nesse cenário, o vinho pode desempenhar um papel importante como uma ferramenta de conexão, no caso de um consumo consciente e apreciativo.

Através da degustação de vinho, é possível se reconectar com os sentidos, permitindo uma experiência mais profunda, consciente e de resgate de memórias afetivas. O ato de apreciar o vinho pode ser uma prática meditativa, onde se dedica tempo para saborear e contemplar cada aspecto da bebida. Essa atenção plena aos sentidos pode estimular a percepção sensorial em outras áreas da vida, despertando a curiosidade e a apreciação por experiências sensoriais cotidianas.

Ademais o consumo de vinho em um contexto social proporciona uma oportunidade para interações significativas e enriquecedoras. Compartilhar uma garrafa de vinho com outras pessoas abre espaço para conversas, troca de experiências e conexões emocionais mais profundas. Esses momentos de convívio podem ser momentos de desconexão digital, permitindo que as pessoas se conectem verdadeiramente umas com as outras e com o ambiente presente.

O vinho como vimos tem o poder de unir pessoas e promover a sociabilidade, pois muitas vezes é consumido em reuniões familiares, jantares e eventos sociais, ajudando a criar laços e conexões entre as pessoas. Porém, de acordo com uma série de bibliografias, liturgias, filmes e outros, vemos que ao longo da história, o vinho também teve um papel importante não somente na religião ou social, mas na economia e na política. Regiões produtoras de vinho, tornaram-se importantes centros comerciais e suas vinícolas se

tornaram grandes empresas, inclusive no segmento de “enoturismo”, empregando milhares de pessoas e veremos abaixo como o filme *Sideways* se conecta com o tema em questão.

A análise do filme "*Sideways*" (2004), dirigido por Alexander Payne, explora como o vinho é retratado como uma ferramenta social e de autoconhecimento na sociedade contemporânea. A história acompanha a jornada de Miles e Jack, dois amigos que embarcam em uma viagem de degustação de vinhos no Vale de Santa Ynez, Califórnia. O filme destaca a importância do vinho como meio de conexão social, afirmação de status e como uma forma de reflexão sobre a vida e a identidade dos personagens.

Este filme apresenta um enredo que gira em torno da viagem de Miles e Jack pelo Vale de Santa Ynez, onde a degustação de vinhos desempenha um papel central. Vamos examinar como o filme retrata o vinho como uma ferramenta de conexão social e de autoconhecimento, abordando as relações entre os personagens e a importância que o vinho desempenha em suas vidas.

O vinho como meio de conexão social e afirmação de status e no filme, o vinho é retratado como um elemento que une os personagens, Miles e Jack, em sua amizade de longa data. A viagem de degustação de vinhos é uma oportunidade para eles se reconectarem e compartilharem uma paixão em comum. O vinho também é utilizado como uma forma de expressão de gostos, preferências e personalidades, criando laços entre os personagens e estabelecendo conexões sociais.

O vinho como ferramenta de autoconhecimento e reflexão Miles, um amante do vinho e escritor frustrado, encontra no vinho uma fonte de prazer e satisfação, mas também uma maneira de escapar de suas frustrações e reflexões sobre sua vida. Através da apreciação do vinho, ele é levado a refletir sobre suas escolhas e sua identidade, utilizando-o como uma ferramenta de autoconhecimento (Anexo 4).

Considerando o contexto do filme "*Sideways*" e o nosso artigo, o vinho é retratado como uma ferramenta social e de autoconhecimento na sociedade contemporânea. Ele ilustra como o vinho pode ser utilizado para estabelecer conexões interpessoais, afirmar status e como uma forma de reflexão sobre a vida e a identidade dos indivíduos. Essa análise nos convida a refletir sobre o poder do vinho como uma ferramenta que promove a conexão social e aprofunda o autoconhecimento.



Anexo 4 e 5 – Recorte de cenas do filme: SIDEWAYS. Fonte: Google.

Ademais, podemos dentro do contexto do filme levar em consideração aspectos do mundo do vinho e as ideias de Freud como veremos alguns pontos de conexões possíveis a seguir.

- O vinho no filme pode ser interpretado como um símbolo de prazer, indulgência e busca pelo prazer sensorial. Esses elementos estão relacionados as ideias freudianas sobre o prazer e os desejos humanos.
- Ao longo do filme, os personagens são confrontados com suas próprias limitações, insatisfações e medos. Essa jornada de autoconhecimento e enfrentamento da realidade pode ser comparada com o processo psicanalítico de análise, em que se busca compreender e confrontar as questões mais profundas da *psique*.
- Como o filme aborda ainda as complexidades dos relacionamentos amorosos e sexuais dos personagens, ele pode ser explorado à luz das teorias de Freud sobre a sexualidade humana, o complexo de Édipo e as dinâmicas de desejo e repressão. A apreciação e o conhecimento do vinho podem ser vistos como formas de sublimação dos desejos, em que os prazeres sensoriais são canalizados para atividades culturalmente valorizadas. Esse conceito de sublimação é discutido por Freud em sua teoria psicanalítica.

Esses são apenas alguns exemplos de como podemos estabelecer um paralelo entre o filme "*Sideways*", a psicanálise de Freud e o mundo do vinho. É importante explorar essas conexões de forma mais aprofundada, considerando os elementos específicos do filme e as teorias psicanalíticas relevantes.

Já no filme "*Somm*", vemos um outro tipo de relação com o vinho, pois vemos claramente a relação do pertencimento, status e o classismo retratado. Neste exemplo, a busca por pertencimento e status pode ser relacionado ao conceito de identidade e ao

desenvolvimento do ego. Além disso, é possível explorar as dinâmicas de poder e rivalidade presentes entre os sommeliers, que podem estar relacionadas a questões de status e competição. A psicanálise neste caso pode ajudar a compreender as motivações inconscientes por trás dessas dinâmicas e como elas podem influenciar o comportamento dos personagens.

Este filme "*Somm*" dirigido por Jason Wise, explora como o vinho e o retrata como uma ferramenta de conexão social e comportamento no contexto da profissão de *sommelier*¹⁸. O filme acompanha a jornada de quatro candidatos ao exame de mestrado sommelier, revelando os desafios e complexidades do mundo do vinho, bem como as relações interpessoais e os comportamentos associados ao consumo e apreciação dessa bebida. Apresenta uma visão fascinante do mundo do vinho, seguindo a jornada de quatro candidatos ao prestigiado título de Master Sommelier. Neste caso veremos como o filme retrata o vinho como uma ferramenta de conexão social e comportamento, examinando as relações entre os personagens, o treinamento rigoroso, a busca pelo conhecimento, poder, domínio e reconhecimento do mundo do vinho.

No filme, os candidatos ao mestrado sommelier compartilham uma paixão pelo vinho e pelo conhecimento da bebida, o que os une em uma jornada comum. O vinho é retratado como um elemento que une pessoas com interesses comuns, proporcionando conexões sociais e a criação de um senso de comunidade entre os sommeliers e a indústria vitivinícola.

"*Somm*", o filme mostra como os candidatos ao exame de mestrado sommelier buscam a perfeição sensorial e obsessivamente procuram ampliar seu conhecimento sobre o vinho, ainda que se estabeleça um ambiente competitivo. O filme retrata o comportamento de busca pela excelência, a necessidade de pertencimento a um grupo seleto de especialistas e a pressão para adquirir conhecimento e domínio dos códigos e rituais associados ao vinho (Anexo 3). Este filme oferece uma visão abrangente do mundo do vinho, destacando como o comportamento e o sentimento de pertencimento podem influenciar a forma como as pessoas interagem com essa bebida milenar e complexa. Além disso, o filme também nos leva a refletir sobre a importância do treinamento e da

¹⁸ *Sommelier (Somm)* é um profissional treinado e certificado com profundo conhecimento de vinhos, cervejas e destilados. Eles são responsáveis por selecionar, pedir, e servir vinhos e outras bebidas alcoólicas, bem como combiná-los com a comida

preparação para se tornar um sommelier, e como a conexão através do vinho vai além da apreciação da bebida, abrangendo sua história, cultura e processo de produção. O filme ainda nos proporciona uma análise fascinante do vinho como ferramenta de conexão social e comportamento no contexto da profissão de sommelier. Ele ilustra como o vinho pode unir pessoas com interesses comuns, influenciar comportamentos relacionados ao consumo e apreciação da bebida, e como a busca pela excelência e o sentimento de pertencimento podem moldar a interação das pessoas com o mundo do vinho. Embora no anexo veremos uma distância estabelecida baseada em diferenças sociais e o desejo claro de pertencimento.



Anexo 3 – Recorte de cenas do filme “SOMM”. Fonte: Google.

3 CONCLUSÃO

A partir desta discussão, análises e reflexões sobre o vinho como ferramenta social e de conexão, fica evidente que essa bebida possui um potencial significativo para promover interações humanas autênticas e enriquecedoras. Através da apreciação sensorial do vinho, as pessoas têm a oportunidade de conexão com seus sentidos, aprimorar habilidades cognitivas, interagir e se integrar com outras pessoas e diferentes culturas. A perspectiva psicanalítica nos permite compreender como o vinho pode estimular emoções, memórias e desejos sub-conscientes, tornando-se um veículo para a comunicação interpessoal e o aprofundamento dos relacionamentos.

Além disso, a semiótica nos revela o poder simbólico do vinho, que varia de acordo com cada contexto e região. Essa carga simbólica proporciona uma linguagem

compartilhada entre indivíduos, permitindo a conexão e a compreensão mútua. O vinho transcende fronteiras culturais e se torna uma expressão da identidade e da tradição de uma comunidade.

No entanto, é fundamental destacar que a conexão proporcionada pelo vinho deve ser acompanhada de responsabilidade e moderação. O consumo excessivo de álcool pode trazer consequências negativas à saúde e aos relacionamentos. Portanto, a promoção de um consumo consciente e responsável é essencial para garantir que o vinho seja realmente uma ferramenta de conexão benéfica. Além disto vale recomendar exercícios de reprogramações mentais para estimular o cérebro em suas funcionalidades cognitivas, garantindo assim um aprimoramento de habilidades e emoções que definem um indivíduo, passivo de aprender e desenvolver inteligência emocional e esteja em seu recurso.

Diante disso, recomenda-se a realização de mais pesquisas e estudos interdisciplinares que aprofundem nosso conhecimento sobre o papel do vinho como ferramenta de social e de conexão. Isso permitirá uma compreensão mais abrangente dos fatores psicológicos, culturais e sociais envolvidos nesse processo, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias e abordagens que maximizem os benefícios do vinho como esta ferramenta poderosa.

Em resumo, o vinho pode ser visto como uma ponte sensorial e simbólica que conecta as pessoas entre si e com a cultura. Sua apreciação consciente e moderada pode promover experiências sociais mais significativas, enriquecer relacionamentos e contribuir para uma vida pessoal e social mais satisfatória e de bem-estar. Compreender a dimensão psicanalítica e simbólica do vinho nos permite explorar todo o potencial dessa bebida milenar como uma ferramenta social e de conexão.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. 5ª ed. Perspectiva. 2019.

CHEVALIER, J., GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos Mitos, Sonhos, Gestos, Formas, Figuras, Cores, Números**. 23ª ed. Rio de Janeiro, José Olympo, 2009.

FREUD, Sigmund. **A Psicologia do Vinho**. 1910.

JOHNSON, Hugh. **The Story of Wine**. 1ª ed. Mitchell Beazley. 2004.

PHILLIPS, Rod. **Uma breve história do Vinho**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2003.

CHARTERS, S., & Pettigrew, S. (2007). International wine tourism research: Past, present, and future. *Journal of Travel Research*, 46(2), 143-159.

SPENCE, C. (2017). Wine and the multisensory perception of flavor. *Current Directions in Psychological Science*, 26(4), 285-290.

SERRETTI M. A. T. (2012). Laço de amor intoxicado: o casamento feliz do bebedor com copo. *Reverso*, 34(63), 67-73. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952012000200008&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 14/06/2023.

VALDUGA, V. (2012). O desenvolvimento do Enoturismo no Vale dos Vinhedos. *Cultura - Revista de Cultura e Turismo*, 6(2), 129. Disponível em: <<http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/288/297>>. Acesso em 14/06/2023.

Pesquisa da OPAS em 33 países aponta que quase metade dos entrevistados no Brasil relatou o alto consumo de álcool na pandemia. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/12-11-2020-pesquisa-da-opas-em-33-paises-aponta-que-quase-metade-dos-entrevistados-no>>. Acesso em 14/06/2023.

A família Mitchell e a revolução das máquinas crítica. Disponível em: <<https://www.omelete.com.br/netflix/criticas/a-familia-mitchell-e-a-revolucao-das-maquinas-critica>>. Acesso em 14/06/2023.

SILVA, T. M. da, & Stoppa, E. A. (2021). O Consumo de Vinho em Tempos de Isolamento Social: Uma Discussão à Luz dos Estudos do Lazer. *LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer*, 24(2), 707-725. <<https://doi.org/10.35699/2447-6218.2021.3496>>. Acesso em 14/06/2023

FAMILIA Mitchell e a Revolta das Máquinas: Michael Rianda e Jeff Rowe. Columbia Pictures, Sony Pictures Animation. Estados Unidos da América. 2021. NETFLIX.

RATATOUILLE: Brad Bird. Brad Lewis, Brad Bird. Pixar Animation Studios, Walt Disney Pictures. Estados Unidos da América. 2007. NETFLIX.

SIDEWAYS: Alexander Payne. Michael London. Fox Searchlight Pictures. Estados Unidos da América. 2004. Disney Plus.

SOMM: Jason Wise. Jason Wise, Christina Wise. Forgotten Man Films. Estados Unidos da América. 2012. NETFLIX.

FRANÇA, J. L. et al. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 6.ed. Rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003. Disponível em:

<<https://lucianabicalho.files.wordpress.com/2014/04/394272junia-lessa-46-2009-manual-normas-8-edicao-revista-miolo1.pdf>> Acesso em 14/06/2023.

MELLO, L.C et al. Manual para Normalização Documentária: elaboração de Referência NBR 6023/2020. ed. Rev. São Carlos: Ed. da UFSCar, 2022. Disponível em:

<<https://www.bco.ufscar.br/arquivos/manual-bco-nbr-6023-2020.pdf>> Acesso em 14/06/2023.

BORLOT, G.R. Normas de referências de acordo com a nbr 6023/ABNT de agosto de 2002 (síntese). Disponível em:

<https://www.unesc.net/portal/resources/files/122/normas_referencias.pdf> Acesso em
14/06/2023.

PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAIS NA APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Isabela Camille de Souza¹⁹
Welliton Glayco da Fonseca²⁰
Gabriela Araújo²¹

RESUMO

Gestão de Pessoas ou Administração de Recursos Humanos é a aplicação de um conjunto de conhecimentos e técnicas administrativas especializadas no gerenciamento das relações das pessoas com as organizações, com o objetivo de atingir os objetivos organizacionais, bem como proporcionar a satisfação e a realização das pessoas envolvidas. A avaliação psicológica é um processo de coleta de dados, constitui-se de métodos e técnicas de investigação aos quais se destacam os testes psicológicos, que quando utilizados adequadamente oferecem informações importantes sobre o avaliado. É por lei uma prática exclusiva do psicólogo. Dentro das organizações a avaliação psicológica tem configurado como uma das principais ferramentas para selecionar os candidatos com melhor perfil para uma determinada função, ou potencializar o desempenho dos funcionários. Nesse sentido o presente trabalho tem como objetivo analisar como a avaliação psicológica se estrutura dentro no contexto organizacional, qual o papel do psicólogo na realização dos testes e qual a contribuição da avaliação psicológica dentro das organizações.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica. Psicólogo. Organizações. Psicólogo.

ABSTRACT: People Management or Human Resource Management is the application of a set of knowledge and administrative techniques specialized in the management of people's relationships with organizations, with the objective of achieving organizational objectives, as well as providing the satisfaction and fulfillment of the people involved. Psychological assessment is a process of data collection, it consists of methods and investigation techniques to which psychological tests stand out, which, when properly used, provide important information about the person being evaluated. It is by law an exclusive practice of the psychologist. Within organizations, psychological assessment has been configured as one of the main tools to select candidates with the best profile for a particular role, or to enhance employee performance. In this sense, the present work aims to analyze how psychological assessment is structured within the organizational context,

¹⁹ Graduada em Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos pela Una e Pós-graduada em Psicologia do Trabalho pela FAMART.

²⁰ Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itáúna-MG. Graduado em Ciências Sociais e Mestrado em Administração.

²¹ Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itáúna-MG.

what is the role of the psychologist in carrying out the tests and what is the contribution of psychological assessment within organizations.

Keywords: Psychological assessment. Psychologist. organizations. Psychologist

1 INTRODUÇÃO

Objetivo desta pesquisa é abordar a importância do planejamento e organização empresariais na aplicação da avaliação psicológica. A realização da avaliação psicológica como uma das etapas do processo seletivo surge como uma forma de verificar características individuais de cada candidato, aumentando a possibilidade de contratar o candidato mais adequado para determinado cargo. A avaliação psicológica possibilita ao profissional da psicologia, examinar onde as pessoas se distinguem entre si, além de se mostrar também como um instrumento muito útil para presumir antecipadamente as características particulares de cada pessoa, que contribuirão para a formulação de hipóteses a respeito dessas características.

Justifica-se o processo de avaliação psicológica no contexto organizacional e o desempenho das organizações empresariais a reformulação psicológica constituindo sua abordagem norteadora e comportamental como responsável pela excelência nas organizações quando se trata do fator humano auxiliando na identificação e reconhecimento do papel das pessoas na consecução dos objetivos individuais e coletivos, contribuindo assim para o sucesso de organizações bem-sucedidas.

A importância do planejamento e organização empresariais na aplicação da avaliação psicológica visa instrumentalizar o departamento de recursos humanos e os gestores das empresas para realizar gestão e desenvolvimento de pessoas, com foco, critério e clareza. As ferramentas da gestão por competências são totalmente alinhadas às atribuições dos cargos e funções de cada organização.

Através do mapeamento e mensuração por competências são identificadas as competências comportamentais e técnicas necessárias para a execução das atividades de um cargo/função e mensurado o grau ideal para cada grupo de competências para que uma pessoa que assuma o cargo/função atinja os objetivos da empresa.

A psicologia organizacional é uma área de atuação da Psicologia voltada para o trabalho em contextos corporativos a gestão empresarial. Ela tem foco nos recursos humanos da companhia, buscando alinhar os interesses da empresa e as necessidades dos

colaboradores. A proposta é promover qualidade de vida e condições propícias para que os profissionais tenham o máximo de produtividade e bom desempenho.

De acordo com Chiavenato, (1999) as organizações jamais existiriam sem as pessoas, da mesma forma, as pessoas dependem das organizações onde trabalham para atingir os seus objetivos pessoais estabelecendo uma relação de mútua dependência na qual há benefícios recíprocos. Dentro deste contexto, torna-se imprescindível a contratação de profissionais que possuam características pessoais e profissionais que melhor atenderão as exigências do cargo ou função que ocuparão, bem como possuam qualidades que agregarão à cultura organizacional e atenda as expectativas da organização.

Os objetivos de uma organização, um dos principais fatores que influenciará no sucesso organizacional, começa pela contratação do candidato que possua o perfil mais adequado à consecução de tais objetivos. Desta maneira, a avaliação psicológica, dentro do contexto organizacional, constitui importante instrumentona coleta de dados, cuja realização inclui métodos e técnicas de investigação que auxiliarão no processo de seleção permitindo que se obtenha um conhecimento sobre o potencial de cada pessoa bem como quais suas competências.

A problematização questiona: Qual a importância do planejamento e organização empresariais na aplicação da avaliação psicológica? A importância da avaliação psicológica no contexto organizacional e a organização empresarial. Neste contexto organizacional, qual o papel do psicólogo na realização dos testes de avaliação e a contribuição da avaliação psicológica dentro das organizações e o quão ela pode prever ou não determinados fatores/características através dos testes.

Através da avaliação por competências, será identificado se os perfis comportamentais e técnicos dos colaboradores de uma corporação estão alinhados ao perfil ideal exigido pelos cargos/funções. A realização de um processo de avaliação psicológica exige do profissional um amplo domínio de teorias e métodos reconhecidos pela Ciência Psicológica. Quando se trata de fazer determinações psicológicas sobre uma pessoa, o uso de testes psicológicos tem vantagens sobre julgamentos injustificados motivados por experiência individual daquele que avalia.

A metodologia adotou-se uma revisão teórica em textos conceituados e autores que versam sobre esta área, apresentando os conceitos e principais características da avaliação psicológica bem como a sua utilização e aplicabilidade no contexto organizacional.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Avaliação psicológica, uma ferramenta para a gestão empresarial

Considerando de modo específico o contexto empresarial da gestão de pessoas, frequentemente são utilizados testes que avaliam processos cognitivos, como, atenção (atenção concentrada, alternada, dividida), memória, inteligência não-verbal, habilidades sociais. Esses são fenômenos psicológicos que são geralmente quantificados através de testes psicométricos que se utilizam de escores para fazer uma medição de determinado aspecto psicológico; além desses tipos de testes que podem fazer medição, existe também os testes projetivos, que se destina a descrever características da personalidade do sujeito avaliado, que geralmente são utilizados para a avaliação dos traços de personalidade dos sujeitos.

A avaliação representa um potente instrumento de gestão, na medida em que pode e deve ser utilizada durante todo o ciclo da gestão, subsidiando desde o planejamento e formulação de uma intervenção, o acompanhamento de sua implementação, os consequentes ajustes a serem adotados até as decisões sobre sua manutenção, aperfeiçoamento, mudança de rumo ou interrupção. Além disso, a avaliação pode contribuir para a viabilização de todas as atividades de controle interno, externo, por instituições públicas e pela sociedade, levando maior transparência e *accountability* às ações de governo.

A avaliação psicológica é um processo de coleta de dados. É um procedimento que visa avaliar, através de métodos e técnicas de investigação previamente determinados, os diversos processos psicológicos que compõe o indivíduo. É um processo técnico e científico realizado com pessoas ou com grupos de pessoas que, busca informações através da utilização de metodologias específicas de acordo com cada área do conhecimento. Alchieri e Cruz (2003) assim definem a avaliação psicológica.

A avaliação psicológica se refere ao modo de conhecer fenômenos e processos psicológicos por meio de procedimentos de diagnósticos e prognósticos e, ao mesmo tempo, aos procedimentos de exame propriamente ditos para criar as condições de aferição ou dimensionamento dos fenômenos e processos psicológicos conhecidos. (ALCHIERI E CRUZ, 2003, p. 24).

Avaliação psicológica é definida pelo Conselho Federal de Psicologia, (CFP) na Resolução nº007/2003, como:

[...] processos técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA 2003).

No estudo realizado por Hutz (2009) o termo avaliação psicológica tem sido usado para:

Descrever um conjunto de procedimentos que têm por objetivo coletar dados para testar hipóteses clínicas, produzir diagnósticos, descrever o funcionamento de indivíduos ou grupos e fazer previsões sobre comportamentos ou desempenho em situações específicas. (Hutz, 2009, p. 298).

De acordo com as ideias destes autores, a necessidade de responder as questões sociais tais como transtornos e descompensações psicológicas relacionadas ao aprendizado, interação social ou adaptação nas atividades de trabalho contribuíram para a afirmação da avaliação psicológica enquanto campo de conhecimento e intervenção. Segundo a Resolução CFP nº 07/2003, os resultados das avaliações devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na modificação desses condicionantes sociais.

A Psicologia Organizacional e do Trabalho estuda a relação do homem com o trabalho e a sociedade, já que o trabalho é uma fonte de renda para a sobrevivência do indivíduo, possibilitando também a realização pessoal e profissional do trabalhador. O atuante dessa área, chamado de psicólogo organizacional, dispõe de técnicas e práticas que podem ser aplicadas em organizações de trabalho, dentre elas se encontra a utilização da avaliação psicológica e de dinâmicas de grupo como fases do processo seletivo, aplicação de pesquisa de clima organizacional, aplicação de entrevista de desligamento, realização de treinamento e desenvolvimento (SANTOS; CALDEIRA, 2014).

Esse processo de busca de informações sobre o funcionamento psicológico das pessoas em situações específicas, bem como a análise e síntese dessas informações, é realizado com o propósito de planejar ações e intervenções profissionais adequadas, tudo isto balizadas pelos conhecimentos da psicologia. O objetivo desse processo é beneficiar as pessoas envolvidas, promover a saúde e o desenvolvimento psíquico do sujeito e, por conseguinte, da sociedade.

O conhecimento obtido pela avaliação psicológica é um conhecimento orientado por teorias psicológicas que representam sistemas conceituais e que podem auxiliar a encontrar a inteligibilidade dos fenômenos presentes no diagnóstico psicológico, entendendo e interpretando, articulando e organizando, sintetizando e universalizando nossa experiência. (ALCHIERI e CRUZ 2003, p. 32).

É possível observar que são várias as definições para avaliação psicológica apontadas na literatura, contudo elas caminham na mesma direção na medida em que indicam que a avaliação psicológica é um procedimento que busca mensurar um fenômeno psicológico e propor uma intervenção. Através de instrumentos, técnicas e métodos de investigação, os profissionais da psicologia investigam as diferenças individuais em busca de um padrão de comportamento.

De modo geral, um teste psicológico se presta a medir diferenças entre indivíduos, em conformidade com Anastasi e Urbina *apud* Filho *ET AL* (2006, p. 480) “um teste psicológico como medida padroniza e objetiva uma amostra comportamental”.

A avaliação psicológica pode ser utilizada em vários contextos e com diferentes finalidades sendo que constitui uma atividade exclusiva do psicólogo. Embora já fosse utilizada há décadas em diversos segmentos da sociedade, atualmente verifica-se um aumento na utilização da avaliação como ferramenta reconhecida e aplicada em diferentes situações e com diversos objetivos, dentre eles destacam-se a orientação vocacional ou profissional, para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, para obtenção do porte de armas, na psicologia educacional, social e forense, e a psicologia do trabalho e das organizações que constitui o foco desse trabalho.

Entretanto, convém ressaltar que paralelamente a esse aumento na utilização da avaliação psicológica, observa-se a criação e utilização de instrumentos que auxiliam no processo. Sobre este aspecto vários autores propõem estudos que discutem e criticam uso adequado dos testes psicológicos. Trabalhos e pesquisas como o de Zanelli (2009) e Noronha (2010) apontam problemas relacionados à área principalmente os que se refere à formação do psicólogo e o uso inadequado dos instrumentos psicológicos. Zanelli (2009) ressalta os problemas relacionados com a deficiência no processo de formação profissional nos cursos de psicologia. O autor afirma que não há a devida preparação para os futuros psicólogos atuarem nesta área. Já Noronha (2010) utiliza os dados apurados em uma pesquisa para discutir a deficiência e falta de preparação, no tocante a formação, na utilização dos instrumentos psicológicos, e ainda levanta questões

relacionadas à confiabilidade dos mesmos, alegando que muitos dos testes comercializados não possuem qualidades psicométricas adequadas.

A organização pública em questão, mediante sistema de avaliação de desempenho visa avançar no desenvolvimento de um sistema cada vez mais completo e sofisticado que venha possibilitar progressos na temática do desempenho humano e organizacional. A avaliação é uma ferramenta motivacional, por incitar o desenvolvimento profissional e a ampliação de novas habilidades, para que o setor público possa exercer a função jurisdicional e conquistar adequados resultados.

Isto posto cabe lembrar que uma avaliação psicológica não se estrutura baseada somente por testes psicológicos, estes fazem parte de um processo, ela também é constituída por entrevistas, dinâmica de grupo entre outras atividades propostas de acordo como o perfil estabelecido pela área requisitante. No contexto organizacional, por exemplo, além dos instrumentos psicológicos, ou testes utilizados na avaliação psicológica, podem ser adotados outros métodos, o essencial é o uso de procedimento planejado estrategicamente para atender o objetivo a que a avaliação se propõe.

Deste modo que para se obter uma gestão pública competente e empenhada com bons resultados demanda modificações em diversas áreas: o aparecimento de lideranças internas, inclusão de métodos atualizados de gestão que promovam o processo de tomada de decisões, estabelecimento de objetivos de desempenho dimensíveis dentro de um grupo participativo e empenho dos vários níveis com uma gestão de melhor qualidade, de maneira que os progressos obtidos durem, modificações as quais são obtidas através de uma avaliação de desempenho bem aplicada.

A avaliação de desempenho é uma opção gerencial significativa utilizada para a gestão de funcionários, através dela é possível pontuar quais os indivíduos que participam da organização que possuem necessidade de treinamento para desempenhar com mais eficácia seus deveres e assim alcançar as metas e sua missão. De outro lado, também possibilita que pelo feedback o funcionário conheça os pontos que precisam ser melhorados no seu desempenho. Para isso é imprescindível aos avaliadores possuírem uma maior visão de como executar a avaliação de desempenho no setor público, sem abandonar o respeito à cidadania e sem permitir que aconteça o protecionismo e até mesmo o paternalismo.

A avaliação de desempenho é um método efetivo à gestão de pessoas, porque dela vêm indicações importantes para a motivação e progressão na carreira dos

funcionários. O uso dos formulários de avaliação utilizado pela pesquisa acarreta a conveniência de promover seu entendimento por quem avalia e por quem é avaliado, mas, no entanto, o formulário não permite flexibilidade.

As avaliações de desempenho não possuem atualmente parâmetros de comparação entre os diversos desempenhos, ou seja, ela depende apenas da percepção da chefia imediata em relação ao servidor. Deste modo, as avaliações incitam opiniões subjetivas da avaliação, que podem reger a deficiências como consequência de preconceito pessoal (onde o chefe tem preconceito em relação ao avaliado) ou o efeito protetor (onde o dirigente possui apreço pelo avaliado e sua opinião torna-se alterada). Instrumentos como a avaliação de desempenho pode auxiliar a organização pública a resolver problemas, instaurar programas de capacitação, salários e benfeitoria. Mas seu uso nas organizações públicas, necessita de sensibilização por parte dessas organizações a respeito de sua importância como ferramenta de base para tomada de decisão.

Atualmente, a avaliação psicológica vem ganhando posição importante no cotidiano organizacional. Os psicólogos que atuam nas empresas a utiliza como importante ferramenta na resolução de problemas e para encontrar respostas a questões que influenciará diretamente na consecução dos objetivos organizacionais. E, embora a avaliação psicológica não se restrinja a aplicação de testes psicológicos, este tem sido muitos utilizados na obtenção de informações principalmente no âmbito da seleção de pessoal.

A avaliação de desempenho é um método que procura distinguir e aferir a atuação dos funcionários na organização, instituindo assim uma comparação entre o desempenho almejado e o prestado por esses indivíduos.

Os testes psicológicos surgiram no século XIX. Foram concebidos sob a influência de conceitos e instrumentos relacionados às ciências da natureza (química, física e astronomia) alicerçando na tradição da medicina e psiquiatria. Eram instrumentos, utilizados pelos cientistas, que asseavam por entender o comportamento humano, seja pela mensuração das diferenças individuais, ou pela generalização das mesmas.

De acordo com Werlang e Nascimento (2010) teste psicológico é um instrumento de avaliação que tem como objetivo obter, num mínimo de tempo, um máximo de informações sobre o examinado. É um processo de medida de diferenças e semelhanças entre indivíduos. A Resolução do CFP nº 002/2003 define o teste

psicológico como um instrumento de avaliação ou mensuração de características psicológicas, constituindo-se um método ou uma técnica de uso privativo do psicólogo.

Os testes psicológicos são procedimentos sistemáticos de observação e registro de amostras de comportamentos e respostas de indivíduos com o objetivo de descrever e/ou mensurar características e processos psicológicos, compreendidos tradicionalmente nas áreas emoção/afeto, cognição/inteligência, motivação, personalidade, psicomotricidade, atenção, memória, percepção, dentre outras, nas suas mais diversas formas de expressão, segundo padrões definidos pela construção dos instrumentos. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA 2003).

Existe uma infinidade de instrumentos psicológicos comercializados no Brasil. Diante desta realidade, e com o intuito assegurar a qualificação progressiva da avaliação psicológica, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) desenvolve ações para regulamentar o uso e a comercialização dos testes psicológicos. Além das ações, destacam-se também as normatizações expressas por documentos como as resoluções 025/2001 e nº 002/2003 que orientam as ações.

Alchieri e Cruz (2003) ressaltam que o intuito do CFP é indicar os instrumentos com melhores qualificações ao mesmo tempo em que restringe o uso dos demais que não correspondem às especificações propostas. Ainda de acordo com estes autores estes instrumentos são alvos de questionamentos devido à qualidade e ao uso, uma vez que o profissional pode não dispor de conhecimentos necessários para aplicação o que ocasionará uma interpretação inadequada dos resultados. Tavares (2010, p. 42) salienta que “a maneira como os instrumentos são usados pelo psicólogo na avaliação psicológica é de importância fundamental para que a área seja vista como profissional e cientificamente responsável perante a sociedade”.

Os resultados das avaliações devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na modificação desses condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de avaliação psicológica. (CFP, 2003).

Apesar da vasta disponibilidade de testes atuais, Noronha e Reppold (2010) afirmam que os psicólogos contam com aproximadamente 114 instrumentos, dentro das organizações os mais utilizados segundo a revista de Psicologia da IMED são: IFP (Inventário Fatorial de Personalidade), o D2 (Teste de Atenção Concentrada), o Teste Poligráfico e o HTP (House, Tree, Person).

O IFP é indicado para avaliação individual ou coletiva e, de acordo com Alchieri e Cruz (2003), visa à identificação dos traços ou disposições individuais subjacentes a determinados estilos de comportamento. É utilizado para avaliar o indivíduo na expressão de 15 fatores (assistência, realização, intercepção, denegação, ordem, exibição, apoio, mudança, heterossexualidade, dominância, persistência, agressão, deferência, autonomia a afiliação).

O D2 é utilizado na avaliação da aptidão às profissões que exigem concentração e atenção visual. (Alchieri e Cruz, 2003).

O Teste Paleográfico é muito comum e bastante utilizado por psicólogos recrutadores em diversos concursos e organizações. Nele avalia a produtividade, rendimento e ritmo no trabalho, autoestima, ânimo, humor, vontade, relacionamento interpessoal, ordem, expressividade atitudes frente a figuras de autoridade. É um teste de personalidade.

O HTP é o teste projetivo mais usado em exame psicotécnico, seleção de pessoal, avaliação clínica, etc. Popularmente conhecido como desenho da casa (houve), da árvore (tree) e do pessoal (person). Tem como objetivo obter informação sobre como uma pessoa vivencia a sua individualidade em relação aos outros, e em facilitar a projeção de elementos da personalidade e de áreas de conflitos, identificados como o propósito de avaliação ou terapêutica. Ele também pode servir como auxiliar dos aspectos apurados em outros testes.

A Entrevista constitui uma importante ferramenta, podendo ser utilizadas em vários contextos e com diferentes objetivos. Na seleção de pessoal ela já é usada há algum tempo sendo necessária e auxiliar no processo de tomada de decisões. Seu objetivo é obter informações a respeito dos candidatos apurando suas competências. Em seleção de pessoal elas podem ser estruturadas ou não estruturadas. No primeiro caso, os procedimentos para sua realização são planejados com antecedência de acordo com a especificidade do cargo e o objetivo pretendido. Todos os candidatos ao mesmo cargo passam pelo mesmo processo. No segundo não há um roteiro a ser seguido ou quando ele existe é bem flexível. Faz inferências sobre as características atitudinais e de personalidade que são consideradas importantes para o desempenho da função.

De acordo com Baumgartl, *ET AL* (2010) na execução de um processo de seleção de pessoal o teste psicológico é utilizado com o objetivo de avaliar características cognitivas e de personalidade, os conhecimentos e competências do candidato no momento

em que ele concorre a uma vaga, e, a partir dos dados obtidos, pretende-se prever o seu desempenho associado ao trabalho ou cargo pretendido. Pereira, *ET AL* (2003) que os testes utilizados na seleção de pessoal é ferramentas úteis na medida em que guardam essa propriedade preditiva.

Contudo, torna-se imprescindível ressaltar, que existe uma gama enorme de testes criados e utilizados para explorar vários aspectos dos processos psicológicos. Cada um deles apresenta possibilidades e limites de utilização, cabe ao psicólogo definir o que é mais adequado ao realizar o processo avaliativo considerando sempre o contexto e o objetivo a ser alcançado. Nesse sentido, Tavares (2010) afirma que:

Um teste psicológico é um instrumento ou procedimento que precisa estar articulado a um construto psicológico (fundamentação teórica) e este construto precisa estar articulado a aspectos importantes da vida psíquica das pessoas (fundamentação empírica). Isso requer a existência de operações capazes de vincular o construto a comportamentos, a processos afetivos ou cognitivos. O uso dos testes de avaliação pode promover o desejo de autoconhecimento e favorecer a autoimagem; pode também ter efeitos deletérios ou iatrogênicos. Esse uso pode estigmatizar uma pessoa e marcá-la por toda uma vida. (TAVARES, 2010 p. 42).

A aplicação de teste constitui apenas um aspecto da avaliação psicológica. Nos âmbitos organizacionais inúmeras ferramentas podem ser utilizadas, como as entrevistas e dinâmicas de grupo. Os testes auxiliam a traçar um perfil do candidato, desde que utilizado corretamente, obedecendo aos princípios da cientificidade. Não deve servir como instrumento de exclusão ou rotular os indivíduos participantes do processo seletivos. Eles constituem parte de um conjunto de informações que são obtidas acerca dos candidatos. Este conjunto de informação auxiliará o selecionado a definir se o profissional possui o perfil necessário para atender a demanda da empresa e desempenhar com eficiência as atribuições do cargo ou função.

Como descrito anteriormente, a avaliação psicológica é um processo de coleta de dados, que inclui métodos e técnicas de investigação, dentre eles os testes psicológicos, que são instrumentos exclusivos do psicólogo. Esses instrumentos são úteis à medida que, quando utilizados adequadamente, podem oferecer informações importantes sobre os candidatos, em processos seletivos bem como na área de desenvolvimento de pessoal. De acordo com Ferreira e Santos (2010, p. 149) “no primeiro caso o foco da avaliação é o potencial de futuros candidatos a uma vaga ou emprego, enquanto na segunda o objetivo é verificar as possibilidades de elas serem mais bem aproveitadas internamente”.

Em busca de melhores perfis e objetivando alcançar níveis excelentes de qualidade por toda a organização, o psicólogo organizacional procura realizar um prognóstico do desempenho do novo funcionário, no caso específico do processo seletivo, realizando testes que identifica se o candidato possui o perfil mais adequado frente às exigências do cargo e objetivos da organização. Faz parte também do seu trabalho o acompanhamento das pessoas dentro das organizações promovendo o seu desenvolvimento e melhor desempenho de suas funções. Pode se dizer que o psicólogo organizacional atua como mediador na interação entre funcionário e organização contribuindo para o estabelecimento de uma relação de reciprocidade onde a meta é o sucesso organizacional.

É preciso colocar todo nosso conhecimento, habilidades e atitudes de “cientistas do comportamento humano” a serviço das pessoas contribuindo desta forma para empresas mais humanas, onde o lucro seja consequência natural do trabalho bem feito, porque é feito por pessoas felizes (SILVA, 2005, p 1).

A atuação do psicólogo nas organizações tem constituído objeto de investigação, provocando discussões entre os profissionais que exercem esta função e estudiosos que procuram identificar e analisar a atuação deste profissional no ambiente organizacional.

O percurso histórico trilhado pela Psicologia Organizacional e conseqüentemente, a visão do trabalho do psicólogo na organização, tem passado por diferentes concepções. De acordo com Dutra (2008), quando as empresas abriram espaço para os psicólogos atuarem em seu interior, acreditava-se que a função primordial deste profissional era o de selecionar pessoas, ou seja, contratar a pessoa certa para ocupar o lugar certo. De fato, este foi o primeiro espaço conquistado pelos psicólogos dentro das organizações. E, embora ainda hoje existem pessoas que acreditam que a função do psicólogo dentro das empresas é selecionar pessoas, a contemporaneidade aponta para as múltiplas perspectivas de atuação no sentido de constituir-se como agente facilitador no desenvolvimento de todas as potencialidades que o ser humano possui, mesclando as necessidades individuais com os objetivos coletivos. Zanelli (2009, p. 23) afirma que:

Durante longo tempo na história da psicologia industrial, os psicólogos voltaram-se apenas para o que acontecia dentro da organização. Somente mais recentemente passou-se a prestar atenção nas relações entre o contexto imediato de trabalho, a organização e seu ambiente externo. (...) A psicologia organizacional contemporânea enfatiza a interação das características do trabalhador, a natureza do trabalho, a estrutura organizacional e o ambiente externo.

A avaliação psicológica é por lei, prática exclusiva do psicólogo, contudo sua realização torna-se uma atividade controversa principalmente quanto se discute a utilização dos testes psicológicos. Nesse sentido, além da formação profissional que é colocada em xeque, uma vez que é necessária ética e conhecimento para conduzir um processo avaliativo dado a sua complexidade, também há de se considerar os recursos a serem utilizadas, as circunstâncias da realização, quais melhores instrumentos, e como serão interpretados os resultados, já que a avaliação pode assumir uma forma perversa se não for contextualizada tendendo a ser prejudicial à medida que pode rotular ou funcionar como mecanismo de exclusão.

Observada estas questões, no campo do desenvolvimento organizacional percebe-se que o psicólogo exerce importantes atividades que vão além do recrutamento e seleção de pessoal, tais como, descrição de cargos e salários, pesquisa de clima organizacional, treinamento e desenvolvimento, planejamento estratégico, avaliação de desempenho, trabalhos relacionados à saúde do trabalhador, entre outros. Toda a coordenação e elaboração das ações devem corroborar para o desempenho eficiente do pessoal para alcançar os objetivos pré-estabelecidos pela empresa. Por meio de procedimentos psicológicos reconhecidos pela comunidade científica o psicólogo organizacional procura analisar características do candidato ou do funcionário que agregarão valor a organização.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação psicológica possui uma importância considerável para as organizações na medida em que contribui para aperfeiçoar os processos de seleção de pessoal, auxiliam no desenvolvimento do potencial de cada funcionário, constituindo uma importante ferramenta na tomada de decisões.

É uma atividade exclusiva do psicólogo, mas que se apresenta de forma controversa complexa, pois engloba a utilização de vários instrumentos e recursos que demandam conhecimento por parte do profissional tanto no que se refere à utilização destes, quanto na interpretação dos resultados, que deve ser feita de forma contextualizada uma vez que os dados obtidos por meio de uma avaliação são influenciados por condicionantes históricos e sociais.

Nesse delineamento, a prática da avaliação psicológica dentro das organizações pode ser comprometida devido ao mau uso dos testes psicológicos. Sendo assim o profissional ao optar pela utilização dos testes, deve assegurar-se que o mesmo seja utilizado com segurança garantindo a cientificidade e legitimidade dos dados obtidos. Existe uma variedade de testes, cada um oferece possibilidades e limitações, cabe ao profissional, definir qual é adequado dentro do

Para que a avaliação psicológica cumpra sua função, é necessário que o método seja utilizado corretamente, calcado na cientificidade e na ética profissional. Dado que o objeto de investigação é o comportamento humano, e sendo este influenciado pelas relações estabelecidas pelo meio, deve-se considerar que o resultado da avaliação não abrange toda a dimensão do funcionamento psicológico. São claros os avanços na área, contudo há de se continuar os estudos para que os profissionais aprimorem as técnicas e instrumentos para atuarem como maior eficácia.

Dentro deste contexto torna-se imprescindível a necessidade primordial de se orientar e desenvolver os avaliadores para uso do método de avaliação de desempenho. Sendo que o objetivo principal de tal orientação é ampliar neles o estilo do bom avaliador, do gerenciador competente do funcionário avaliado. Essa concepção pode provocar ainda o desenvolvimento de determinadas peculiaridades de personalidade, ponderadas ajustadas ao correto aprendizado da função de avaliar.

REFERÊNCIAS

ALCHIERI, João Carlos e CRUZ, Roberto Moraes. **Avaliação psicológica: conceito, métodos e instrumentos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

BAUMGARTI, Viviane Oliveira; PAGANO; Andresa Pereira; LACERDA Jordana. **A utilização de testes psicológicos em organizações de Minas Gerais**. Versão On-line ISSN 1809-5267. Arq. Bras. psicol. Vol.62 n°. 2 Rio de Janeiro 2010.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000200016>. Acesso em: 16 de abril de 2023.

BRASIL, Conselho Federal de Psicologia. Resolução n° 002/2003 de 16 de março de 2003. **Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP n° 025/2001**. Brasília, 2003. Disponível em:<http://www.pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao2003_2.pdf> Acesso em 2 de abril de 2023.

_____, Conselho Federal de Psicologia. Resolução n° 007/2003 de 14 de junho de 2003. **Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP ° 17/2002**. Brasília 2003. Disponível em: <

http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf> Acesso em 2 de abril de 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações**. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1999.

DUTRA, D. **Qual é o papel do psicólogo nas organizações?** Disponível em: http://www.institutomvc.com.br/costacurta/artdd04_Psicologo_Organizacao.htm

Acesso em: 18 de abril de 2014.

FERREIRA, Maria Cristina; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos. **A avaliação psicológica no contexto organizacional e do trabalho**. In. Avaliação Psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão. Brasília, 2010.

FILHO, Marcilio Lira de Souza; Belo, Raquel e Gouveia, Valdiney Veloso. **Testes Psicológicos: Análise da Produção Científica Brasileira no Período 2000-2004** Psicologia Ciência e Profissão, 2006, 26 (3), 478-489. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n3/v26n3a11>> Acesso em: 16 de abril de 2023.

HUTZ, Claudio Simon. **Avanços e polemicas em avaliação psicológica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. Disponível em: <<http://www.casadopsicologo.com.br/avancosepolemicas.pdf>> Acesso em; 18 de abril de 2023.

NASCIMENTO, Regina Sonia Gattas Fernandes do Blanca e WERLANG Susana Guevara. **Avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo**. In. Avaliação Psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão. Brasília, 2010.

NORONHA, Ana Paula Porto e REPPOLD, Caroline Tozzi. **Considerações sobre a avaliação Psicológica no Brasil**. Psicol. Cienc. Professor [online]. 2010, vol.30, ISSN 1414-9893. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30nspe/v30speca09.pdf>> Acesso em: 05 de abril de 2023.

PEREIRA, F. M., PRIMI, R., COBÊRO, C. Validade dos testes utilizados em seleção de pessoal segundo recrutadores. **Psicologia: Teoria e Prática**, 5(2), p. 83-98. 2003.

SANTOS, Ana Lúcia. CALDEIRA, Dias da. **Avaliação de desempenho nas organizações públicas brasileiras com enfoque especial no poder judiciário**. 2014.

Disponível em: http://portaltj.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=1589eaf8-75e0-4104-929c6b5eb8ad6ac3&groupId=10136 Acedido em 21/10/2023.

SILVA, R. M. **O papel do psicólogo organizacional na gestão da qualidade Total**. 2005. Disponível em: <http://www.via6.com/topico.Php?Tid=3241>. Acesso em: 18 de abril de 2014.

TAVARES, Marcelo. **Da ordem social da regulamentação da avaliação psicológica e do uso dos testes**. In. Avaliação Psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão. Brasília, 2010.

ZANELLI, José Carlos. **O psicólogo nas organizações de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

**O PAPEL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO
PROCESSO DE REABILITAÇÃO DE ACIDENTE VASCULAR
CEREBRAL – AVC: uma revisão de literatura**

Mônica Lemos²²
Daniela Moreno de Camargo²³

RESUMO: Após o AVC, muitos pacientes apresentam complicações de saúde. Eles geralmente são incapazes de realizar tarefas diárias sem ajuda e também são extremamente sedentários. Além disso, os sobreviventes de AVC geralmente têm baixos níveis de participação social. Isso ocorre porque as iniciativas de saúde pública não estão equipadas para oferecer programas eficazes de reabilitação para pacientes com deficiências de longo prazo. Isso ocorre porque a maioria dos programas atende apenas pacientes com deficiências de curto prazo ou status social menos significativo. Pessoas com alto status não são afetadas por essas ineficiências e podem continuar com seus estilos de vida como eram antes do derrame. Este trabalho apresenta uma análise detalhada de como o tratamento de um AVC ajuda a vítima a se recuperar em todos os aspectos de sua vida. Ele usa métodos descritivos e qualitativos, como pesquisa bibliográfica para coletar informações. Esses métodos permitem ao autor avaliar as consequências físicas, mentais e sociais do AVC; bem como tratar quaisquer danos ou deficiências causados pelo próprio acidente vascular cerebral ou suas consequências naturais. Os resultados apontam para a importância do educador físico em um processo extremamente complexo de recuperação, como é o caso do AVC.

Palavras-chave: Educador Físico. AVC. Recuperação.

ABSTRACT: After stroke, many patients experience health complications. They are usually unable to carry out daily tasks without assistance and are also extremely sedentary. Furthermore, stroke survivors often have low levels of social participation. This is because public health initiatives are not equipped to provide effective rehabilitation programs for

²² Bacharelada em Educação Física e Pós-Graduada em Educação Física Hospitalar pela Famart.

²³ Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG.

patients with long-term disabilities. This is because most programs only serve patients with short-term disabilities or less significant social status. High status people are not affected by these inefficiencies and can continue with their lifestyles as they were before the stroke. This paper presents a detailed analysis of how treating a stroke helps the victim to recover in all aspects of their life. It uses descriptive and qualitative methods such as bibliographical research to gather information. These methods allow the author to assess the physical, mental and social consequences of stroke; as well as treating any damage or disability caused by the stroke itself or its natural consequences.

Keywords: Physical educator; stroke; Recovery.

1 INTRODUÇÃO

Os profissionais de educação física têm um papel fundamental na recuperação do AVC. Eles ajudam os pacientes a aprender como se recuperar por meio da atividade física. Isso porque os pacientes de AVC, ou Acidente Vascular Cerebral, recebem tratamento de um profissional da área. A principal preocupação do presente estudo é determinar a eficácia das atividades físicas assistidas e programadas por um educador físico no tratamento de pacientes que sofreram um acidente vascular cerebral. Ao apresentar a necessidade do profissional Educador Físico no suporte ao paciente com AVC, este trabalho pretende explicar como a atividade física pode auxiliar na prevenção do AVC.

Isso é feito destacando os requisitos específicos que definem um derrame, como pressão arterial e problemas de circulação. Além disso, explica os tratamentos mais recomendados para o AVC e o processo de recuperação. Um acidente vascular cerebral ou acidente vascular cerebral pode tornar um paciente incapaz de mover seus membros do mesmo lado do corpo. As pessoas diagnosticadas com esta doença podem apresentar paralisia, privação da fala e perda de visão em uma parte do campo visual. Algumas pessoas podem até entrar em coma ou morrer.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o papel do profissional de Educação Física no processo de reabilitação de Acidente Vascular Cerebral (AVC), por meio de uma revisão de literatura. Os objetivos específicos desta pesquisa são: analisar a literatura

científica disponível sobre a atuação do profissional de Educação Física no processo de reabilitação de pacientes que sofreram um AVC, identificando as abordagens terapêuticas e intervenções utilizadas nesse contexto e investigar os benefícios da prática de exercícios físicos e atividades motoras na reabilitação pós-AVC, considerando aspectos como melhoria da capacidade funcional, equilíbrio, coordenação motora, força muscular e qualidade de vida dos pacientes.

Nesse sentido, o problema de pesquisa da presente pesquisa pode ser exemplificado pela seguinte questão: qual é o papel do profissional de Educação Física no processo de reabilitação de pacientes que sofreram um Acidente Vascular Cerebral (AVC) e como suas intervenções contribuem para a recuperação funcional, qualidade de vida e reintegração social dos indivíduos afetados?

Os mecanismos de busca utilizados para a elaboração deste trabalho foram: Google Acadêmico e plataformas como Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), disponíveis em português e inglês. Os critérios de inclusão referem-se à idade de publicação do artigo ou livro, que não pode ser superior a dez anos, ao idioma mencionado acima e à relação direta com o tema. Artigos que não foram academicamente reconhecidos, produzidos e publicados fora dos períodos de tempo acima, ou em idiomas diferentes dos listados acima, são excluídos da bibliografia.

A produção deste trabalho foi possibilitada pela análise criteriosa e compreensão dos dados coletados por meio de pesquisa bibliográfica realizada na plataforma de artigos acadêmicos. Ao final da triagem para melhor especificação dos estudos com base na presença dos descritores, restaram 16 artigos considerando os critérios de inclusão e aprimoramento dos descritores de busca. Destes, foi realizada leitura e releitura, avaliando assim a pertinência dos artigos dentro do contexto do estudo, restando 07 artigos. Continuando a busca, todas as publicações duplicadas são excluídas para facilitar a leitura e compreensão dos artigos selecionados. Existem também temas que não atendem aos objetivos da revisão, tratando de temas diversos como abordagem geral.

A justificativa de pesquisa se relaciona com o fato de que recuperar-se de um AVC significa recuperar-se de déficits físicos, intelectuais, psicológicos e sociais causados pelo próprio AVC ou suas consequências naturais. Este processo também deve ajudar o indivíduo a curar qualquer dano causado pelo acidente vascular cerebral ou as

consequências de seus efeitos em longo prazo. É fácil entender por que os pacientes com AVC precisam da ajuda de fisioterapeutas, educadores físicos e outros especialistas.

Os efeitos posteriores do AVC – como função motora prejudicada e problemas de mobilidade – causam danos significativos ao corpo como um todo. Consequentemente, é fácil ver como o foco no tratamento e na recuperação do AVC ajuda a aliviar a dor e melhorar a qualidade de vida. As pessoas que sofrem de AVC também podem reduzir as chances de sofrer um AVC praticando exercícios regularmente. Isso ocorre porque o exercício regular melhora a saúde cardiovascular e reduz o risco de desenvolver obesidade, diabetes ou doenças cardíacas.

2 DESENVOLVIMENTO

O perfil epidemiológico brasileiro deslocou-se para doenças crônico-degenerativas, como autoimunidade, distúrbios cardiocirculatórios e endócrinos, doenças cancerígenas, acidente vascular encefálico (AVC) e infartos do miocárdio. Em países industrializados como o Brasil, o AVC é a causa mais comum de morte e a terceira causa mais comum de incapacidade entre adultos e idosos. O investimento de longo prazo no desenvolvimento de vacinas levou a esse resultado (MACHADO et al., 2011).

O AVC é uma doença silenciosa que causa incapacidade e dependência significativa para adultos e idosos. É a principal causa de incapacidade em adultos e idosos, sendo também a principal causa de incapacidade funcional no mundo. Em até 50% dos indivíduos é fatal; especialmente 6 meses após sua ocorrência inicial. Isso ocorre porque muitos sobreviventes apresentam déficits neurológicos significativos ou incapacidade contínua após a ocorrência do AVC. Devido ao aumento das taxas de doenças nos países em desenvolvimento, as doenças crônicas não transmissíveis superam as taxas dos países desenvolvidos. A partir de agora, cerca de dois terços dos AVCs - ou derrames - ocorrem nesses países. A HAS tem papel significativo nisso; aumenta significativamente o risco de desenvolver AVC (MACHADO et al., 2011).

No Brasil, as doenças cardiovasculares causam a maioria das mortes causadas por acidentes vasculares cerebrais. Isso porque aproximadamente 80% dos casos de AVC são causados por uma obstrução em um vaso sanguíneo no cérebro (isquêmico), e os 20% restantes são causados por sangramento no cérebro (hemorrágico). O risco de AVC

aumenta com a presença de múltiplos fatores. Estes incluem história familiar, sexo, raça, idade, baixo nível socioeconômico, doenças cardíacas, diabetes mellitus (DM), obesidade, alcoolismo, sedentarismo e outros. Além disso, alguns fatores são modificáveis e outros não. Ao diagnosticar um acidente vascular cerebral, é importante considerar outras causas possíveis. Estes incluem as condições listadas acima que resultam em déficits neurológicos e uma rápida progressão da doença (MACHADO et al., 2011).

Estes incluem tumores cerebrais, abscessos, encefalite e enxaqueca. Também é importante considerar o impacto da saúde pública na ciência – em particular as estatísticas sobre derrame e seus efeitos. Isso ocorre porque a síndrome de Guillain-Barré e a paralisia de Bell são distúrbios agudos de paralisia periférica causados por derrames. Na maioria dos casos, as vítimas de AVC lutam para manter uma alta qualidade de vida devido aos efeitos combinados de sua doença e baixo nível socioeconômico. Isso ocorre porque a falta de programas públicos para ajudar as pessoas a se recuperarem de doenças e de baixa renda as coloca em desvantagem (MACHADO et al., 2011).

Baldin (2009) explica que pessoas com doenças crônicas são ainda mais desfavorecidas do que a média. Essas pessoas precisam de acesso a cuidados de saúde e programas de apoio adequados, projetados para ajudá-los a recuperar a independência funcional e continuar participando de atividades sociais após um AVC. O AVC, ou acidente vascular cerebral, é a perda repentina de fluxo sanguíneo para o cérebro causada pelo bloqueio de uma artéria ou ruptura de uma veia. O AVC pode ser causado por acidente vascular cerebral isquêmico, no qual uma artéria se fecha devido à falta de fluxo sanguíneo, ou acidente vascular cerebral hemorrágico, no qual uma veia se rompe e o sangue vaza para as artérias.

Mencionados nos aspectos clínicos do AVC estão os déficits na compreensão sensorial, motora, de equilíbrio, de marcha e de linguagem. Além disso, as pessoas que sofrem de AVC podem apresentar déficits nas habilidades motoras, como controle motor e hemiplegia – perda de controle sobre um lado do corpo. As pessoas que se recuperaram de um derrame geralmente têm baixa aptidão física. Além disso, é provável que sejam sedentários — dependendo de terceiros para as atividades diárias e geralmente com baixa participação social. Esses indivíduos muitas vezes lutam com aspectos familiares, religiosos, profissionais, cívicos ou sociais relacionados a hobbies e lazer (BALDIN, 2009).

A atividade física regular tem um efeito positivo significativo na redução dos sintomas de depressão, aumento das funções cognitivas, como memória e melhores níveis de energia. Também melhora a qualidade de vida geral e resulta em mais engajamento social pós-AVC. À medida que a população envelhece e as doenças mudam, as condições crônicas são mais difíceis de tratar. Essa sobrecarga nos serviços públicos de saúde pode levar ao cuidado desnecessário de pacientes idosos com doenças degenerativas. É claro que as pessoas mais velhas com altos níveis de dependência têm níveis de aptidão física mais baixos. Isso ocorre porque eles são menos capazes de manter a homeostase e utilizam menos os reflexos motores. Também mostra que quanto mais dependente um idoso é, menor a probabilidade de realizar tarefas diárias (BALDIN, 2009).

Segundo Piassaroli et al., (2012) isso porque o exercício regular ajuda os idosos a melhorar o controle motor e a agilidade – o que lhes permite continuar as funções da vida diária de forma independente. Depois de sofrer um AVC, tanto a saúde física quanto a mental podem melhorar com o tratamento adequado. Exercícios e atividades regulares podem ajudar a melhorar a força cardiovascular, a capacidade de caminhar e a força muscular nos braços e pernas. Esses benefícios são comprovados por extensa pesquisa. A atividade física aumenta naturalmente a sensação de bem-estar, alivia os sintomas de depressão e ansiedade e beneficia o corpo.

Também aumenta a autoestima, diminui os níveis de açúcar no sangue, aumenta o consumo de oxigênio e a capacidade pulmonar, aumenta a força e a capacidade do músculo cardíaco, aumenta a redução da pressão arterial, aumenta a redução da gordura corporal e aumenta a massa muscular. O exercício adequado e disciplinado pode levar ao aumento da massa muscular, diminuir os níveis de colesterol e diminuir a pressão arterial. Também pode aumentar os níveis de colesterol HDL para prevenir a formação de placas de gordura nas artérias. Além disso, este exercício pode combater a pressão alta, diminuindo os níveis de pressão arterial (PIASSAROLI et al., 2012).

Para se recuperar de forma mais eficaz de condições cardiovasculares e cerebrovasculares, como derrame, as pessoas precisam exercitar seus corações e cérebros. Fazê-lo combinado com um estilo de vida saudável melhora a eficácia do seu tratamento. Já que discutir os hábitos de vida típicos do brasileiro médio é tão importante, é importante observar como eles comem e se exercitam. a ingestão alimentar típica de uma pessoa ou grupo é referida como seu consumo alimentar. Quando

consideramos a palavra "consumo" isoladamente, percebemos que ela forma um padrão. Isso porque se relaciona com o ato de ingerir regularmente alimentos e bebidas (PIASSAROLI et al., 2012).

Segundo Silva et al., (2012) podemos inferir, a partir de um exame da preparação de refeições, que crianças, jovens e idosos costumam comer de maneira semelhante. Por exemplo, preparar alimentos fáceis de digerir, como macarrão ou pão, pode atrair essa faixa etária. Em contraste, os idosos costumam consumir alimentos altamente nutritivos – como carne ou frutas – o que contradiz os hábitos alimentares dos jovens. Fazer alterações na dieta de um indivíduo requer a coleta de informações sobre a ingestão alimentar geral da pessoa. Isso permite que os médicos entendam as razões pelas quais as pessoas escolhem comer alimentos específicos.

Esse entendimento os ajuda a trabalhar juntos para melhorar a saúde de seus pacientes, criando um padrão alimentar mais saudável para toda a família. Adolescentes e jovens têm padrões alimentares padronizados devido ao estilo de vida que levam. Eles valorizam o preço, o sabor e a conveniência de seus alimentos mais do que seu valor nutricional. Isso porque eles correm os dias, sempre com pressa. Eles também seguem tendências populares de consumo e raramente prestam atenção à qualidade de seus alimentos. Isso se aplica a adolescentes na escola; também se aplica a eles em casa. Os atuais modos de desenvolvimento dos países de economia avançada são resultado de sua histórica negligência econômica, social e de saúde. Isso leva à formação de um ciclo de doenças e mortes relacionadas ao declínio econômico, social e de saúde (SILVA et al., 2012).

Com o tempo, esse processo resulta em um presente alterado de uma era passada. As questões de saúde estão no centro da transição epidemiológica, que vê um aumento na expectativa de vida juntamente com um aumento nas taxas de doenças crônicas. Além disso, as taxas de mortalidade entre crianças diminuem, enquanto a taxa de doenças infecciosas diminui. Devido a essas mudanças nas tendências, as taxas de natalidade, mortalidade infantil e doenças relacionadas a bebês diminuem. Essas mudanças no mundo se correlacionam com uma mudança na forma como as pessoas se alimentam – da agricultura para a indústria. Como resultado dessa mudança, mais indivíduos sofrem com a obesidade e suas complicações de saúde associadas. Estas são características comuns dos países industrializados modernos (SILVA et al., 2012).

Pasin (2014) cita que a obesidade infantil está aumentando. Cada vez mais jovens sofrem de complicações cardiovasculares, hipertensão, diabetes e dislipidemia devido ao seu peso. Isso torna mais difícil para eles viver uma vida saudável e diminuir sua expectativa de vida. Em muitos países, 80% dos problemas de saúde são causados por doenças crônicas não transmissíveis. Essas doenças são causadas por fatores nutricionais, como alto teor de gorduras animais, gorduras trans, gorduras animais saturadas e açúcares. As pessoas também podem contrair essas doenças devido a escolhas de estilo de vida pouco saudáveis, como fumar, comer gorduras animais, alimentos carregados de açúcar e falta de exercícios.

Nos últimos 50 anos, mudanças significativas nos status demográfico e de saúde foram observadas como parte de uma rápida transição nutricional. Estudos mostram que o Brasil está passando por uma transição nutricional de alimentos de baixa qualidade para dietas mais baseadas em animais. Essa mudança é causada por uma dieta pobre, que causa desnutrição. Como resultado, muitas doenças crônicas – como doenças cardiovasculares e diabetes – agora são comuns entre os brasileiros. Isso se deve às dietas ricas em sódio e açúcar; esses alimentos substituem cereais, verduras, frutas e feijões (PASIN, 2014).

Segundo De Menezes Filho e De Souza (2019) as preocupações com a saúde pública envolvem os hábitos não saudáveis de lanches das pessoas. Esses hábitos levam as pessoas a cortar alimentos saudáveis em favor de alimentos ricos em calorias e pobres em nutrientes. Isso leva ao ganho de peso e até à obesidade para muitas pessoas. Vários estudos mostram uma correlação positiva entre o consumo de lanches de alta densidade energética e o ganho de peso e obesidade. Os professores de educação física precisam incorporar escolhas de estilo de vida saudável em suas aulas. Essas escolhas ajudam os alunos a promover uma melhor saúde geral e evitar fatores de risco que levam ao AVC. Eles também devem incentivar os alunos a melhorar a saúde do cérebro, aumentando a atividade cerebral por meio da atividade física. Com isso, os alunos podem combater uma das frentes de atuação do profissional de educação física.

A atividade física pode ser definida como toda e qualquer atividade física planejada, estruturada e repetitiva com o objetivo principal de melhorar e manter um ou mais componentes da aptidão física, que podemos alcançar na forma de caminhada contínua ininterrupta, atividades aquáticas e atividades sistemáticas. caminhada de uma hora como exemplo. Um programa de atividade física eficaz que visa promover a

recuperação e o desenvolvimento muscular após o AVC deve incluir atividades de baixo impacto com intervenção e acompanhamento direto de profissionais de educação física (DE MENEZES FILHO; DE SOUZA, 2019).

Para Liedtke (2014) a hidroginástica pode ser classificada como uma das atividades mais adequadas a essa necessidade específica, objeto do trabalho aqui apresentado, principalmente pelos efeitos do aumento da água e da redução da amplitude de movimento. A manipulação corporal na água é um dos programas de exercícios físicos mais indicados para idosos. Isso porque é um exercício que trabalha todos os músculos do corpo de um corpo mais velho juntos, mas o impacto é bastante reduzido devido aos efeitos benéficos da água, produzindo alívio e ajudando a aumentar as capacidades físicas como força e resistência. Além disso, cabe ressaltar que a incidência de fisioterapia devido a quedas ou doenças neurológicas e musculares em idosos é extremamente alta.

Isso comprova os benefícios da prática de hidroginástica e hidroterapia. A hidroterapia consiste na fisioterapia em que o principal agente de suporte é a água. Dito isto, a fisioterapia deve ser realizada em ambiente aquático aquecido em torno de 34°C, realizando exercícios específicos que possam tratar diversas condições clínicas. A água é considerada um recurso natural renovável porque uma das funções da água da chuva é repor a água. No entanto, existe uma grande diferença entre água intacta e água disponível para uso e consumo humano. Isso porque a água precisa atender a determinados padrões de qualidade quanto à sua composição química para ser considerada potável (LIEDTKE, 2014).

Acredita-se que a água não tratada contenha mais de 50 constituintes químicos, e os recursos hídricos utilizam processos químicos, físicos e biológicos para diluir esses constituintes nocivos à saúde humana. A água existe na natureza nos estados líquido, sólido e gasoso. Quanto à sua localização, esta água pode ser subsuperficial, atmosférica ou superficial. Os recursos hídricos disponíveis e utilizados no Brasil são provenientes de águas superficiais ou subterrâneas, que são utilizadas para diversas atividades exigidas pela sociedade moderna, como geração de energia, abastecimento residencial, industrial, etc. Vale ressaltar que os tratamentos de spa não são novidade (LIEDTKE, 2014).

Este recurso fisioterapêutico tem sido utilizado ao longo dos anos como terapia de relaxamento ou para tratar uma série de doenças. O principal público que se destaca nesta prática são os idosos, pois a hidroterapia tem múltiplos benefícios para uma série

de doenças que acometem o público como: Artrite, Osteoartrite, Reumatismo, Hérnias, Dores nas Articulações, Alterações Neurológicas, Inchaço nos membros e entre outras. De uma forma geral, pode dizer-se que a eficácia da hidroterapia está relacionada com a utilização de determinados atributos, nomeadamente: a água e a sua temperatura, o peso corporal do próprio indivíduo, os utensílios que podem ser utilizados como apoio, como superfícies de piscina, pranchas, etc., e os conhecimentos de fisioterapia do responsável pela sessão (LIEDTKE, 2014).

Dentre as propriedades fisioterapêuticas da hidroterapia, a adesão a esse tratamento pode trazer diversos benefícios, como: fortalecimento muscular, alívio de dores musculares ou articulares, melhora do equilíbrio e da coordenação motora, promoção do relaxamento muscular, redução dos distúrbios do sono, redução do estresse e da ansiedade, aumento da amplitude articular e melhorar as condições que afetam o sistema cardiorrespiratório. Existem muitos exercícios de hidroterapia que podem promover uma melhora significativa no quadro do paciente, como o exercício que consiste em flutuar com o apoio da cintura, punhos ou tornozelos, alongar totalmente os músculos do corpo, ou relaxar. A rotação dos músculos do corpo, exercícios chamado para reduzir pontos específicos de alta pressão, ou para respiração, equilíbrio e habilidades psicomotoras.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todos os artigos, o AVC é considerado uma patologia que agrava o comprometimento funcional, indicando a necessidade de intervenção precoce imediatamente após o AVC, mas também evitável por meio de mudanças no estilo de vida, atividade física e conscientização dos benefícios do exercício a curto, médio e longo prazo, esta patologia é o termo para esta prática em termos de qualidade de vida.

Na pesquisa realizada e na análise dos documentos extraídos, confirmou-se a influência internacional do enfoque na reabilitação dos sobreviventes de AVC, esclareceu-se a aplicação prática do exercício físico, e em pós imediato, facilitou eficazmente a rapidez para atingir os anteriores Objetivo definido, determinar os benefícios da atividade física em sobreviventes de AVC.

Deve-se notar que as intervenções associadas a programas estruturados de atividade física permanecem raras, especialmente em nosso meio, onde as taxas de reabilitação do AVC são altas, apesar das evidências científicas que a recomendam como uma intervenção periódica em todas as medidas de saúde.

Pesquisas futuras podem expandir nosso conhecimento sobre o papel do profissional de Educação Física no processo de reabilitação de Acidente Vascular Cerebral (AVC) e fornecer insights valiosos para aprimorar as intervenções e os resultados. Como investigar a eficácia de diferentes abordagens de exercícios físicos na reabilitação pós-AVC, considerando variações de intensidade, duração e tipos de atividades, a fim de identificar quais estratégias são mais benéficas para cada estágio da recuperação e explorar a importância da abordagem multidisciplinar na reabilitação pós-AVC, avaliando a colaboração entre profissionais de saúde, incluindo fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, em conjunto com o profissional de Educação Física.

Portanto, a pesquisa em torno do exercício físico e da reabilitação pós-AVC é de vital importância para melhorar os resultados e a qualidade de vida dos sobreviventes de AVC. Esta justificativa de pesquisa destaca a necessidade de estudos adicionais e intervenções práticas para implementar e popularizar a atividade física estruturada como uma parte crucial da recuperação pós-AVC. Também sugere a necessidade de aprofundar nossa compreensão do papel dos profissionais de Educação Física na coordenação e administração de tais programas. Espera-se que este trabalho proporcione um impulso para futuras pesquisas e práticas neste campo, incentivando uma abordagem mais holística e multidisciplinar para a reabilitação pós-AVC.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luciene Miranda de et al. A problemática do cuidador familiar do portador de acidente vascular cerebral. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 43, p. 37-43, 2009.

BALDIN, Alexandre Duarte. Atividade física e acidente vascular cerebral. *ComCiência*, n. 109, p. 0-0, 2009.

DE MENEZES FILHO, Francisco Pereira; DE SOUZA, Flaviano Gonçalves de Lopes. Os benefícios da hidroterapia em pacientes pós acidente vascular cerebral (AVC). 2019.

DE PAULA PIASSAROLI, Cláudia Araújo et al. Modelos de reabilitação fisioterápica em pacientes adultos com sequelas de AVC isquêmico. *Revista Neurociências*, v. 20, n. 1, p. 128-137, 2012.

LIEDTKE, Giane Veiga. Comparação dos efeitos de diferentes métodos de treinamento de hidroginástica no equilíbrio corporal e na aptidão física de mulheres idosas. 2014.

MACHADO, Sergio et al. Terapia-espelho aplicada à recuperação funcional de pacientes Pós-Acidente Vascular Cerebral. *Revista Neurociências*, v. 19, n. 1, p. 171-175, 2011.

MESQUITA, Mariann Gonçalves; MEJIA, Dayana Priscila Maia. Efeitos da facilitação neuromuscular proprioceptiva (FNP) na melhora global do paciente acometido por acidente vascular cerebral (AVC).

MOREIRA, Thereza Maria Magalhães et al. Caracterização dos pacientes acompanhados pelo programa HiperDia em uma unidade básica de saúde da família em Fortaleza. *Nursing (São Paulo)*, p. 137-142, 2009.

PASIN, Camila Torriani. Qualidade de vida após um AVC: os efeitos da prática de atividade física regular em pacientes crônicos. *Revista Neurociências*, v. 22, n. 2, p. 168-169, 2014.

SILVA, T. R. et al. Efeitos de um programa psicomotor em um indivíduo com poliomete e sequelas de acidente vascular cerebral. *Motricidade*, v. 8, n. 2, p. 339-347, 2012.

ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA E DA TECNICIDADE NO PSICODIAGNÓSTICO EM DEMANDAS JURÍDICA

Junia Aparecida da Silva²⁴
Pauliane Aparecida de Moraes²⁵

RESUMO: O presente trabalho, tem como objetivo analisar qual seria a relevância da aplicação da ética e da técnica no psicodiagnóstico em demandas judiciais, e os reflexos decorrentes de sua inobservância. Na primeira parte, serão estudados aspectos gerais acerca da ética, o alicerce do Código de Ética Profissional do Psicólogo e brevemente das certas atribuições do CRP. Na segunda parte houve a exploração do psicodiagnóstico em sua contextura, e também, a verificação da necessidade do domínio dos instrumentos, entrevistas, testes, técnicas e procedimentos para a compreensão do estado psicológico do paciente no psicodiagnóstico, uma vez que o magistrado pode utilizar como embasamento para formar a sua decisão, o parecer do profissional. Na terceira parte houve uma averiguação acerca das responsabilidades que o Psicólogo está submetido ao realizar uma avaliação psicológica em uma demanda jurídica, foi possível constatar que é possível a responsabilização administrativa, civil e penal pelas más condutas. Com isso, é possível compreender a dimensão de responsabilidade que está alocada ao Psicólogo em uma demanda judicial, a ética e a tecnicidade são pilares fundamentais de um trabalho retilíneo e legal, sua inobservância atrapalha o julgamento das causas e prejudica os pacientes, entretanto há a responsabilização civil, administrativa e penal para aqueles que não observarem os padrões de conduta. Na presente pesquisa foi adotado o método de pesquisa bibliográfica, utilizando-se de artigos, livros e obras que versam acerca dos tópicos trabalhados.

Palavras-chaves: Ética. Psicodiagnóstico. Relevância. Responsabilidade.

1 INTRODUÇÃO

²⁴Graduação em Psicologia pela Faculdade Patos de Minas – FPM. Patos de Minas (MG) E-mail juninhasilvasg@gmail.com

²⁵ Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart –Itaúna-MG. Graduada em Psicologia, Especialista em Psicopedagogia e Mestre em Educação.

Fazendo uma análise do ordenamento jurídico brasileiro, é embrionária a presença da psicologia no âmbito do Direito. No que cerne as terras brasileiras, um dos primeiros relatos de atuação da psicologia forense foi, de acordo com Pinheiro (2022, p.17) “[...] em 1954, Napoleão Teixeira inseriu a psicanálise na prática forense ao apontar os possíveis fatores inconscientes que levam o indivíduo a praticar um “ato infracional [...]”.

A psicologia no Direito exerce um papel de incomensurável importância no decorrer das demandas, uma vez que o magistrado é um profissional do Direito, sendo assim, há demandas que em se necessita de um profissional para exercer uma assistência técnica no processo quando, por exemplo, as provas dependerem de conhecimento técnico ou científico, de acordo com o Art. 156 do Código de Processo Civil. (BRASIL, 2002).

A relação entre o processo psicodiagnóstico e a psicologia forense possui grande importância, porém, também é fundamental que a atuação do profissional frente às avaliações psicológicas seja com total ética, verossimilhança, imparcialidade e técnica. As considerações avaliativo-investigativas devem ser conduzidas de maneira sábia no que tange o diagnóstico do ser e das peculiaridades do caso, uma vez que essa análise irá auxiliar o magistrado nas convicções de suas decisões.

Conforme PUTHIN, AMARAL e RODRIGUES (2018, p.62),

Além disso, o psicólogo precisa estar atento às limitações dos instrumentos utilizados por ele, bem como ao caráter situacional da avaliação realizada. **Nunca se esquecendo de que qualquer atividade de atuação do psicólogo está sob as regras do Código de Ética Profissional do Psicólogo. Por isso, o profissional da Psicologia deve sempre refletir sobre as implicações éticas, políticas e sociais do seu trabalho.** (grifo nosso)

Com a presente pesquisa, foi utilizando o método de pesquisa bibliográfico de artigos, livros e obras que versam da ética e da tecnicidade no Psicodiagnóstico e sua relevância nos processos judiciais por parte do psicólogo, com o objetivo de analisar a perspectiva dos padrões esperados quanto às práticas referendadas pela categoria profissional, buscando-se inferir o porquê o Código de Ética Profissional do Psicólogo deve ser observado pelo profissional a utilização da tecnicidade, responsabilidade, ética e profissionalidade.

Há a presença do profissional da psicologia em muitos processos judiciais, e o Juiz é um atuante do Direito e não tem a qualificação necessária para fazer uma análise de

caso, sendo assim, o parecer de um Psicólogo tem grande peso em uma demanda, podendo mudar totalmente o rumo do processo, e é esperado que seu posicionamento seja o mais técnico possível no que tange o Psicodiagnóstico, e também, os demais métodos utilizados. Sendo assim, a presente pesquisa pretende responder a seguinte pergunta: qual é a relevância da ética e da técnica no psicodiagnóstico em demandas judiciais, e as consequências de sua inobservância?

Sendo assim, o respectivo trabalho está pautado em auferir o porquê o Psicólogo deve, obrigatoriamente e incondicionalmente, executar seus trabalhos em demandas judiciais de maneira íntegra, resguardando ética e demais valores basilares, e também, auferir o grau de responsabilidade administrativa, civil e penal que o profissional está condicionado ao exercer suas atividades na compreensão do ser biopsicossocial.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Ética profissional

A ética é um dos campos de estudo Filosofia, que se delinea, em sentido genérico, de acordo com Sá (2019), como a ciência da conduta de nós, seres humanos, perante o ser e os nossos semelhantes. Sendo assim, a condução das atividades humanas é força motriz de muitos acontecimentos sócio-políticos que abarcam nossos semelhantes e influenciam diametralmente o presente e o futuro.

Conforme Bittar (2019, p.404), “por sua vez, a ética profissional se destaca de dentro da ética aplicada como um ramo específico relacionado aos mandamentos basilares das relações laborais”.

Podemos compreender então Ética Profissional como um dos ramos da ética que se aplica os princípios, valores e virtudes que devem ser observadas no contexto de trabalho. Sendo assim, para facilitar a organização desses preceitos no ramo profissional, determinadas profissões possuem seu Código de Ética.

No que tange a Psicologia, essa ciência possui o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP), sendo que o primeiro Código de Ética da Psicologia foi criado, conforme Souza (2021, p. 8), “[...] entre os anos de 1966 e 1967 pela extinta Associação Brasileira de Psicologia (ABP), entidade que antecedeu o Conselho Federal de Psicologia”.

E o referido Código de Ética Profissional do Psicólogo possui caráter obrigatório no que cerne o exercício da profissão, e há, por parte do CRP há a fiscalização da conduta moral do profissional e regulamentação das diretrizes a serem seguidas pela categoria. Conforme Souza (2021, p. 11), “Da mesma forma, o CRP é responsável pelo aperfeiçoamento e fiscalização do fazer em Psicologia e por decisões relativas às possíveis faltas éticas, cumprindo importante papel social”.

Sendo assim, esse conjunto de regras e normas que regulam as condutas profissionais do Psicólogo garantem a lisura na condução dos trabalhos. E a inobservância dos preceitos éticos podem cominar diversas sanções aos que não respeitarem seu corpo literário.

2.2 Psicodiagnóstico: técnica e ética como baluartes fundamentais

Preliminarmente, precisamos pontuar que o respectivo processo diagnóstico, ou seja, psicodiagnóstico, é um dos desmembramentos do gênero “Avaliação Psicológica”. Podendo ser compreendida, de acordo com HUTZ, BANDEIRA e TRENTINI (2016, p. 27),

Atualmente, a avaliação psicológica é entendida como um processo que permite descrever e compreender a pessoa em suas diferentes características, investigando tanto aspectos da personalidade quanto aspectos -cognitivos, abordando possíveis sintomas, questões do desenvolvimento, questões neuropsicológicas, características adaptativas e desadaptativas, entre outros, permitindo, assim, que se chegue a um prognóstico e à melhor estratégia e/ou à abordagem -terapêutica necessária.

O termo psicodiagnóstico pode ser compreendido, como um procedimento científico em que há por parte do profissional a utilização de técnicas e/ou testes que tem-se por objetivo central a avaliação de uma ou variadas características psicológicas do paciente, e com isso, gerar um diagnóstico psicológico embasado na compreensão da situação avaliada, de maneira detalhada ou dinâmica. (HUTZ, BANDEIRA e TRENTINI, 2016).

Logo, em linhas gerais, o mesmo se delinea em um dos tipos de Avaliação Psicológica que tem como repertório de técnicas, procedimentos e testes que tem por finalidade alcançar uma conclusão acerca do estado psicológico o qual o paciente se encontra.

Conforme a Resolução 006/2019 do CFP (2019, p.3) :

A(o) psicóloga(o) deve: construir argumentos consistentes da observação de fenômenos psicológicos; empregar referenciais teóricos e técnicos pertinentes em uma visão crítica, autônoma e eficiente; atuar de acordo com os princípios fundamentais dos direitos humanos; promover a relação entre ciência, tecnologia e sociedade; garantir atenção à saúde; respeitar o contexto ecológico, a qualidade de vida e o bem-estar dos indivíduos e das coletividades, considerando sua diversidade.

A avaliação psicológica no processo do psicodiagnóstico é altamente necessária no campo jurídico quando se há a necessidade de diagnósticos que podem contribuir no curso de uma demanda, necessitando assim de um profissional capacitado e ético.

Isso pode ser ilustrado nas palavras de Pinheiro, (2022, p.17)

Na atualidade, o papel do psicólogo vem crescendo, alcançando maior importância e reconhecimento, no contexto jurídico brasileiro. Além da responsabilidade pela avaliação psicológica – o psicodiagnóstico forense –, compete ao psicólogo a terapêutica das vítimas e agressores, dentre outras funções.

Mendes, Nakano, Silva e Sampaio (2013), desenvolveram um estudo e experimento no campo da Avaliação Psicológica que envolvia a presença de estudantes e profissionais da Psicologia com o objetivo de auferir o domínio deles acerca de conceitos e conhecimentos, realizado em um Congresso de Psicologia no ano de 2010. Envolvendo assim 40 estudantes e 40 psicólogos, as autoras elaboraram o teste e em ele condizia em um questionário aberto com 6 perguntas. Na referida prova, foram abordados os seguintes temas: O que é a avaliação psicológica, métodos que podem ser utilizados nesse processo, Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), conceitos de validade e precisão e Requisitos mínimos para a aprovação de um instrumento. Ao final da realização desse estudo, no que tange os estudantes, não foi revelado o semestre o qual estavam designados, entretanto, ao analisar os resultados, os mesmos se mostraram preocupantes. E em relação aos profissionais, que é esperado uma alta pontuação, obtiveram uma classificação não esperado pela pesquisa.

Os resultados trazem preocupação, uma vez que era esperado um certo domínio da avaliação psicológica e do processo psicodiagnóstico, principalmente no que tange os profissionais. Para a realização de uma Avaliação Psicológica, logo, de um Psicodiagnóstico eficaz, é imprescindível o domínio profissional, das técnicas e conhecimento pontual no que tange os testes avaliativos. De acordo com Pinheiro (2022, p.40) “a análise psicológica realizada pelo processo de psicodiagnóstico (que inclui entrevistas, leitura dos autos, observações e aplicação de testes psicológicos) tem por objetivo apontar elementos que auxiliem o juiz em sua decisão”.

Em um contexto fático de um caso de Direito de Família, o qual um Psicólogo, após a realização avaliação psicológica, especificamente o psicodiagnóstico, em uma demanda jurídica, e realiza um diagnóstico em que não foi observada a técnica em um dos testes TAT e HTP, e a análise de traços da personalidade da mãe da criança foi equivocada. O magistrado pode levar em consideração o posicionamento do profissional e poderia conceder, por exemplo, a guarda unilateral desse filho para uma mãe que possui transtorno esquizoide, o que poderia afetar esse contexto familiar.

Tendo como base que a ética, conforme foi trabalhada de maneira preliminar anteriormente, se baseia na ciência da conduta do ser humano frente aos seus semelhantes, um Psicólogo que, mesmo sem ter o domínio técnico, age, é um profissional que não segue os padrões éticos de conduta para com o paciente. É um atuante da Psicologia que é imperito e antiético, e que pode causar danos inimagináveis.

2.3 Responsabilidade administrativa, civil e penal

Concernente com o exposto anteriormente, podemos denotar claramente os riscos contido nessas ações compostas pela ausência de tecnicidade e ética. A classe profissional possui uma responsabilidade de importância muito grande em suas mãos: o paciente. O Psicólogo deve estar sempre atento e em dia com seus conhecimentos e se atualizando constantemente acerca das inovações do âmbito de sua ciência. Como é trabalhado pelo Art. 1º, alínea C, no âmbito dos deveres fundamentais do psicólogo, de acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, CEPP (2005, p.8):

Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional.

A inobservância da tecnicidade e da ética no decurso no psicodiagnóstico de uma demanda jurídica possui penalidades contundentes. Seja para um Psicólogo que em exercício habitual e também para assistente técnico ou perito em uma demanda jurídica, há sanções respectivas às suas ações. O Art. 21 do Código de Ética Profissional do Psicólogo dispõe em seu corpo a responsabilidade administrativa, ou seja, as consequências das transgressões dos preceitos do código, constituem infrações, conforme disciplinares com penas de, CEPP (2005, Art. 21),

a) Advertência;

- b) Multa;
- c) Censura pública;
- d) Suspensão do exercício profissional, por até 30 (trinta) dias, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia;
- e) Cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.

O nosso Código Civil em seu Art. 186, fica claro que uma pessoa que por suas ações ou omissões, sendo elas, voluntárias, negligentes ou imprudentes, causar dano a alguém, ainda que seja moral, comete um ato ilícito. (BRASIL, 2002).

Sendo assim, o Psicólogo que causar certo dano a um paciente, comete uma ilicitude, e cometendo isso o Art. 927 do Código Civil revela a obrigação de se indenizar esse dano, em virtude do ato ilícito. (BRASIL, 2002). Configurando-se assim, a responsabilidade civil.

No Código Penal, em seu Art. 342 é destacado a responsabilidade penal que um perito pode ser enquadrado, ou seja, se em um processo judicial ou administrativo, inquérito policial e juízo arbitral, o Psicólogo, falsear, negar ou calar com a verdade, poderá ter uma pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa. (BRASIL, 1940).

O Psicólogo na condução do psicodiagnóstico em uma demanda jurídica ou clínica, não pode ter uma conduta imprudente, seja pela falta de imperícia ou moral, em seu exercício profissional. O mesmo poderá, além de incorrer em diversas sanções administrativas, civis e penais, ocasionar danos pontuais em contextos familiares e/ou psicológicos às partes processuais.

3 CONCLUSÃO

Em virtude dos fatos elencados anteriormente, é possível concluir com a respectiva pesquisa que é transparente a incomensurável importância da observância da ética e da tecnicidade no psicodiagnóstico no que tange baluartes jurídicos.

A literatura do Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP), do Código Civil e do Código Penal vislumbraram claramente as consequências da inobservância da ética, perícia, cientificidade e prudência pelo profissional. Há a incumbência de sanções que podem abranger desde uma advertência ou até uma reclusão com multa.

Há também uma consequência para a falta do repertório técnico e ético que extrapola o âmbito do Direito: a fragilização de contextos familiares e da dignidade da pessoa humana. A má condução dos instrumentos, entrevistas, testes, técnicas e procedimentos para a compreensão do estado psicológico do paciente através psicodiagnóstico podem ter diversos resultados, como: concessão de guarda para um responsável inapto, estudos psicossociais rasos e errôneos, diagnósticos antagônicos com as peculiaridades do ser, laudos imprecisos e contraditórios, dentre outras consequências em uma demanda jurídica.

Uma vez que o Magistrado não é o profissional capacitado para realizar uma avaliação psicológica, o parecer técnico tem grande importância em uma demanda, podendo alterar completamente o curso de um processo. A lisura dos trabalhos é mais que importante, é fundamental, pelo dano que é possível ocasionar por um diagnóstico imperito ou antiético.

Apesar disso, há maneiras contundentes de responsabilização, e os profissionais que não observarem os padrões de conduta, haverá a possibilidade de responsabilização nas três esferas: administrativa, civil e penal. Podendo assim, dependendo do caso, até incorrer em pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Em 2011 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) escolheu esse período como o ano da Avaliação Psicológica. Esta respectiva congratulação, nos relembra o dever do Psicólogo, de em qualquer situação, resguardar o rigor ético e a técnica precisa no exercício profissional para o desenvolvimento dos trabalhos de maneira retilínea e honesta visando, imparcialmente, contribuir para a promoção da saúde na sociedade brasileira, através da compreensão das particularidades do ser biopsicossocial e de suas dimensões psicológicas.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Eduardo Carlos B. Curso de ética geral e profissional. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. p. 404. E-book. ISBN 9788553608058. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608058/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASÍLIA. Resolução CFP nº 006/2019, 29 de março de 2019. Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº 15/1996, a Resolução CFP nº 07/2003 e a Resolução CFP nº 04/2019. Conselho Federal de Psicologia. 01 de jun. 2019. Disponível

em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Resolução-CFP-n-06-2019-comentada.pdf>>. Acesso em: 20 set 2021

BRASÍLIA. Resolução CFP nº 010/2005, 21 de julho de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Conselho Federal de Psicologia. 27 ago. 2005. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Resolução-CFP-n-06-2019-comentada.pdf>>. Acesso em: 20 set 2021

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 7 dez. 1940. . Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.406, de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jan. 2022. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm>. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. LEI Nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. 17 mar. 2015. . Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm>. Acesso em: 20 set. 2021.

HUTZ, Claudio S.; BANDEIRA, Denise R.; TRENTINI, Clarissa M.; et al. Psicodiagnóstico. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda, 2016. p. 18-27. E-book. ISBN 9788582713129. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582713129/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MENDES, Lorena Samara, NAKANO, Tatiana de Cássia, SILVA, Izabella Brito. Conceitos de avaliação psicológica: conhecimento de estudantes e profissionais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Campinas, v. 33, p. 428–445, 05 ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000200013>

PINHEIRO, Carla. Manual de Psicologia Jurídica. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. p. 17–40. ISBN 9786553620728. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620728/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

PUTHIN, Sarah R.; PIRES, Luciana R.; AMARAL, Sabine Heumann do; RODRIGUES, Paulo Roberto G. Psicologia jurídica. Porto Alegre: SAGAH, 2018. p. 62. E-book. ISBN 9788595025783. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025783/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

SÁ, Antônio Lopes de. Ética Profissional. São Paulo: Grupo GEN, 2019. p. 2. E-book. ISBN 9788597021653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021653/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SOUZA, Alberto Carneiro Barbosa de. Ética e responsabilidade profissional. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. p. 8-11. E-book. ISBN 9786553560802. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553560802/>. Acesso em: 20 mar. 2023.
